



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente - 4ª Carta de Conjuntura

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Mestrando. Daniel Giatti de Sousa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof^ª. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando André Ximenes de Melo

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho

Doutorando Francisco Rozsa Funcia

Mestranda Gisele Yamauchi

Doutorando Gleibe Pretti

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea

Doutoranda Maria do Socorro Souza

Doutorando Ricardo Makoto Kawai

Doutoranda Regiane Balestra Vieira

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos

Mestranda Sandra Collado

Parceiros:

Paulo Roberto Silva – ITESCS

Convidados desta edição:

Me. Alessandra Santos Rosa (ex-aluna)

Prof. Me. Edson Brunelli Rodrigues

Graduando Erick da Silva Cortes

Prof^ª. Me. Irene Cantero Barone

Prof^ª. Me. Regina Albanese Pose

Pós-Graduada Maria da Consolação Vegi da Conceição

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Fator

Apoio na organização dos textos:

Mestranda Gisele Yamauchi

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos: Ana Paula Lazari Ferreira

Marketing: Alan de Almeida Matias
Renata Ezellner Miquilim

Carta Online: Ana Paula Lazari Ferreira

Social Media: Marcel Moreno Encinas

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da instituição.

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona

São Caetano do Sul – SP

Telefone: 4239-3233

E-mail: imprensa@uscs.edu.br

SUMÁRIO

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS.....	7
1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS.....	9
<i>Daniel Vaz</i>	
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS	15
<i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Ricardo Kawai</i>	
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA	21
<i>Vinicius Silva</i>	
4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA.....	29
<i>Érick da Silva Cortes</i> <i>Lúcio Flávio da Silva Freitas</i>	
5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA.....	34
<i>Enio Moro Junior</i>	
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	38
<i>Francisco R. Funcia</i>	
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA	42
<i>Maria da Consolação Vegi da Conceição</i>	
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL.....	48
<i>Irene Cantero Barone</i> <i>Regina Albanese Pose</i> <i>Tânia Fator</i>	
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA	52
<i>Edson Brunelli Rodrigues</i> <i>Eduardo de Camargo Oliva</i> <i>José Turíbio de Oliveira</i>	
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA.....	56
<i>David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS</i>	
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL - CEJUSCS.....	62
<i>Rosana Marçon da Costa Andrade</i>	

12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO.....	65
<i>Roberto Vital Anau</i>	
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA	70
<i>Paulo Roberto (ITESCS)</i>	
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA.....	74
<i>Regiane Balestra Vieira</i>	
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA	80
<i>Antonio Aparecido de Carvalho</i> <i>Álvaro Francisco Fernandes Neto</i>	
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA.....	84
<i>Alessandra Santos Rosa</i>	
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D.....	87
<i>Maria do Socorro Souza</i>	
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDEABC PAULISTA.....	91
<i>André Ximenes de Melo</i>	
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	96
<i>Gleibe Pretti</i>	
20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS	100
<i>Rubens Topal de Carvalho Bastos</i>	
21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA.....	103
<i>Volney Aparecido de Gouveia</i>	
22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO.....	109
<i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Sandra Collado</i>	

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Esta é a 4ª Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

O Observatório é formado por Professores, Doutorandos e Mestrandos da USCS e é diretamente ligado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

As Cartas de Conjuntura reúnem notas técnicas elaboradas pela equipe permanente do Observatório e por convidados colaboradores.

As notas técnicas levantam, mensuram e comentam, sinteticamente, fenômenos econômicos, sociais, tecnológicos, urbanos, culturais e de outras áreas de produção científica. Elas também buscam olhar com especial atenção, como estes fenômenos ocorrem e se manifestam na Região do Grande ABC Paulista e na Grande São Paulo.

Entre os objetivos do Observatório estão:

- O estímulo à produção de estudos e pesquisas de professores e alunos da USCS sobre a realidade contemporânea, em particular da Região do Grande ABC Paulista;
- A elaboração de notas técnicas a partir de diversas áreas do conhecimento;
- A aproximação entre a Pós-Graduação e a Graduação;
- A contribuição para o aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas, em especial na Região do Grande ABC Paulista.

Com as Cartas de Conjuntura, a USCS cumpre o seu papel de fomentar o debate do desenvolvimento econômico e social na Região do Grande ABC, no Estado de São Paulo e no Brasil.

**Coordenação do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da
USCS**

Outubro de 2018

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS¹

Daniel Vaz

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta o cenário internacional da mobilidade e do intercâmbio acadêmico de estudantes estrangeiros, a partir de experiências exitosas e políticas de estímulo à migração desse público, realizadas pelos principais países da América Latina e os 36 membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Busca-se compreender as potencialidades e as oportunidades em torno desse tema, à luz da recente instalação na USCS do Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRECES), centro vinculado à UNESCO-IESALC, responsável pela promoção de iniciativas no campo da cooperação universitária.

Instalado em São Caetano do Sul no mês de agosto de 2018, o Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior para a América Latina e Caribe apresenta um caminho para que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras contribuam com o desenvolvimento social, científico, cultural, econômico e humano em nível regional.

O CRECES é uma iniciativa da UNESCO-IESALC - Instituto para a Educação Superior na América Latina e Caribe, que busca estabelecer um novo mecanismo de promoção de práticas em diversos âmbitos e dimensões, norteadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda global liderada pela ONU – Organização das Nações Unidas, com metas a serem atingidas até 2030 pelos países-membros. Esta agenda trata de temas como erradicação da pobreza, redução das desigualdades, saúde, educação, igualdade de gênero, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, crescimento econômico inclusivo, industrialização, entre outros.

O Centro nasce com a tarefa de coordenar e articular a gestão de organizações nacionais e internacionais, agências multilaterais, instituições públicas e privadas vinculadas ao campo acadêmico, à sociedade civil, setores empresariais, produtivos e econômicos, fortalecendo o papel das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento de projetos, programas e processos de cooperação e intercâmbio regional, nacional e internacional.

A Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) assumiu o compromisso de liderar a instalação do CRECES no país, buscando mobilizar IES brasileiras que compartilhem a mesma visão sobre a importância do desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam uma agenda global de desenvolvimento e processos de

integração regional.

Ações dessa natureza exigem a definição de visão e objetivos estratégicos, além da soma de esforços advindos de setores interessados e/ou comprometidos com os resultados possíveis de serem alcançados em perspectiva futura por essas iniciativas, alinhando esses benefícios institucionais e coletivos com políticas contemporâneas de manejo dos impactos, tanto positivos quanto negativos, na vida das pessoas.

Entre as diversas óticas permitidas para a análise desse cenário, foi escolhida para essa 1ª nota técnica sobre a consolidação desse importante instrumento de cooperação universitária no Brasil, a parte de experiências migratórias internacionais no campo da mobilidade e intercâmbio acadêmico de estudantes e jovens profissionais, que ocorrem atualmente no ambiente internacional.

Escolheu-se como base para a construção dos parâmetros de análise a coleta de dados a partir de trabalhos da América Latina e de membros da OCDE, instituição que reúne 36 países, entre eles a maioria das grandes economias mundiais.

Em 2016, o Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), contava com um total de 2.407 IES. Destas, 12,3% são públicas e 87,7%, privadas, contabilizando um total de 8.048.701 matrículas. Se focarmos o olhar para os processos de internacionalização da educação superior no Brasil, veremos que o Brasil contava, em 2016, com 15.803 estudantes estrangeiros em suas instituições de educação superior, provenientes de 174 diferentes nacionalidades. Este contingente representava, entretanto, apenas 0,2% do total de matrículas (INEP, 2017).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2016 (INEP, 2017), dentre as vinte IES que possuem os maiores números de matrícula de estudantes estrangeiros, oito são públicas (seis federais e duas estaduais) e doze são vinculadas ao setor privado, sendo oito declaradas como sendo sem fins lucrativos e as outras quatro, com fins lucrativos.

Esse cenário ainda nos coloca distantes da popularização do que se nomeia atualmente como *universidades de classe mundial*. As instituições assim concebidas buscam consolidar atributos singulares e distintos do conjunto de universidades estabelecidas em bases tradicionais. Entre as características das universidades de classe mundial estão: excelência e liberdade de pesquisa, ensino e expressão; autonomia acadêmica; infraestrutura adequada; financiamento compatível; diversidade e cosmopolitismo; elemento associado à promoção de um ambiente multicultural, no qual as experiências locais dos pesquisadores, professores e estudantes convivem com aquelas desenvolvidas em outros países.

Cerca de 3,3 milhões de estrangeiros estiveram vinculados a IES dos países da OCDE em 2016, o que representava 9% do total de estudantes inscritos. Nos cursos de mestrado, eles representam 14% de todos os estudantes inscritos; nos programas do doutorado, 24%.

Os primeiros países desse *ranking* são Estados Unidos - que receberam em 2015 cerca de 470.000 estudantes estrangeiros -, Reino Unido (270.000), Austrália (157.000), Japão (108.000), Canadá, (107.000) e França (71.000).

Políticas de incentivos para a atração de estudantes estrangeiros

Muitos países buscam atrair estudantes internacionais para suas instituições. A importância de receber esse público permeia, de maneira positiva, uma série de aspectos. A atração desses estudantes oferece oportunidades não apenas para quem está envolvido diretamente nesse tipo de iniciativa. Segundo o estudo *International Migration Outlook 2018*, promovido pela OCDE, a maioria dos métodos usados para encorajar estudantes

internacionais a permanecerem nos países envolve permitir que eles trabalhem durante o período de estudos, e/ou algum período de permanência posterior à formatura para a busca de emprego. Assim é que ocorre atualmente na Austrália, Letônia, Lituânia, Polônia e Canadá. Nos Estados Unidos, os alunos que estão no treinamento prático de pós-graduação (OPT) podem atualizar seu próprio registro empregador e buscar informações diretamente no portal do governo, sem ter que tramitar nada através da sua antiga instituição de ensino.

Uma abordagem abrangente, visando o aumento do número de estudantes internacionais, foi adotada por países como Irlanda, Polônia e Espanha que, em 2014, eliminaram a prova de ingresso a cursos de graduação para estudantes estrangeiros. Com iniciativas como essa, busca-se aumentar o número de estudantes e pesquisadores internacionais, construir redes de classe mundial sobre conhecimento e inovação, bem como encorajar seus próprios estudantes a participarem de experiências no exterior.

A simplificação do processo de visto de estudante e a tomada de decisão mais rápida a respeito das candidaturas são outras medidas utilizadas por alguns países para aumentar o número de estudantes internacionais, como na Austrália, que reduziu o número de subclasses do visto de estudante de oito, para duas.

A Finlândia procurou construir conexões entre migração, inovação, políticas industriais e de negócios, para atrair o potencial de talentos internacionais, dar suporte ao crescimento e internacionalização das companhias. Outros países da União Europeia estão em processo de revisão de uma diretiva do bloco relacionada com as condições de entrada e residência de cidadãos de países subdesenvolvidos, propondo a realização de pesquisas, estudos, formações, trabalhos voluntários, programas de intercâmbio de estudantes ou projetos educativos e que estejam em conformidade com as legislações nacionais.

O cenário regional

A América Latina ainda carece de iniciativas estruturantes em nível regional, que promovam um processo articulado e benéfico estrategicamente para os países envolvidos. Buscamos incorporar as informações das nações que apresentam maiores semelhanças com a realidade presente no Brasil atualmente.

Na Colômbia, o número de estudantes estrangeiros no país aumentou 36% entre 2014 e 2018: de cerca de 9.700 para cerca de 15.000. Colaboraram para isto a melhora dos níveis de segurança, o bom nível acadêmico dos programas ofertados pelas universidades colombianas e o positivo momento econômico atual. Como reflexo simbólico desse avanço, o segmento de moradias estudantis vem crescendo entre 8% e 12% ao ano. Entre os países de procedência dos estrangeiros que vão para lá estudar, destacam-se França, Brasil e México.

A Argentina é, de longe, o país latino-americano mais atrativo para estudantes estrangeiros na América Latina: atualmente recebe aproximadamente 53 mil estudantes por ano. Quase 70% desse público se dirigem às universidades públicas.

Vale registrar o crescimento também daqueles que se vinculam a instituições privadas, como a Universidad de Belgrano, que possui cerca de 20% de alunos oriundos de outros países. Os estrangeiros representaram 2,8% da população universitária aferida em 2015, e esse índice vem aumentando.

Também entre os países que recebem maior número de estudantes estão o Peru (20%), Brasil (14%), Colômbia (11%) e Bolívia (11%).

Em nível de pós-graduação, os brasileiros representam 23% do total de pessoas provenientes de outros países, cerca de 1.050 estudantes.

Um mecanismo importante de incentivo a esse processo é o que está estabelecido na Constituição Nacional

Argentina, que estende o direito a qualquer estrangeiro que consiga a permissão de residência no país de estudar nas universidades públicas com os mesmos direitos de um cidadão local. Esta garantia, aliada à grande oferta acadêmica do país, com instituições reconhecidas em nível internacional e universidades privadas com preços relativamente econômicos, se comparadas a outros países, podem ser as principais razões desse caso de êxito em nossa região.

O México, por sua vez, apresenta um cenário mais modesto. O país recebe anualmente ao redor de 10 mil estudantes estrangeiros, provenientes em maior número da França, Estados Unidos, Espanha, Colômbia, Canadá, Austrália, Coreia, Argentina e Holanda. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conacyt) oferece anualmente 1.500 bolsas para estudos de pós-graduação, o que representa menos de 1% das matrículas nesse nível educacional. Metade desses estudantes está vinculada a somente quatro instituições. Somente a Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM) recebe cerca de 650 alunos estrangeiros nos seus programas de pós-graduação.

A insegurança atual no país e a baixa competitividade dos programas de estudo oferecidos foram os motivos identificados para esse tímido processo de intercâmbio acadêmico entre o México e outros países.

O Chile é outro país latino-americano que vem desenvolvendo processos interessantes de internacionalização em educação superior. O país recebe mais de 26.000 estudantes estrangeiros por ano, que são atraídos por uma boa qualidade de suas instituições de ensino e o elevado nível de qualidade de vida. No entanto, as instituições educacionais são caras para os padrões latino-americanos. O governo apoiou a montagem de um consórcio de 24 instituições chilenas de educação superior que trabalham juntas para promover que mais estudantes estrangeiros escolham o Chile para estudar. Além dessa medida, também oferece variadas formas de financiamento, por meio de fundos retornáveis ou não, disponíveis a esse público, tanto de longa duração (24 meses, destinada a estudantes de pós-graduação), como por período menor (até 5 meses) para a realização de cursos de especialização em áreas específicas.

Considerações Finais

Observa-se uma diferença entre a forma que os processos de intercâmbio e mobilidade são construídos e encaminhados na América Latina e nos países vinculados à OCDE (México e Chile são os representantes latino-americanos na organização). Em nossa região, esses processos ocorrem basicamente a partir dos esforços do setor educativo – universidades e órgãos públicos, enquanto que entre os membros da organização existe o engajamento de outros setores sociais e econômicos, além do desenvolvimento de políticas públicas de incentivo, com enfoques estratégicos, buscando atrair jovens talentos, portadores de habilidades e competências diferenciadas que colaborem com os processos de desenvolvimento local e a prosperidade dessas nações.

Atrair estudantes estrangeiros para as universidades enriquece o cotidiano dessas instituições. Isto provoca também uma série de conexões que vão além da universidade. O investimento retratado nessa nota técnica comprova a importância de atrair esse público a seus países, como estratégia de fortalecimento do talento humano necessário ao desenvolvimento nacional em suas mais diversas dimensões. Prova disso é o atual refinamento dos critérios de seleção dos órgãos de imigração destinados a estrangeiros altamente qualificados, uma grande parte deles recrutados a partir de programas de educação superior.

Pela realidade brasileira retratada, é possível perceber a distância do que vem ocorrendo em nosso país e em nível mundial. Ainda temos muito a evoluir. A instalação do CRECES em São Caetano do Sul possibilitará a continuidade de investigações e análises das diversas dimensões vinculadas a esse e outros temas, bem como seus possíveis impactos em nível local.

Quadro 1: Nacionalidade e número de estudantes estrangeiros em IES brasileiras (2016)

Pais	Quantidade de Estudantes
Angola	1928
Paraguai	1091
Guiné-Bissau	1017
Japão	927
Argentina	905
Bolívia	853
Peru	795
Portugal	634
Estados Unidos	574
Cabo Verde	561
Uruguai	499
Colômbia	452
Chile	402
Haiti	352
Itália	327
China	267
Alemanha	260
Coreia do Sul	248
França	232
Equador	199
Venezuela	195
Espanha	189
África do Sul	185
Timor-Leste	178
Benim	154
Moçambique	147
São Tomé e Príncipe	139
Reino Unido	129
República do Congo	120
Cuba	105
México	103

Fonte: Estudar Fora, 2016. Disponível em: <<https://www.estudarfora.org.br/unesco-divulga-os-paises-que-mais-atraem-estudantes-internacionais/>>.

Quadro 2 – Vinte Maiores IES de matrícula de estudantes estrangeiros (Brasil, 2016)

Instituição de Educação Superior	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	UF	Número de Estudantes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	Pública Federal	Universidade	CE	1.058
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	Pública Federal	Universidade	PR	1.001
Universidade Paulista – UNIP	Privada sem fins lucrativos	Universidade	SP	713
Universidade de São Paulo – USP	Pública. Estadual	Universidade	SP	458
Universidade Estácio de Sá – UNESA	Privada com fins lucrativos	Universidade	RJ	388
Universidade Nove de Julho – UNINOVE	Privada sem fins lucrativos	Universidade	SP	348
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	Pública Estadual	Universidade	SP	273
Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP	Privada sem fins lucrativos	Centro Universitário	SP	261
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Pública Federal	Universidade	SC	253
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU	Privada sem fins lucrativos	Centro Universitário	SP	241
Universidade Anhanguera – UNIDERP	Privada com fins lucrativos	Universidade	MS	222
Universidade de Brasília – UnB	Pública Federal	Universidade	DF	209
Universidade Anhembi Morumbi – UAM	Privada com fins lucrativos	Universidade	SP	187
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC	Privada sem fins lucrativos	Universidade	SC	183
Universidade Pitágoras – UNOPAR	Privada com fins lucrativos	Universidade	PR	169
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Privada sem fins lucrativos	Universidade	SP	168
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS	Privada sem fins lucrativos	Universidade	MG	159
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Pública Federal	Universidade	PR	151
Centro Universitário de Lins – UNILINS	Privada sem fins lucrativos	Centro Universitário	SP	146
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Pública Federal	Universidade	RJ	138

Fonte: INEP, 2016 a partir de <http://inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>.

Nota 1: Essa nota contou com o apoio técnico do estudante Miguel Guido Bastos Bogsan - Graduando em Direito na USCS.

2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS

Jefferson José da Conceição
Ricardo Kawai

Resumo Executivo

Esta nota busca destacar a hegemonia das finanças na nova era do capital no Brasil. A nota apresenta os resultados da pesquisa que realizamos visando medir as receitas, os lucros e as margens de lucro (lucro/receita), ano a ano, desde o início deste novo século até o ano de 2017. Utilizou-se o banco de dados da Econômica, que reúne as informações das empresas de capital aberto. Chama a atenção que, após 2006, embora tenha apresentado receita acumulada menor que a das 107 empresas industriais pesquisadas, os 22 bancos tiveram lucro líquido acumulado, ano após ano, bem superior ao das 107 empresas industriais. A partir de 2010, o lucro líquido acumulado dos bancos também superou, seguidamente, o lucro líquido acumulado das 152 empresas de serviços (exclusive bancos). As 24 empresas comerciais pesquisadas tiveram lucro sempre inferior ao dos demais setores. No ano de 2015, a margem de lucro dos bancos atingiu o seu ápice e foram maiores as diferenças em relação aos demais setores, sendo 36,6 vezes maior que a margem de lucro das empresas industriais (respectivamente 76,9% contra 2,1%), 85 vezes maior que a margem de lucro das empresas comerciais (76,9% contra 0,9%) e 153,8 vezes maior que a margem de lucro de serviços (76,9% contra 0,5%).

1. A nova era do capital: o domínio das finanças no século XXI

O século XX foi marcado pelo esforço da industrialização no Brasil. O País procurou, a duras penas, constituir um expressivo parque industrial e, com ele, relações de produção e empregos mais avançados do que se verificava nas fazendas de produção agroexportadora.

Ao longo de boa parte do século XX, a indústria representou geração de emprego, renda e modernidade de produção e produtos.

Entretanto, já nas últimas décadas do século XX e durante as primeiras duas décadas do século XXI, o Brasil, dando traços próprios à tendência internacional, vive uma “nova era do capital”: a era da hegemonia das finanças sobre as demais frações do capital, o que, no caso brasileiro, expressa-se, sobretudo, nas largas diferenças de lucratividade entre os setores.

Em nota publicada na 3ª Carta de Conjuntura da USCS, CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018) apresentaram estudo que apontou para as características da atual fase de “financeirização” da economia mundial. O referido trabalho procurou apontar também para as especificidades desta fase em economias como a brasileira, em que predominam taxas de juros muito elevadas.

Ainda naquela nota técnica, intitulada “A indústria diante da financeirização da economia: margem de lucro do setor produtivo versus rentabilidade das aplicações financeiras – o caso do Grande ABC Paulista”, os autores, a partir de contribuições da literatura sobre o tema (a exemplo de CHANG, 2013; BELLUZZO &

GALÍPOLO, 2017; DOWBOR, 2017), definiram financeirização da seguinte maneira:

“Denomina-se financeirização da economia o processo pelo qual a acumulação financeira (isto é, a rentabilidade das aplicações em títulos financeiros) passa a ser preponderante, sobrepondo-se à rentabilidade obtida no setor produtivo ou industrial”.

Ainda nas palavras de CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018):

“Nesta nova etapa do capitalismo, o local de maior acumulação do capital migrou da fábrica industrial para a área financeira. A empresa industrial perde espaço no ranking das empresas mais lucrativas para as grandes instituições financeiras (...). A financeirização favorece o aumento artificial dos ganhos dos capitalistas rentistas e dos financistas que administram a riqueza dos primeiros (BRESSER PEREIRA, 2010, 2016). Neste cenário, a ideia do desenvolvimento associado à industrialização é substituída pelo discurso da sociedade ‘pós-industrial’, tão bem representado pelo segmento de serviços e, em particular, pelas finanças”.

Nesta nota técnica, daremos continuidade às reflexões sobre o tema. Nossa contribuição residirá em abordar a nova era do capital no Brasil procurando medir as receitas, os lucros e as margens de lucro (lucro/receita), ano a ano, desde o início deste novo século até o ano de 2017. A seguir, apresentamos a metodologia utilizada.

2. A Metodologia da Pesquisa

A Economática é uma base de dados constituída a partir das informações das empresas com capital aberto, que são aquelas que possuem ações negociadas na BM&F Bovespa, atual B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).

A pesquisa realizada selecionou inicialmente as 361 empresas ativas que constam da base de dados da Economática.

Os dados são referentes ao período de 2000 a 2017.

Do total de 361 empresas selecionadas, 56 empresas foram excluídas em virtude de pertencerem aos segmentos de agropecuária, mineração, petróleo, seguradoras e holdings.

Compõe-se esta pesquisa pela amostra de 305 empresas dos setores e atividades abaixo relacionados:

- a. 22 instituições financeiras (bancos);
- b. 107 empresas industriais (dos segmentos de siderurgia, química, máquinas industriais, papel e celulose, eletroeletrônicos, têxtil, alimentos e bebidas, veículos e peças);
- c. 24 empresas comerciais;
- d. 152 empresas da área de serviços (exclusive bancos e seguradoras).

Os valores monetários levantados na pesquisa, no período entre 2000 a 2017, estão deflacionados pela própria Economática, a partir do índice oficial de inflação.

As variáveis escolhidas para a coleta de dados de cada uma das empresas foram:

1. lucro líquido (lucro bruto menos os impostos);
2. receita líquida (receita bruta menos os impostos). No caso dos bancos, a receita foi considerada a

partir do “resultado bruto de intermediação financeira para bancos”;

3. margem de lucro (variável que é um cruzamento entre as informações do lucro líquido / receita líquida).

3. Principais Resultados da Pesquisa

As tabelas 1, 2 e 3 a seguir consolidam os levantamentos realizados no conjunto das 305 empresas pesquisadas.

1. Confrontando-se os resultados das tabelas 1, 2 e 3, verifica-se que, no Brasil, entre 2000 e 2017, que

Tabela 1: Receita Líquida por Segmento de Atividade Econômica, Brasil, 2000-2017, (valores deflacionados), amostra de 305 empresas de capital aberto (em R\$ 1000)

	BANCOS (22 bancos)	INDÚSTRIA (107 empresas)	COMÉRCIO (24 empresas)	SERVIÇOS (152 empresas)
2000	49.034.891,15	186.989.462,73	41.552.615,43	193.887.017,71
2001	50.501.615,10	195.185.047,87	40.561.348,30	246.705.988,56
2002	72.948.145,11	221.769.367,99	40.243.783,02	231.295.178,48
2003	76.226.076,47	256.944.142,52	44.558.614,94	245.648.951,36
2004	75.247.893,99	157.193.843,28	22.890.726,03	126.076.738,92
2005	82.488.472,90	169.465.347,66	26.834.429,60	144.717.459,18
2006	93.056.649,50	187.697.711,23	30.230.284,22	170.191.018,60
2007	112.711.738,76	429.659.889,21	69.084.436,70	356.264.432,86
2008	92.441.551,89	516.864.558,56	84.754.783,99	397.797.722,01
2009	154.292.788,47	448.976.310,92	98.200.161,16	411.624.700,47
2010	179.566.432,98	542.647.312,51	131.730.824,34	466.435.717,68
2011	171.779.852,17	571.920.532,99	173.036.170,95	498.831.931,03
2012	172.576.056,32	606.460.134,57	185.004.885,70	547.350.026,04
2013	150.776.624,02	626.093.123,26	196.606.093,21	505.705.869,53
2014	163.348.292,88	648.254.902,29	208.496.287,12	545.160.034,35
2015	101.731.190,45	669.828.487,80	202.916.557,21	527.552.908,62
2016	196.238.832,27	626.373.369,02	220.439.618,49	524.292.147,25
2017	177.084.025,74	619.482.137,51	232.230.902,39	536.163.735,19
ACUMULADO	2.172.051.130,18	7.681.805.681,92	2.049.372.522,78	6.675.701.577,83

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações de Economática.

compreendem as duas primeiras décadas do século XXI, embora a receita acumulada das 107 empresas industriais tenha sido, em praticamente todo o período, entre 3 e 3,8 vezes superior à receita acumulada dos 22 bancos, o lucro líquido e a margem de lucro acumulados desses bancos foram bastante superiores aos das empresas dos demais setores, especialmente a partir do ano de 2007. Isto mostra que os bancos, no Brasil, têm acumulado lucros elevados tanto no auge quanto na baixa do ciclo econômico.

2. Pela tabela 1, nota-se que, entre 2000 e 2017, a receita acumulada dos 22 bancos foi de aproximadamente R\$ 2,17 trilhões em todo o país, o que se aproxima da receita acumulada das 24 empresas de comércio pesquisadas, que foi de R\$ 2,05 trilhões. Entretanto, a receita acumulada dos 22 bancos é inferior à receita acumulada das 107 empresas industriais, que foi de R\$ 7,68 trilhões, e das 152 empresas de serviços (exclusive bancos), que foi de R\$ 6,68 trilhões.

3. Na tabela 2, é possível verificar que os 22 bancos apresentaram lucro líquido, ano após ano, bem superior ao das 107 empresas industriais. Entre 2001 e 2017, à exceção de uma leve oscilação em 2011, o lucro líquido anual dos 22 bancos apresentou crescimento exponencial: de R\$ 9,58 bilhões em 2001 para R\$ 64,34

Tabela 2: Lucro Líquido por Segmento de Atividade Econômica, Brasil, 2000-2017, (valores deflacionados), amostra de 305 empresas de capital aberto (em R\$ 1000)

	BANCOS (22 bancos)	INDÚSTRIA (107 empresas)	COMÉRCIO (24 empresas)	SERVIÇOS (152 empresas)
2000	14.693.554,13	19.489.243,52	1.047.176,25	15.765.448,93
2001	9.582.621,70	13.398.487,75	832.001,72	15.945.008,50
2002	17.587.331,34	9.029.323,37	1.062.816,09	21.175.085,54
2003	19.891.321,79	19.318.554,32	1.083.703,35	14.045.393,96
2004	22.572.212,74	35.865.803,21	2.248.286,14	21.255.785,61
2005	32.295.904,28	33.365.502,28	2.140.675,86	31.675.429,28
2006	34.052.881,85	30.573.231,98	1.878.333,62	35.225.406,54
2007	47.529.177,19	37.518.992,20	2.438.225,72	46.134.125,55
2008	48.928.652,49	27.768.452,25	2.179.976,46	51.402.709,58
2009	53.583.012,93	34.364.304,67	3.626.508,94	54.543.257,68
2010	66.102.985,92	40.981.804,25	4.945.239,32	63.331.603,91
2011	66.853.869,03	27.484.388,68	4.451.617,27	58.098.936,09
2012	61.699.276,25	21.654.567,79	5.703.611,57	37.959.209,11
2013	66.448.456,67	20.541.774,94	6.356.567,14	37.957.019,66
2014	67.545.221,25	23.110.108,75	5.304.901,90	29.874.461,29
2015	78.282.095,07	13.785.292,60	1.845.776,38	2.457.219,72
2016	59.022.501,84	15.288.270,13	2.759.066,64	22.787.542,72
2017	64.344.204,23	21.736.716,65	4.519.489,89	23.705.405,24
ACUMULADO	831.015.280,70	445.274.819,33	54.423.974,27	540.988.877,84

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações de Economática.

Tabela 3: Margem de Lucro (Lucro Líquido / Receita Líquida), por Segmento de Atividade Econômica, Brasil, 2000-2017, em %, amostra de 305 empresas de capital aberto

	BANCOS (22 bancos)	INDÚSTRIA (107 empresas)	COMÉRCIO (24 empresas)	SERVIÇOS (152 empresas)
2000	30,0%	10,4%	2,5%	8,1%
2001	19,0%	6,9%	2,1%	6,5%
2002	24,1%	4,1%	2,6%	-9,2%
2003	26,1%	7,5%	2,4%	5,7%
2004	30,0%	22,8%	9,8%	16,9%
2005	39,2%	19,7%	8,0%	21,9%
2006	36,6%	16,3%	6,2%	20,7%
2007	42,2%	8,7%	3,5%	12,9%
2008	52,9%	5,4%	2,6%	12,9%
2009	34,7%	7,7%	3,7%	13,3%
2010	36,8%	7,6%	3,8%	13,6%
2011	38,9%	4,8%	2,6%	11,6%
2012	35,8%	3,6%	3,1%	6,9%
2013	44,1%	3,3%	3,2%	7,5%
2014	41,4%	3,6%	2,5%	5,5%
2015	76,9%	2,1%	0,9%	0,5%
2016	30,1%	2,4%	1,3%	4,3%
2017	36,3%	3,5%	1,9%	4,4%
MÉDIA	37,5%	7,8%	3,5%	9,1%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações de Economática.

bilhões em 2017. Já no caso das 107 empresas industriais, o que se observou foi uma tendência à expansão do lucro líquido acumulado entre 2002 e 2010, de R\$ 9,03 bilhões para R\$ 40,98 bilhões, seguido de uma forte

retração a partir de 2011, até atingir, em 2017, R\$ 21,00 bilhões anuais. O lucro líquido anual dos segmentos de comércio e serviços (exclusive bancos) oscilou bastante no período. No caso das 24 empresas comerciais, o lucro líquido anual oscilou entre R\$ 832 milhões em 2001 até R\$ 6,36 bilhões em 2013. Em 2017, as 24 empresas comerciais alcançaram lucro líquido de R\$ 4,52 bilhões. Nos serviços, o lucro líquido anual das 152 empresas pesquisadas situou-se entre R\$ 15,76 bilhões em 2000 até R\$ 63,33 bilhões em 2010. Em 2017, o lucro líquido dessas empresas de serviços foi de R\$ 23,71 bilhões.

4. Pela Tabela 3, fica evidente o quanto a margem de lucro dos bancos se sobressai frente às margens de lucro da indústria, do comércio e dos serviços. Nesse contexto, o percentual da margem de lucro dos 22 bancos, no ano 2000, foi aproximadamente 3 vezes maior que o percentual de margem de lucro das 107 empresas industriais (30% contra 10,4%, respectivamente); 12 vezes maior que a margem de lucro das 24 empresas comerciais (30% contra 2,5%) e 3,7 vezes maior que a margem de lucro das 152 empresas de serviços (30% contra 8,1%). Enquanto que, no ano de 2017, a margem de lucro dos bancos foi 10,3 vezes maior que a margem de lucro das empresas industriais (36,3% contra 3,5%); 19,1 vezes maior que a margem de lucro das empresas comerciais (36,3% contra 1,9%); 8,2 vezes maior que a margem de lucro das empresas de serviços (36,3% contra 4,4%).

5. Vale ainda destacar que, no ano de 2004, as diferenças entre as margens de lucro dos bancos e as margens de lucro das indústrias, comércio e serviços foram as menores verificadas ao longo da série. Nesse ano, a margem de lucro dos 22 bancos foi de 30,0% contra 22,8% das empresas industriais, 9,8% das empresas comerciais e 16,9% dos serviços. Por outro lado, no ano de 2015, a margem de lucro dos bancos atingiu o seu ápice e foram maiores as diferenças em relação aos demais setores, sendo 36,6 vezes maior que a margem de lucro das empresas industriais (respectivamente 76,9% contra 2,1%), 85 vezes maior que a margem de lucro das empresas comerciais (76,9% contra 0,9%) e 153,8 vezes maior que a margem de lucro de serviços (76,9% contra 0,5%).

6. Outra forma de ver as elevadas margens de lucros dos 22 bancos é que, embora tenham apresentado receita acumulada menor que as receitas acumuladas das 107 empresas industriais pesquisadas, os 22 bancos tiveram lucro líquido, ano após ano, bem superior ao das 107 empresas industriais. A partir de 2010, o lucro líquido dos bancos também superou, seguidamente, o lucro líquido acumulado das 152 empresas de serviços (exclusive bancos). As 24 empresas comerciais tiveram lucro líquido acumulado sempre inferior ao dos demais setores.

Por conseguinte, é possível perceber que, por todos os ângulos, são exageradamente elevadas as diferenças entre a lucratividade dos bancos e as lucratividades verificadas nos setores da indústria, comércio e serviços (exclusive bancos). Esta discrepância, que caracteriza a nova era do capital no Brasil, praticamente inviabiliza a atividade produtiva, e, com isso, a geração de emprego e renda em níveis elevados no País.

Não foi objeto desta nota técnica a apresentação e discussão de proposições de políticas que enfrentem esta inversão da lógica de funcionamento do sistema econômico. Algumas das alternativas encontram-se na nota técnica anterior já mencionada de CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018). Aqui, cabe apenas reforçar, uma vez mais, a urgente necessidade deste debate.

Referências Bibliográficas:

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALIPOLI, Gabriel. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: FACAMP, Contracorrente, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? Novos Estudos Cebrap, 86: 51-72, 2010.

_____. Por que o Sistema financeiro tornou-se tão poderoso? *Jornal dos Economistas*, mar.2016.

CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix, 2013.

CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018). *A Indústria diante da financeirização da economia: margem de lucro do setor produtivo versus rentabilidade das aplicações financeiras – o caso do Grande ABC Paulista*. *Carta de Conjuntura da USCS*. 3ª Ed. Agosto 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 30.set.2018.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

Site ECONOMÁTICA.

3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA

Vinicius Silva

Resumo Executivo

A crise do país faz com que o trabalhador, que muitas vezes é chefe de família, tenha dificuldade em manter um padrão mínimo de consumo familiar. Uma das consequências disso é o endividamento das famílias, que pode chegar ao “superendividamento” em alguns casos. O Programa de Apoio ao “superendividado” do Estado de São Paulo orienta o cidadão a tentar renegociar as dívidas a fim de evitar a deterioração dessa situação. Nesse programa, os dados apontam que, no Estado de São Paulo, assim como na Região do Grande ABC Paulista, 70% do público atendido se encontram na faixa etária de 25 a 54 anos; 75% têm escolaridade classificada como nível médio e superior; os casados representam 1/3 do total, que é a mesma parcela abrangida pelos solteiros; a minoria é do sexo feminino, tem nome negativado, possui dependentes, não tem automóvel, nem casa própria.

1 – O endividamento: Aspectos Conceituais

O fenômeno do endividamento é cada vez mais presente na sociedade. Este fenômeno pode atingir qualquer tipo de pessoa e classe social.

Segundo os dados do Banco Central (série “PIB trimestral, dados observados, a preços de mercado”), o índice do PIB do 2º trimestre de 2018, tendo como base 100 o ano de 1995, está em 165,86. O nível máximo já alcançado foi de 178,42, ocorrido no 2º trimestre de 2013. Desde esta data, o PIB trimestral vem reduzindo, se recuperou um pouco, mas está longe do ponto máximo.

Quem mais sente este movimento oscilante e para baixo do PIB é o trabalhador. Isto porque ele sofre o impacto direto na sua situação financeira e, a partir daí, com repercussões em vários aspectos da sua vida. A consequência pode ser um endividamento insuportável. Marques, Lima e Bertonecello (2010) esclarecem o endividamento:

“O endividamento ou ter alguma dívida frente a um fornecedor (supermercado, banco, cartão de crédito, loja de departamentos, financeira de carros) é um fato inerente à vida na atual sociedade de consumo, faz parte da liberdade das pessoas no mercado de hoje, do ser “consumidor”, em qualquer classe social. Efetivamente, para consumir produtos e serviços, essenciais ou não, os consumidores estão - quase todos - constantemente endividando-se, e criando um “passivo” de dívidas que devem, mês a mês, fazer frente com nosso orçamento familiar e patrimônio (nosso “ativo”, se pensarmos em termos de planejamento financeiro)”.

Essas autoras procuram conceituar e distinguir “economia do endividamento” e “economia de poupança”: Economia do endividamento: neste caso, o consumidor gasta todo o seu orçamento familiar com o consumo básico (casa, comida, água, luz, transporte, vestimenta) e precisa de crédito para adquirir bens de maior valor, tais como bens móveis (geladeira, TV a cabo, fogão, berços, sofás etc.) e bens imóveis (casa própria, casa de

praia etc.).

Economia de poupança: neste caso, o consumidor não gasta todo o seu orçamento familiar com o consumo básico; ele reserva uma quantia para colocar na poupança (ou investimento), planeja e espera meses até que o valor investido possa ser retirado. Esta “poupança” é utilizada para “consumir” os bens e serviços que mais deseja (uma nova cozinha planejada, um home theater, um carro novo etc.).

Para as referidas autoras, a economia de mercado em funcionamento no Brasil é por natureza uma economia do endividamento, mais do que uma economia de poupança.

Há muitos aspectos que interferem na dinâmica do endividamento de cada cidadão e família. Podem ser destacados os seguintes: o consumo, a restrição orçamentária e o crédito.

Consumo: para satisfazer suas necessidades básicas, o cidadão e a família precisam consumir bens e serviços. Em uma economia de mercado, para se ter acesso a estes produtos e serviços, precisa-se pagar os preços desses bens e serviços, quer seja com recursos próprios ou de terceiros (crédito). Para manter um padrão de consumo, muitas pessoas, com renda menor ou em situação de desemprego, recorrem ao crédito.

Restrição Orçamentária: Vasconcellos (2015) define restrição orçamentária como o montante de renda disponível do consumidor, em dado período de tempo. Ela limita as possibilidades de consumo, condicionando quanto ele pode gastar.

Crédito: é quando o cidadão toma de dinheiro emprestado em uma instituição financeira. O consumidor paga parcelas mensalmente para a Instituição que lhe ofereceu o crédito. O custo do crédito é a taxa de juros, que serve para cobrir todos os custos e remunerar o credor. O problema é a impossibilidade da pessoa ou da família em honrar o conjunto de suas dívidas, bem como suas despesas básicas.

Sem nenhum tipo de orientação, o cidadão comum se sente acuado e impotente diante das Instituições que lhe cobram recorrentemente quando está inadimplente. O custo elevado do crédito no Brasil potencializa este problema.

Marques, Lima e Bertonecello (2010) definem “superendividamento” como a impossibilidade do devedor -pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé - de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de renda e patrimônio.

Diante do exposto, o poder público cria programas para tentar auxiliar o cidadão que passa por esta situação, com vistas a orientar e tentar resolver o problema, se possível. Os cidadãos apresentam-se em condições distintas uns dos outros. Alguns inclusive não têm condição alguma, precisando de auxílio do poder público para sobreviver.

Observando esta situação e as alternativas criadas por outros estados, foi desenvolvido o Núcleo de Tratamento do Superendividamento e depois aprimorado com o Programa de Apoio ao Superendividado (PAS) da Fundação Procon-SP, em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Este arranjo possui o objetivo de auxiliar o cidadão paulista a renegociar suas dívidas e orientá-lo nas melhores decisões afim de sair desta situação.

Para participar deste programa, o cidadão precisa preencher um cadastro com dados sócio econômicos, orçamentários e informações dos credores. O programa existe desde 2012, porém tem dados estatísticos disponibilizados a partir de 2015.

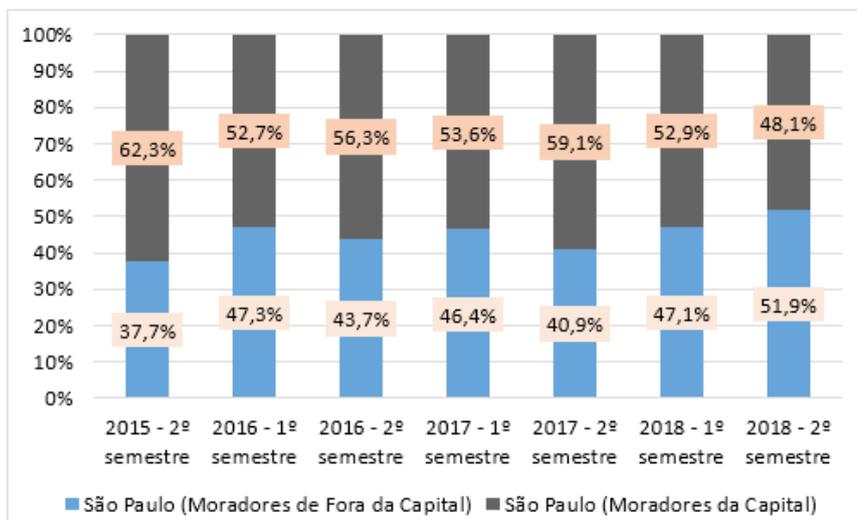
2 – Conhecendo o “superendividado” Paulista e da Região do Grande ABC

Os dados do PAS são referentes ao período de 10 de outubro de 2015 até 14 de setembro de 2018. Vale dizer que o consumidor preencheu estes dados no site da Fundação Procon-SP. O consumidor que não teve esta condição agendou e compareceu no PAS para preencher este cadastro com o auxílio dos especialistas da Fundação Procon-SP. Em muitos dos cadastros, o consumidor não foi até o fim com a renegociação devido à ocorrência de algum problema, como, por exemplo, a falta de condição para renegociar, dívidas não renegociáveis por este Programa e até mesmo por não ter documentação.

Diante disto, chega-se à amostra total de 8595 cadastros completos no PAS, que forneceram os dados abaixo descritos.

O PAS é um Programa do Governo do Estado de São Paulo. O local físico de atendimento se encontra na Capital São Paulo, que concentrava os atendimentos nesta região. Algumas exigências dificultavam a participação dos demais consumidores do Estado, como por exemplo, o envio de documentação e assinatura de Autorização para que o Procon-SP pudesse solicitar informações aos credores. Há mais de um ano, porém, a Fundação começou a capacitar os Procons municipais, que hoje possuem condições para fazer este atendimento. Além disto, foram reduzidas as exigências e foi facilitado o cadastro. Por esta razão, verifica-se o aumento da participação de moradores de fora da Capital do Estado.

Gráfico 1 Localidade dos consumidores com cadastrado completo



Elaboração Própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSC, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), Fundação Procon-SP, 09/2018.

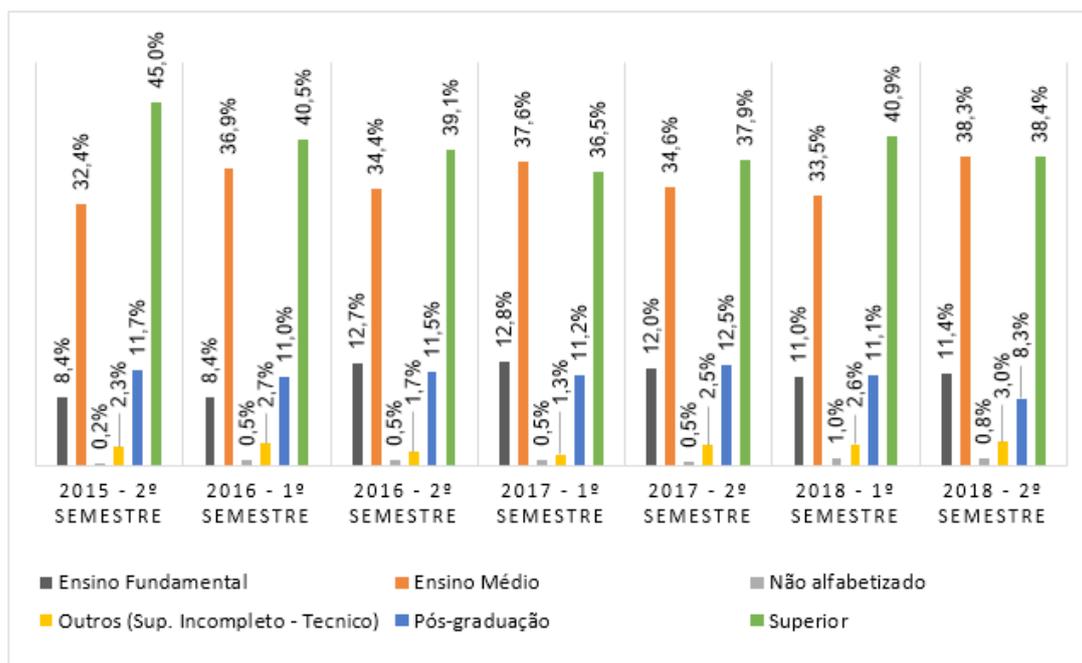
Tabela 1: Distribuição de consumidores conforme a Idade na data de preenchimento do cadastro no Programa de Apoio ao Superendividado (PAS)

IDADE:	2015 - 2º semestre	2016 - 1º semestre	2016 - 2º semestre	2017 - 1º semestre	2017 - 2º semestre	2018 - 1º semestre	2018 - 2º semestre
Até 24 anos	4,1%	7,1%	5,0%	4,4%	4,3%	5,1%	7,5%
Entre 25 e 34 anos	22,1%	30,4%	21,9%	22,1%	24,3%	22,5%	29,7%
Entre 35 e 44 anos	30,2%	28,5%	24,4%	27,9%	27,2%	26,8%	26,4%
Entre 45 e 54 anos	23,3%	17,9%	25,7%	22,1%	20,3%	20,5%	20,4%
Entre 55 e 64 anos	13,7%	10,1%	14,2%	13,1%	14,9%	12,9%	9,6%
Acima de 64 anos	6,6%	6,0%	8,8%	10,4%	9,0%	12,1%	6,2%
TOTAL de cadastro de Consumidores	562	1843	1850	1283	1129	1047	881
Idade Média consumidor cadastrado (em anos)	43,7	40,6	44,4	44,5	44,3	44,7	41,2
Idade Média consumidores do Grande ABC (em anos)	43,9	39,3	43,2	42	42,4	45	41,4

Elaboração Própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), Fundação Procon-SP, 09/2018.

É possível perceber que, em média, 70% do público atendido neste programa se encontram na faixa etária de 25 a 54 anos.

Gráfico 2
Evolução da Escolaridade dos consumidores do Programa de Apoio ao Superendividado



Elaboração Própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), Fundação Procon-SP, 09/2018.

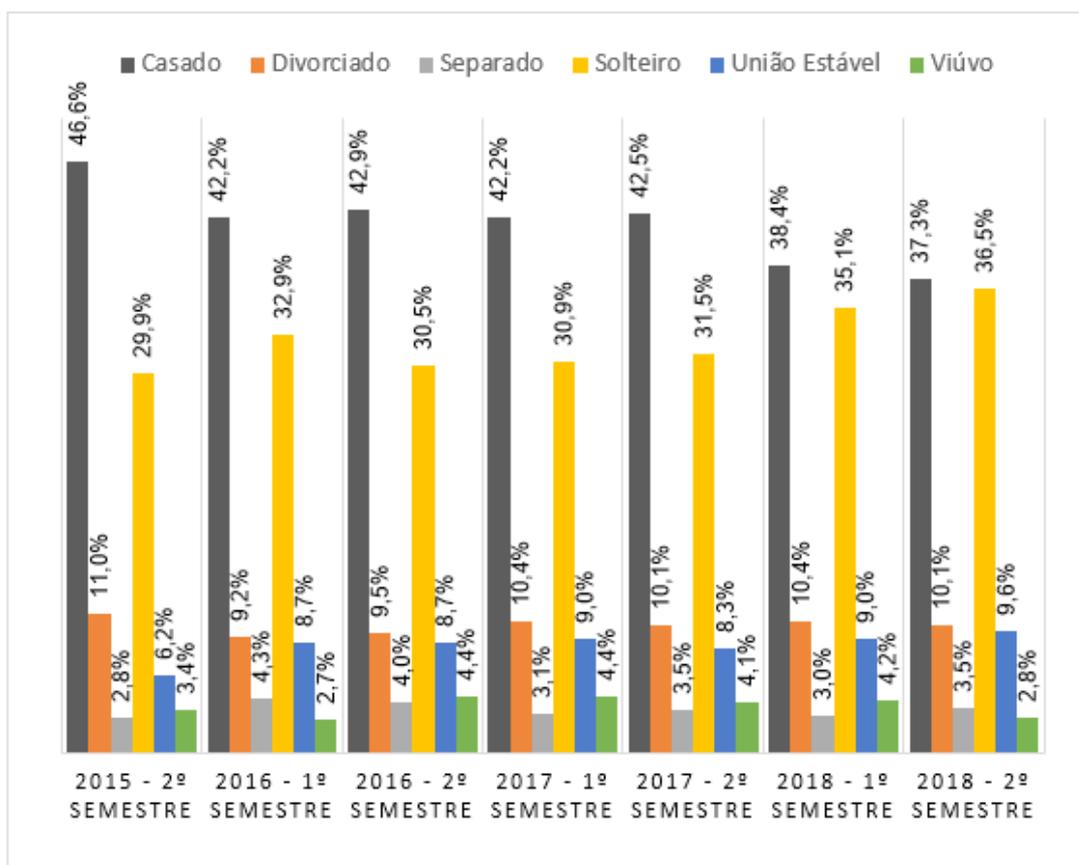
Considerando-se os consumidores que residem na Região do Grande ABC Paulista, temos uma média de idade muito próxima da média de toda amostra.

O Gráfico 2 evidencia que a parcela maior de consumidores que procura o PAS é a de consumidores que possuem nível superior completo. É também grande o percentual que possui o ensino médio. Juntos, os dois segmentos são responsáveis por mais de 75% dos cadastros.

Assim, trata-se de um público que sabe ler e possui algum conhecimento sobre os problemas decorrentes de

um endividamento alto e crescente. Entretanto, o que se verifica é certa dificuldade em saber o que fazer para evitar chegar ao superendividamento. Não raro este consumidor, mesmo tendo boa escolaridade, toma medidas

Gráfico 3: Evolução do Estado civil dos consumidores do Programa de Apoio ao Superendividado



Elaboração Própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS).

equivocadas. Com isto, o consumidor acaba se prejudicando. Por exemplo: muitas vezes, o consumidor acredita – apesar das evidências em contrário - que a situação atual vai ser resolvida rapidamente e acaba por renegociar contratos que não consegue honrar até o final.

Na Região do Grande ABC Paulista, tem-se uma média de 41% de consumidores que declararam ter Curso Superior completo e 34% afirma ter ensino médio, que, somados, totalizam, 75% dos cadastros.

O Gráfico 3 evidencia que, ao longo do período pesquisado, a maioria dos cadastros é formada pelo consumidor casado, muito embora o percentual de casados venha diminuindo ao longo do tempo, chegando a 37,3% em 2018. Ao mesmo tempo, observa-se o aumento no cadastro de solteiros, cujo percentual chegou a 36,5%.

A Região do Grande ABC Paulista apresenta uma queda ainda maior na quantidade de cadastros de consumidores casados: de 58,3% no 2º semestre de 2015 passou para 34,2% no último período. Por sua vez, os solteiros passaram de 13,9% para 36,8%. Houve também um grande aumento na quantidade de consumidores divorciados nesta Região: de 8,3% para 15,8%.

Tabela 2: Características dos Consumidores Cadastrados no PAS

	2015 - 2º semestre	2016 - 1º semestre	2016 - 2º semestre	2017 - 1º semestre	2017 - 2º semestre	2018 - 1º semestre	2018 - 2º semestre
SEXO:							
Feminino:	53,6%	58,8%	56,5%	57,9%	61,8%	45,1%	57,8%
Masculino:	46,4%	41,2%	43,5%	42,1%	38,2%	54,9%	42,2%
ESTÁ COM NOME NEGATIVADO?							
Sim:	72,6%	75,7%	76,4%	75,0%	72,5%	71,2%	77,9%
Não:	27,4%	24,3%	23,6%	25,0%	27,5%	28,8%	22,1%
É SERVIDOR PÚBLICO?							
Sim:	26,2%	22,2%	29,5%	25,2%	20,6%	24,2%	18,0%
Não:	73,8%	77,8%	70,5%	74,8%	79,4%	75,8%	82,0%
POSSUI DEPENDENTE DE SUA RENDA?							
Sim:	62,3%	57,6%	59,4%	57,4%	54,7%	53,3%	58,7%
Quantidade MÉDIA de dependentes por consumidor:	1,87	1,8	1,87	1,76	1,88	1,88	1,89
Não:	37,7%	42,4%	40,6%	42,6%	45,3%	46,7%	41,3%
POSSUI CASA PRÓPRIA?							
Sim –Quitada e/ou Pagando:	50,9%	45,4%	47,4%	45,3%	48,9%	44,0%	36,9%
Não Possui Casa Própria:	49,1%	54,6%	52,6%	54,7%	51,1%	56,0%	63,1%
POSSUI AUTOMÓVEL PRÓPRIO?							
Sim - Quitado e/ou Pagando:	53,0%	45,8%	46,5%	46,1%	43,0%	43,0%	37,8%

Elaboração própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), Fundação Procon-SP, 09/2018.

Tabela 2 mostra de forma resumida que a maioria dos consumidores que procuraram o Programa de Apoio ao superendividado é composta por mulheres. Mais de 70% estão com o nome negativado, isto é, estão inscritos em algum cadastro de inadimplentes. Predominam trabalhadores da iniciativa privada ou empreendedores com seu próprio negócio ou até mesmo autônomos, com mais de 70%.

Mais de 50% destes consumidores possuem algum dependente de sua renda, tendo em média quase dois dependentes. Esta situação agrava o problema de superendividamento.

A maioria não possui casa própria, o que torna o problema ainda pior para o cidadão endividado, pois a dificuldade em pagar o local de moradia gera preocupação para solucionar com brevidade o problema de endividamento. Uma pequena parte destes consumidores mora junto com os pais ou em algum lugar onde não se preocupam em pagar aluguel.

Uma parcela grande e cada vez maior de consumidores não possui automóvel, chegando a 62% da amostra do último semestre.

Para a Região do Grande ABC Paulista tem-se uma situação parecida: é maior o cadastro de mulheres (56,4%); 76% dos cadastrados têm nome negativado, mesmo percentual de consumidores que são da iniciativa privada ou autônomo ou até mesmo informal e não trabalham para nenhum órgão público; 59% da amostra de consumidores da Região do ABC paulista afirmam ter dependentes (em média 1,8 dependentes); 21,6% estão pagando casa própria, 28% tem a casa própria quitada e 50,4% não possui casa própria; 23,4% têm automóvel próprio e quitado, outros 24,7% estão pagando seu automóvel e 51,9% não tem automóvel próprio; em 2018, aproximadamente 60% dos consumidores cadastrados no PAS e pertencentes à Região do ABC Paulista estão sem automóvel.

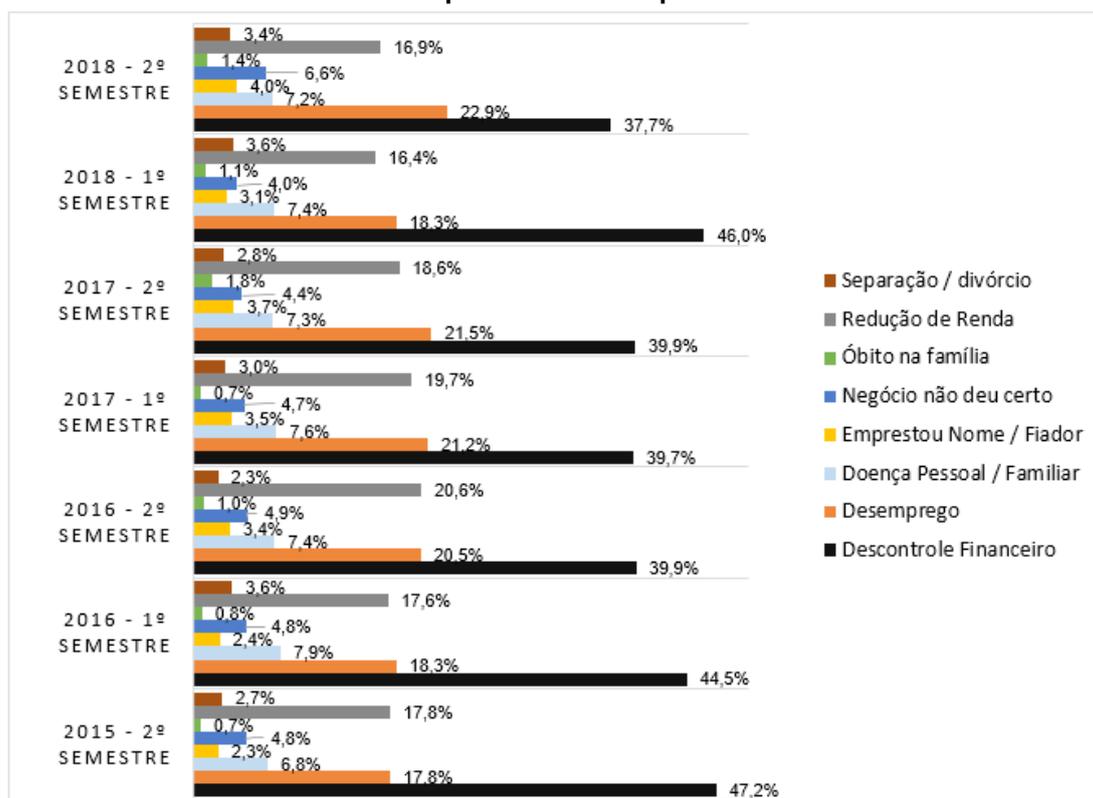
O Gráfico 4 evidencia os principais motivos do superendividamento relatados pelo próprio consumidor. Somente pode ser cadastrado um motivo pelo consumidor.

O que se observa é que 37,7% de toda amostra atribui ao Descontrole Financeiro o motivo de se superendividar.

O segundo maior motivo é o desemprego. Este motivo vem crescendo como percentual entre os cadastrados, chegando a 22,9% no 2º semestre de 2018. Trata-se do maior percentual em toda amostra para este motivo. Certamente, isto é reflexo do ciclo econômico recessivo.

A redução de renda é o terceiro motivo, com 16,9%. Este é um motivo que, muitas vezes, antecede o desemprego. As empresas cortam custos, horas extras entre outras remunerações variáveis. Esta realidade também se verifica em órgãos públicos, que não podem mandar embora servidores estáveis e, com a redução nas receitas públicas, precisam reduzir os gastos. Então, a gestão pública corta o máximo possível de gratificação e outras remunerações variáveis.

Gráfico 4: Principal Motivo do Superendividamento



Elaboração Própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSC, a partir de dados do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), Fundação Procon-SP, 09/2018.

Doença Pessoal e/ou familiar é outro motivo alegado por 7,3% dos cadastrados.

Muitos cidadãos, quando perdem seus empregos, tentam desenvolver alguma atividade no comércio ou serviço. Assim, o motivo “negócio não deu certo” atingiu 4,9% dos cadastrados, sendo que no último período este valor chegou a 6,6%.

“Emprestou nome ou foi fiador” é o motivo em média de 3,2% dos cadastros, pois neste caso a pessoa fez dívida para um terceiro. Separação ou divórcio tem na média 3,1% dos cadastros. Óbito na família tem cerca de 1% dos cadastrados.

Para a Região do Grande ABC Paulista a situação é parecida:

- O principal motivo também é o Descontrole Financeiro que saiu de 58,3% para chegar em 38,2% no 2º semestre de 2018.

- O segundo motivo mais citado é o desemprego, que, no último período, atingiu 19,7%.
- Redução de Renda é o terceiro mais citado, 11,8%.
- Doença Pessoal ou Familiar com 13,2% no último período.
- “Negócio não deu certo”, média de 4,2%.
- “Emprestou Nome ou Fiador”, média de 2,2%.
- “Óbito na família”, média de 2,1%.

Esta nota teve o objetivo de provocar reflexão, especialmente por parte das autoridades públicas, deste assunto tão relevante para a vida de muitas famílias. É fundamental que, ao lado da educação financeira aos consumidores, haja a construção e execução de políticas públicas, bem como de adequação da legislação, que visem ajudar os cidadãos superendividados. Isto, para que eles não fiquem à margem da sociedade.

Referências Bibliográficas:

BANCO CENTRAL DO BRASIL.SGS - **Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1** Série n°22099.Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>>. Data de Acessado em 24 de Setembro de 2018.

BRASIL.MINISTÉRIODAJUSTIÇA.-DEPARTAMENTODEPROTEÇÃOEDEFESADOCONSUMIDOR. **Prevenção e tratamento do superendividamento / elaboração de Claudia Lima Marques , Clarissa Costa Lima e Káren Bertoncello.** Brasília: DPDC/SDE, 2010. 174 p. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/imagem/manual-tratamento-do-superendividamento.pdf/view>>. Acessado em 24 de Setembro de 2018.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval De. **Economia Micro e Macro.** 6ª Edição. 2015. Editora Atlas.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval De. **Fundamentos de Economia.** 5ª Edição. 2014. Editora Saraiva.

4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA¹

Érick da Silva Cortes
Lúcio Flávio da Silva Freitas

Resumo Executivo

A matriz de insumo-produto brasileira, feita pelo IBGE (2016), para o ano de 2010, traz maior grau de desagregação dos setores de atividade econômica. No entanto, há ainda poucos estudos publicados a partir dos novos dados, também são raras as aplicações para Região do ABC Paulista a partir da nova matriz. Este trabalho contribui para reduzir essa lacuna pelo cálculo de um vetor do PIB setorial para a região do Grande ABC paulista. O PIB total da região foi estimado em R\$ 106 bilhões, valor próximo ao indicado pelo IBGE, cerca de R\$ 96 bilhões. Considerando a Fabricação de automóveis, e a Fabricação de peças e acessórios, quase um terço da economia do ABC deve-se à automotiva. O primeiro desses setores tem importante multiplicador de emprego, considerando o parâmetro da indústria nacional. O setor de Comércio, segundo que mais contribui para o PIB, ao contrário, tem multiplicador de produto pequeno, o mesmo pode ser verificado quanto aos multiplicadores de renda e salários. Admite-se que os serviços com menor grau de sofisticação, como o Comércio, têm sua renda derivada da renda industrial. Ou seja, como apresentam pouca intensidade tecnológica e poucas oportunidades para o ganho de escala, esses serviços dependem da elevação da renda industrial, convertida em maior demanda por serviços, para aumentarem sua renda. No ABC, os serviços mais elaborados têm, aparentemente, menor participação no PIB regional do que a contrapartida no PIB nacional; por exemplo, a Intermediação financeira, que representava 2,4% na Região e 6,8% no PIB nacional, em 2010, comparando os dados estimados àqueles da MIP. Atividades jurídicas, serviços de arquitetura e engenharia e outras atividades profissionais e científicas representavam 1,3%, 0,8% e 0,2% do PIB regional, e 2,4%, 0,9% e 0,6% do PIB nacional.

Desde a contribuição seminal de Wassily Leontief (1936), a análise de Insumo-Produto configurou-se um campo profícuo de interpretação e planejamento regional. Não obstante o avanço constatado neste campo de pesquisa, a publicação de novos dados sempre estimula investigações e reinterpretações dos eventos econômicos. Sobretudo, neste caso, pela publicação da mais recente matriz de insumo-produto brasileira (IBGE, 2016), para o ano de 2010, em maior grau de desagregação dos setores de atividade econômica. Há ainda poucos estudos publicados a partir dos novos dados, também são raras as aplicações para Região do ABC Paulista a partir da nova matriz. Este trabalho contribui para reduzir essa lacuna pelo cálculo de um vetor do PIB setorial para a Região do Grande ABC Paulista. A estimativa do produto, a 65 setores, mais desagregada que qualquer estimativa anterior, reforçou a importância da indústria automotiva para a região, mas também o comércio por atacado e varejo. O primeiro setor tem elevados geradores e multiplicadores de produto, emprego e renda. O segundo tem efeito diminuto sobre o conjunto das demais atividades econômicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estimativa do produto setorial seguiu os procedimentos descritos em Brene, Sesso Filho e Costa (2014). Partiu-se da hipótese de que a produção de um bem é dada como função da utilização dos fatores trabalho e capital. Seja $x=f(N,K)$, onde x é o produto, K é o capital e N o trabalho. Entretanto, como não existe estimativa para o estoque de capital da economia regional, a solução é aproximar o capital pela produtividade do fator trabalho, afinal, máquinas, equipamentos e instalações aumentam a eficiência da mão-de-obra. O diferencial de produtividade entre a região alvo e o Brasil, por sua vez, é aproximado pelo diferencial de salário.

Logo, fazendo W o salário médio:

$$x_i^{ABC} = \left\{ \left(\frac{N_i^{ABC}}{N_i^{Br}} \right) \left(\frac{W_i^{ABC}}{W_i^{Br}} \right) \right\} x_i^{Br}$$

As informações sobre os salários e número de trabalhadores foram obtidas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho². Foi considerado o número de trabalhadores com vínculo de trabalho ativo em 2010; o salário médio foi obtido da massa salarial dividida pelo número de trabalhadores. O produto total x é aquele da Matriz de Insumo-Produto de 2010; o mesmo procedimento foi utilizado para a estimativa do Valor Adicionado Bruto (VAB) ou PIB setorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região do Grande ABC Paulista é formada por sete municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Localizada na área metropolitana de São Paulo, em 2013 a região somava 2,7 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 114 bilhões (IBGE, 2015, apud Agência ABC, 2017). Os destaques são as cadeias produtivas da indústria automotiva, da química e da petroquímica (Agência ABC, 2017).

Ainda que o país enfrente, sobretudo desde os anos 1990, um processo de desindustrialização, no sentido da diminuição relativa da indústria de transformação no produto total e, possivelmente, a perda de densidade da cadeia produtiva (SQUEFF, 2012), i.e., a substituição de elos da cadeia produtiva pela importação, sem o crescimento equivalente das exportações industriais, o Grande ABC paulista continua uma região industrial. Segundo Miranda-Sampaio (2015):

No ABC paulista, ainda que a indústria tenha perdido peso relativo, continua sendo o setor mais dinâmico da economia local, com destaque para a cadeia da indústria de transportes. [...] De qualquer forma, se considerarmos as cidades do ABC como médias, e tendo em conta seu histórico como contendo clusters industriais (principalmente em torno da indústria automobilística), era de esperar pelas teorias da geografia econômica que a indústria mantivesse sua importância naquele território. Afinal, no ABC há mão de obra treinada, há fornecedores, há proximidade a um importante porto, etc. (MIRANDA-SAMPAIO, 2015, P. 511).

Ocorre que a Região do ABC Paulista apresentou, desde os anos 1980, assim como o município de São Paulo, perda de ocupações nas atividades de transformação industrial e o aumento das ocupações nos serviços (DINIZ & CAMPOLINA, 2007). Não obstante, serviços sofisticados, como o setor financeiro e empresas de consultoria e marketing, estão mais concentrados espacialmente naquele município (DINIZ & CAMPOLINA, 2007), como indica a concentração do mercado acionário brasileiro na Bolsa de Valores de São Paulo, ou a presença das sedes dos principais bancos que operam no país.

A mudança estrutural enseja questionamentos acerca do grau de complexidade da economia do ABC e sua evolução temporal, mas também seus possíveis impactos sobre a renda e emprego. Há indícios, na região do grande ABC, do fenômeno da sobre-educação (DIAS & MACHADO, 2008); possivelmente, o aumento dos serviços na ocupação não foi acompanhado pari-passu pela demanda de trabalhadores nos serviços mais sofisticados.

Já no início dos anos 2000 apontava-se:

O caráter regressivo das transformações sofridas pela economia sub-regional foi outra hipótese confirmada pelos levantamentos realizados. Houve uma perda imensa de empregos industriais não compensados pelo terciário e tem ocorrido um crescente descarte pelo mercado de trabalho local de

trabalhadores sub-alfabetizados, maduros e do sexo masculino. Além disso, os empregos terciários que mais cresceram em lugar das ocupações industriais perdidas são do tipo tradicional (nas áreas administrativa e burocrática, sem vínculo estrito com as novas tecnologias), não ensejando a possibilidade de remuneração e benefícios semelhantes aos da indústria (ANAU, 2002, p. 56).

Em termos da ocupação, segundo os dados da RAIS, os setores com mais vínculos ativos em 2010 eram o comércio por atacado e varejo (133.254 vínculos ou 17% do total); Outras atividades administrativas e serviços complementares (105.483 ou 13%); administração pública defesa e seguridade social (48.246 ou 6%) e a fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças (42.605 ou 5%). Na matriz de insumo-produto de 2010, a fabricação de automóveis representava menos de 1% dos trabalhadores ocupados. A tabela 1 traz a estimativa do PIB setorial do Grande ABC Paulista para 10 setores de atividade econômica selecionados.

O PIB total da região foi estimado em R\$ 106 bilhões, valor próximo ao indicado pelo IBGE, cerca de R\$ 96 bilhões. Considerando a fabricação de automóveis, e a fabricação de peças e acessórios, quase um terço da economia do ABC deve-se à automotiva. O primeiro desses setores tem importante multiplicador de emprego, considerando o parâmetro da indústria nacional. O setor de Comércio, segundo que mais contribui para o PIB,

Tabela 1 – PIB setorial do Grande ABC Paulista, dez maiores setores, 2010

Setores	VAB* (R\$1.000)	% do PIB
PIB	106.908.099,19	100,0
Fabr. de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	28.842.117,40	27,0
Comércio por atacado e varejo	11.161.294,35	10,4
Construção	5.985.112,80	5,6
Fabr. de peças e acessórios para veículos automotores	4.087.986,56	3,8
Saúde pública e privada	4.005.190,89	3,7
Transporte terrestre	3.872.668,74	3,6
Outras atividades administrativas e serviços compl.	3.820.499,56	3,6
Educação pública e privada	3.552.652,80	3,3
Fabr. de produtos de borracha e de material plástico	3.102.353,21	2,9
Desenv. de sistemas e outros serviços de informação	2.815.668,81	2,6
Total	71.245.545,12	66,5

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS-CONJUSCS. * Valor adicionado bruto.

ao contrário, tem multiplicador de produto pequeno. O mesmo pode ser verificado quanto aos multiplicadores de renda e salários.

Admite-se que os serviços com menor grau de sofisticação, como o Comércio, têm sua renda derivada da renda industrial. Ou seja, como apresentam pouca intensidade tecnológica e poucas oportunidades para o ganho de escala, esses serviços dependem da elevação da renda industrial, convertida em maior demanda por serviços, para aumentarem sua renda.

No ABC, os serviços mais elaborados têm, aparentemente, menor participação no PIB regional do que a contrapartida no PIB nacional: por exemplo, a intermediação financeira, que representava 2,4% na região e 6,8% no PIB nacional, em 2010, comparando os dados estimados àqueles da MIP. Atividades jurídicas, serviços de arquitetura e engenharia e outras atividades profissionais e científicas representavam 1,3%, 0,8% e 0,2% do PIB regional, e 2,4%, 0,9% e 0,6% do PIB nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação dos setores econômicos que exercem maior impacto sobre a atividade produtiva com um todo é um dos usos mais relevantes das matrizes de insumo-produto. Com isso, os investimentos podem ser melhor direcionados, bem como os requisitos de insumos para sua execução podem ser devidamente quantificados.

Por sua vez, a regionalização dos dados sobre o produto de uma economia, em um maior grau de desagregação, contribui decisivamente para que os impactos econômicos possam ser especializados, e computados os efeitos das variações no produto de uma região sobre a outra.

No Grande ABC Paulista, a indústria tem importância muito maior que na economia como um todo. A automotiva não é um dos setores-chave da indústria nacional, não obstante, é decisiva para o ABC. A importância do comércio e dos serviços no PIB é, possivelmente, um reflexo das indústrias. Ou seja, à medida que têm menores ganhos de produtividade e escala, comércio e serviços aumentam sua renda apenas conforme aumenta a produtividade e a renda da indústria.

A agenda de pesquisa futura passa pela construção de uma matriz regional de insumo-produto do tipo Grande ABC Paulista x Brasil, que permitirá melhor conhecimento de toda a complexidade da economia local.

Notas:

1. Outra versão deste trabalho foi publicada na revista Pesquisa e Debate, v. 29, n. 1(53), 2018.
2. As limitações da RAIS podem ser conhecidas em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12526:informacoes-gerais-sobre-a-pnad-objetivos-da-rais-e-do-caged&catid=190:setec.
3. Efeito teorizado em Baumol (1967).

Referências Bibliográficas:

ANAU, R. V., (2002). As transformações econômicas no grande ABC de 1980 a 1999. Revista Pós, São Paulo, vol. 11, pp. 46-59.

BAUMOL, W. J., (1967). Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis. The American Economic Review, Vol. 57, No. 3, pp. 415-426.

BRENE, P. R. A. ; SESSO FILHO, U. A. ; COSTA, A. J. D., (2014). Análise da viabilidade de uso de indicadores provenientes de matrizes de insumo-produto regionais estimadas: apresentação e teste da proposta metodológica. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 127, pp. 155-180.

DIAS, M. D. M. ; MACHADO, L., (2008). Overeducation e Undereducation no Brasil: incidência e retornos. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 38, nº 3, pp. 431-460.

DINIZ, C. C. ; CAMPOLINA, B., (2007). A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. Revista eure , vol. XXXIII, nº 98, pp. 27-43, Santiago de Chile.

GUILHOTO, J.J.M. ; SESSO FILHO, U., (2005). “Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais”. Economia Aplicada. Vol. 9. N. 2., p. 277-299.

GUILHOTO, J.J.M. ; SESSO FILHO, U., (2010). “Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005”. Economia & Tecnologia. UFPR/TECPAR. Ano 6, Vol 23. ISSN 1809-080X.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2017). PIB dos municípios. Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 07/12/2017.

LEONTIEF, W., (1936). Quantitative input and output relations in the economic system of the United States.

Review of Economic Statistics, XVIII (3).

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D., (2009). Input-output analysis: foundations and extensions. Nova Iorque: Cambridge University Press. Second edition.

MIRANDA-SAMPAIO, L., (2015) Tendências recentes da espacialização das indústrias e serviços em São Paulo e no ABC paulista. *Economía, Sociedad y Territorio*, vol. xv, núm. 48, pp. 483-515.

RICHARDSON, H., (1972). Input-output and regional economics. New York, John Wiley and Sons (Halsted Press).

SQUEFF, G. C., (2012). Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Texto para discussão, 1747, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

TORRES, H. G., (2012). Afinal a desconcentração produtiva é ou não é relevante?: a cidade de São Paulo no olho do furacão. *Novos Estudos*, n. 94, pp. 69-88.

5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA

Enio Moro Junior

Resumo Executivo

Os indicadores econômicos e sociais do Grande ABC Paulista não se traduzem em espaços públicos de qualidade. O território é extremamente fragmentado, com estratégias de ocupação do solo pulverizadas a partir de uma lógica de expansão urbana que privilegia o lote e não a cidade. Nesta reflexão, discutimos que, além da baixa qualidade do perfil dos investimentos públicos locais em urbanização de qualidade, as políticas de transferência de recursos federais também estão distantes da produção de espaços urbanos melhores para os cidadãos.

O perfil atual dos investimentos urbanos das prefeituras do Grande ABC Paulista perpetua a baixa qualidade da produção dos espaços públicos. Não identificamos projetos urbanos de longo prazo requalificadores do espaço público que se contraponham às agendas que reduziram este tema às modestas ações de manutenção, pequenos reparos e serviços com pouca relevância.

Não há priorização política nas agendas municipais de investimentos para o enfrentamento dessa péssima qualidade dos espaços públicos e, quando surgem, são fragmentadas e não criam cidades com melhores condições urbanas. Também não identificamos investimentos claros e perenes para a recuperação de áreas centrais, ampliação de espaços pedestrializados, ciclovias, parques urbanos, corredores verdes, paisagem urbana qualificada, iluminação pública de qualidade e variada, fiação subterrânea, renaturalização de corpos d'água, novos modais de mobilidade, entre outros.

Contrapondo-se, estamos condenados às eternas repavimentações, pintura de guias, reformas de prédios públicos sem projeto, entre outras mesmices que efetivamente não introduzem inovações, soluções sustentáveis ou ainda melhorias nas relações com o entorno.

Uma breve visita à história do urbanismo comprova que o investimento público de longo prazo na produção de espaços qualificados, plurais e democráticos é um dos caminhos para a garantia de melhores condições de vida e fruição para toda a sociedade. Basta nos deslocarmos para Curitiba, trechos do Rio de Janeiro, Ouro Preto ou Porto Alegre para comprovarmos que há condições, no próprio Brasil, de possuímos cidades melhores, mais justas e inclusivas.

A prática de investimentos públicos em espaços coletivos é corrente em vários países. Por aqui, a priorização da manutenção urbana com baixa qualidade é a “agenda progressista” do urbanismo regional. Gasta-se muito, com pequeno impacto e ilusório retorno. O planejamento urbano de longo prazo comprova que há alternativas viáveis para o investimento público em espaços de qualidade. Exemplifiquemos com dois exemplos do urbanismo norte-americanos que já estão em fase de estudos e início de processo de implantação: “Chicago Go To 2040” e “Humanhattan 2050”.

O projeto “*Chicago Go To 2040*” prevê, sob a coordenação da autoridade metropolitana de Chicago, entre outras metas, que até o ano de 2040 esta cidade e a sua região metropolitana serão um dos maiores polos de educação do mundo e, para tal, implantarão transformações urbanas tanto em mobilidade como também em requalificação do esvaziado cinturão industrial de Chicago. A transformação destes espaços residuais em novas áreas urbanizadas será reafirmada por meio das novas dinâmicas educacionais implantadas e de todas as atividades de apoio que virão tais como residências estudantis, centros de pesquisa, restaurantes, livrarias, entre outros.

Desta mesma forma, o projeto “*Manhattan 2050*” prevê intervenções urbanas em Nova York até o ano de 2050 que diminuam o impacto das mudanças climáticas e aumentem o sequestro de carbono. Entre as ações, já em estudos, a construção de um parque com cerca de 100 metros de largura sobre o rio Hudson que, na visão deste autor, é muito parecido com o Aterro do Flamengo. Esse parque terá árvores que potencializarão o sequestro de carbono, além de equipamentos de arte, cultura e lazer. Manhattan será emoldurada por um grande parque.

Infelizmente não identificamos agendas urbanas de longo prazo no Grande ABC, que, de modo lamentável, está estagnado em modelos dos anos 1960, nos quais os municípios aguardavam passivamente grandes intervenções no território a partir do poder central. Os municípios não se qualificaram como protagonistas de transformações urbanas.

Contemporaneamente, comprovamos essa afirmação a partir do perfil de investimentos urbanos no Grande ABC Paulista, em especial sob dois enfoques: primeiramente a partir da análise dos orçamentos municipais sob o olhar das rubricas públicas de Obras, Urbanismo, Infraestrutura, Mobilidade, Meio Ambiente, Habitação e Saneamento; em seguida, a partir do perfil de investimentos que as prefeituras pleiteiam do governo federal.

Sobre as rubricas públicas municipais na área de desenvolvimento urbano, observa-se que as prefeituras incorporam idiosincrasias, como, por exemplo, a incorporação de custeio da máquina pública, subsídios ao transporte coletivo, gastos administrativos, locação de frotas, mão de obra terceirizada, manutenção predial, entre outros. Resta pouco às necessárias ações urbanas. Observemos a tabela 1 que mescla, a partir de dados auditados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as relações entre as despesas empenhadas em ações de urbanismo e o valor anualizado investido por município no Grande ABC.

Tabela 1 – Arrecadação, despesas empenhadas em urbanismo e valor investido por município em ações urbanas no Grande ABC Paulista em 2016, em R\$

Municípios	Arrecadação Municipal	Despesa Empenhada	Valor investido por município
Diadema	1.121.875.420,71	196.292.108,87	469,74
Mauá	879.322.082,69	220.949.577,05	478,24
Ribeirão Pires	261.405.932,57	65.994.590,40	541,61
Rio Grande da Serra	79.384.434,41	12.340.251,10	249,76
Santo André	2.341.118.765,31	418.301.269,00	584,84
São Bernardo do Campo	3.803.676.099,27	770.711.549,83	931,44
São Caetano do Sul	1.233.674.691,28	280.590.004,00	1.757,99
Total Grande ABC	9.720.457.426,24	1.965.179.350,25	-
Média Grande ABC	-	-	713,72

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2018), com dados auditados de 2016.

Estes dados comprovam que o investimento público em urbanismo é, em média, cerca de 20% das arrecadações municipais, mas que isso não se traduz em retorno qualificado para a população, reduzindo-se o ideário urbanístico às obras fragmentadas e que não valorizam o espaço público, como piscinões (sendo que há outras soluções mais baratas e eficientes para os problemas da drenagem urbana), repavimentações e reformas, entre

outros, comprovando-se que há falta de inovação generalizada no investimento público em urbanismo.

Por outro lado, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), que é uma plataforma de gerenciamento do governo federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios e contratos de repasse da União, comprova que os recursos federais transferidos aos municípios (excetuando-se verbas de custeio, gastos constitucionais ou empréstimos) são muito modestos. Estes recursos podem ser pleiteados, em linhas gerais, de duas maneiras: por meio de programas dos Ministérios do Governo Federal ou ainda a partir de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, conforme tabela:

Tabela 2 – Perfil de investimentos municipais no Grande ABC Paulista em ações urbanas com recursos federais, em 2018

Municípios	Recursos Federais	Investimentos em Pavimentação	Investimentos em Equipamentos Públicos
Diadema	R\$ 15.309.948,30	R\$ 2.662.609,51	R\$ 12.647.338,79
Mauá	R\$ 5.939.625,23	R\$ 4.709.387,14	R\$ 1.230.238,09
Ribeirão Pires	R\$ 29.035.326,15	R\$ 14.177.810,00	R\$ 14.857.516,15
Rio Grande da Serra	R\$ 3.671.044,72	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.671.044,72
Santo André	R\$ 2.055.314,94	R\$ 1.645.717,95	R\$ 409.596,99
São Bernardo do Campo	R\$ 12.785.134,53	R\$ 7.756.030,30	R\$ 5.029.104,23
São Caetano do Sul	R\$ 15.016.856,42	R\$ 4.218.471,98	R\$ 10.798.384,44
TOTAL	R\$ 83.813.250,29	R\$ 36.170.026,88	R\$ 47.643.223,41

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: SICONV – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018.

Ao analisar especificamente este ano de 2018, identificamos que a região possui pequenos valores de investimentos federais em ações urbanas, ou seja, cerca de R\$ 80 milhões, que representa aproximados 1% das arrecadações municipais. Observa-se ainda a infeliz priorização em obras de pavimentação, comprovadamente a partir de especificações técnicas desatualizadas. Ou seja, é o mesmo asfalto do século passado e não há espaço para se trabalhar, por exemplo, com pavimentação ecológica ou ainda drenante, para minimizar o impacto das enchentes, que tanto castigam a nossa região. Certamente, pela qualidade defasada do produto, em poucos anos estas pavimentações serão refeitas realimentando um infeliz ciclo de investimento público.

Nesta mesma tabela 2, concentramos “Investimentos em Equipamentos Públicos” nas ações de obras em escolas, hospitais, unidades básicas de saúde, quadras esportivas e algumas praças. Todos os investimentos são pontuais, desconexos e desarticulados de um projeto urbano maior.

Assim, o investimento em ações de renovação urbana é nulo, com baixa criatividade e efetividade, condenando nossos municípios a uma mesmice. Constata-se que não há priorização, propostas e vontade políticas para buscar recursos de maior impacto e perenidade, como, por exemplo, projetos urbanos requalificadores e mais amplos.

A boa arquitetura comprova que espaços melhores repercutem positivamente em toda a sociedade. Os investimentos em espaços públicos de qualidade são extremamente baixos e diluídos em projetos que se distanciam das possibilidades de cidades mais agradáveis e com espaços democráticos.

As administrações municipais reduzem a fundamental questão urbana requalificadoras de seus espaços às obras e serviços de baixo impacto e que constantemente precisam ser retomados.

O modelo de transferência de recursos, como também o perfil de investimentos, está muito distante de qualquer possibilidade de melhoria do espaço público. Apenas reitera, com medidas paliativas, a fragmentação que o poder público municipal possui para o investimento em ações urbanas que melhorariam, com certeza, as condições de vida na cidade de forma mais perene para todos seus habitantes.

Referências Bibliográficas:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Portal de Transparência Municipal**. Disponível em <http://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SICONV, **Portal dos Convênios do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**. Disponível em <http://portal.convencios.gov.br/>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE¹

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

Os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) têm a obrigação legal de submeter para análise dos respectivos Conselhos de Saúde (Nacional, Estaduais e Municipais) os Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas e o Relatório Anual de Gestão. Por sua vez, estes relatórios permitem que os Conselhos de Saúde avaliem se a execução orçamentária e financeira e as metas atingidas em cada ano com a implementação das ações e serviços públicos de saúde estão em consonância com os objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), no Plano de Saúde, na Programação Anual de Saúde, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, devidamente aprovados em cada esfera de governo pelos respectivos conselhos nos termos da Lei Complementar 141/2012. Para subsidiar os conselheiros de saúde nessa análise, esta nota apresenta os parâmetros que o autor desenvolveu em conjunto com a Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde para os níveis de empenho e liquidação da despesa no ano, em cada quadrimestre e no primeiro semestre, cuja classificação é composta por cinco faixas – preocupante, adequado, regular, inadequado, intolerável e inaceitável. A adoção dessa metodologia para a avaliação do nível de liquidação das despesas com saúde pelas Prefeituras da Região do Grande ABC Paulista em 2017 revelou que apenas três municípios foram classificados como execução “adequada” – Diadema, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul.

Os gestores do SUS – de âmbito federal, estadual e municipal – devem apresentar quadrimestralmente (para análise e indicação de medidas corretivas) e anualmente (para análise e elaboração de parecer conclusivo) os Relatórios de Prestação de Contas aos respectivos Conselhos de Saúde dos quais fazem parte enquanto representação do segmento “gestor”.

Trata-se de obrigação estabelecida na Lei Complementar 141/2012, que disciplina inclusive o conteúdo básico desses relatórios. Um dos aspectos dessa prestação de contas é a execução orçamentária e financeira das ações e serviços públicos de saúde, a partir da análise da despesa empenhada, da despesa liquidada e da despesa paga, que é o objetivo desta nota técnica.

Segundo a Lei 4320/64, o “empenho” cria obrigação para o Poder Público, alocando parte dos recursos orçamentários para credor devidamente identificado, que por sua vez deverá cumprir com o objeto da contratação que deu causa ao referido empenho – entregar o bem ou prestar o serviço, cuja atestação da autoridade pública desse cumprimento nos termos contratados corresponde a fase da “liquidação” da despesa – para, depois disso, fazer jus ao pagamento correspondente.

Em outros termos, não poderá ser paga uma despesa não liquidada, e nem poderá ser liquidada uma despesa não empenhada – por isso, é comum ouvir entre aqueles que convivem com a gestão pública que “nenhuma despesa pode ocorrer sem prévio empenho”.

Evidentemente, para ser empenhada uma despesa, além de necessidade da correspondente dotação orçamentária com valor suficiente para esse fim, é preciso que a legislação que rege as contratações públicas tenha sido cumprida para a escolha dos fornecedores de bens e serviços. Por isso, planejar é preciso.

O planejamento da execução orçamentária e financeira está materializado nos seguintes instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – cujos respectivos capítulos das despesas de saúde devem estar em sintonia com o Plano de Saúde (no caso do PPA) e com a Programação Anual de Saúde (no caso da LDO e da LOA).

Esses instrumentos são as principais referências para a execução orçamentária e financeira das ações e serviços públicos de saúde que deverão constar nos relatórios de prestação de contas citados no início desta nota.

Para subsidiar os gestores e os conselheiros de saúde na análise da execução orçamentária e financeira das ações e serviços públicos de saúde, desenvolvemos uma metodologia em conjunto com a Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS), que consiste na avaliação dos níveis de empenho e de liquidação da despesa de acordo com a seguinte classificação: preocupante, adequado, regular, inadequado, intolerável e inaceitável. Os quadros 1, 2, 3 e 4 apresentam as faixas percentuais que servem de parâmetros de análise dos níveis de empenho e de liquidação da despesa em cada período de análise.

Quadro 1 – Parâmetros de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira (até 30 de abril de cada ano)

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ATÉ 30/ ABRIL)		Nível de Empenho	Nível de Liquidação
		Emp/Dot.Atualizada	Liq/Dot.Atualizada
CLASSIFICAÇÃO	PREOCUPANTE	$X \geq 50\%$	$X \geq 45\%$
	ADEQUADO	$35\% < X < 50\%$	$30\% < X < 45\%$
	REGULAR	$32\% < X < 35\%$	$27\% < X < 30\%$
	INADEQUADO	$27\% < X < 32\%$	$22\% < X < 27\%$
	INTOLERÁVEL	$22\% < X < 27\%$	$17\% < X < 22\%$
	INACEITÁVEL	$X \leq 22\%$	$X \leq 17\%$

Fonte: Francisco Funcia e Cofin/CNS.

Quadro 2 – Parâmetros de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira (até 30 de junho de cada ano)

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ATÉ 30/ JUNHO)		Nível de Empenho	Nível de Liquidação
		Emp/Dot.Atualizada	Liq/Dot.Atualizada
CLASSIFICAÇÃO	PREOCUPANTE	$X > 65\%$	$X > 60\%$
	ADEQUADO	$50\% < X < 65\%$	$45\% < X < 60\%$
	REGULAR	$45\% < X < 50\%$	$40\% < X < 45\%$
	INADEQUADO	$40\% < X < 45\%$	$35\% < X < 40\%$
	INTOLERÁVEL	$35\% < X < 40\%$	$30\% < X < 35\%$
	INACEITÁVEL	$X \leq 35\%$	$X \leq 30\%$

Fonte: Francisco Funcia e Cofin/CNS.

Quadro 3 - Parâmetros de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira (até 31 de agosto de cada ano)

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ATÉ 31/ AGOSTO)		Nível de Empenho	Nível de Liquidação
		Emp/Dot.Atualizada	Liq/Dot.Atualizada
CLASSIFICAÇÃO	PREOCUPANTE	X>80%	X>75%
	ADEQUADO	65%<X<80%	60%<X<75%
	REGULAR	60%<X<65%	55%<X<60%
	INADEQUADO	55%<X<60%	50%<X<55%
	INTOLERÁVEL	50%<X<55%	45%<X<50%
	INACEITÁVEL	X<=50%	X<=45%

Fonte: Francisco Funcia e Cofin/CNS.

Quadro 4 - Parâmetros de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira (até 31 de dezembro de cada ano)

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (ATÉ 31/ DEZEMBRO)		Nível de Empenho	Nível de Liquidação
		Emp/Dot.Atualizada	Liq/Dot.Atualizada
CLASSIFICAÇÃO	PREOCUPANTE	-	-
	ADEQUADO	X>97%	X>93%
	REGULAR	93%<X<97%	85%<X<93%
	INADEQUADO	85%<X<93%	75%<X<85%
	INTOLERÁVEL	75%<X<85%	65%<X<75%
	INACEITÁVEL	X<=75%	X<=65%

Fonte: Francisco Funcia e Cofin/CNS.

A comparação da despesa empenhada e da despesa liquidada com a dotação atualizada visa a avaliação da execução da despesa à luz das dotações inicialmente autorizadas na lei orçamentária, devidamente atualizadas com suplementações/reduções durante o exercício.

O nível “preocupante” revela se a execução da despesa está ocorrendo acima do previsto no planejamento, o que pode indicar a necessidade de suplementação do valor originalmente fixado na dotação orçamentária ao antecipar a insuficiência de recursos, mantidos os níveis de empenhamento e de liquidação da despesa até o 2º quadrimestre (até 31 de agosto de cada ano); no último quadrimestre (até 31 de dezembro de cada ano), encerramento do exercício, não há mais porque se considerar a execução da despesa como “preocupante”.

O nível “adequado” expressa a faixa percentual de execução da despesa que próxima ao cumprimento do que foi planejado, enquanto que o “regular” reflete o início do distanciamento da execução de acordo com o planejado. Os níveis “inadequado”, “intolerável” e inaceitável” indicam que a execução da despesa ficou abaixo e muito abaixo do planejado, com grave prejuízo para o atendimento às necessidades de saúde da população.

As diferentes faixas para os níveis de empenho e de liquidação da despesa decorrem do natural hiato temporal entre essas duas fases da despesa pública – para uma grande parte delas, não se liquida ao mesmo tempo que se empenha.

Adota-se como pressuposto para a adoção dessa metodologia o grave quadro de subfinanciamento do SUS (R\$ 3,60/dia per capita ou 4,0% do PIB em termos consolidados em 2017, calculado a partir dos dados do SIOPS/

Ministério da Saúde). Portanto, executar as despesas abaixo do planejado significa agravar o quadro de saúde e bem-estar da população, que pode se manifestar de diferentes formas – falta de medicamentos, atraso na execução de obras e compras de equipamentos, filas para consultas e exames etc.

É claro que a racionalização do uso dos recursos e aprimoramento da gestão da saúde, bem como combate às fraudes e desperdícios, é condição necessária para aumentar a eficiência e a eficácia do atendimento à saúde, mas é insuficiente para melhorar as condições de saúde da população diante do grave quadro de subfinanciamento do SUS. É preciso mais recursos, inclusive para esse aprimoramento da gestão.

Quadro 5: Avaliação do Nível de Liquidação das Despesas com Saúde pelas Prefeituras da Região do Grande ABC Paulista em 2017

Municípios	Nível de Liquidação	Classificação
Diadema	94,97%	Adequado
Mauá	83,59%	Inadequado
Ribeirão Pires	95,42%	Adequado
Rio Grande da Serra	85,08%	Regular
Santo André	85,42%	Regular
São Bernardo do Campo	86,37%	Regular
São Caetano do Sul	94,52%	Adequado

Fonte: Adaptado dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Exercício de 2017 dos municípios selecionados. Disponível em http://siops.datasus.gov.br/rel_LRF.php (6º bimestre de 2017 – municípios selecionados).

No caso da União, os efeitos negativos da Emenda Constitucional 95 já foram sentidos em 2017, mas é possível constatar, com a adoção dessa metodologia, que determinadas despesas têm apresentado baixos níveis de liquidação repetidamente desde o 1º quadrimestre de 2016, enquanto outras têm apresentado alto nível de liquidação, o que indica algum problema no processo de planejamento e/ou de gestão das secretarias e demais unidades do Ministério da Saúde.

O resultado da aplicação dessa metodologia para analisar o nível de liquidação das despesas com saúde pelas Prefeituras da Região do Grande ABC está no Quadro 5.

É possível verificar que, em 2017, os níveis de liquidação das despesas com saúde de três municípios foram classificados como “adequado” (Diadema, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul), três como “regular” (Rio Grande da Serra, Santo André e São Bernardo do Campo) e um como “inadequado” (Mauá).

Portanto, para a maioria dos municípios da Região do Grande ABC Paulista, não houve o atendimento às necessidades de saúde da população em 2017 nos termos planejados, conforme constam nas respectivas Leis Orçamentárias, considerando a classificação “regular” e “inadequado”. As consequências em termos de planejamento das ações e serviços de saúde e as justificativas dessa execução abaixo do adequado para esses municípios devem constar dos respectivos Relatórios Anuais de Gestão de 2017 encaminhados pelas Secretarias de Saúde para cada Conselho Municipal de Saúde até 30 de março de 2018 (prazo estabelecido pela Lei Complementar 141/2012).

(1) Versão adaptada da Nota publicada na Domingueira da Saúde de agosto de 2018 (disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-23-agosto-2018>).

7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA

Maria da Consolação Vegi da Conceição¹

Resumo Executivo

Na Região do Grande ABC Paulista, existe 1,03 milhões de pessoas que se beneficiam de planos de saúde concedidos para empregados em empresas, o que representa 37,23% da população desta região. Esse percentual é maior que no restante do Brasil (que é de 15,13%), e se explica pela alta concentração de empresas no Grande ABC. As recentes decisões judiciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referentes a esses planos, atingem inúmeros trabalhadores na Região do Grande ABC Paulista que, após o rompimento do contrato de trabalho, serão obrigados a recorrer aos SUS para realizar seus tratamentos de saúde. Alguns serão excluídos sumariamente do plano e outros sairão por não conseguirem pagar o valor em razão da sua faixa etária. Registre-se ainda que os custos das empresas para a concessão deste benefício aos empregados vêm crescendo. Atualmente representam 12,3% da folha de pagamento da indústria. Isso levou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a procurar o Governo para apresentar uma proposta para frear os custos dos planos.

O peso dos planos privados de saúde nas empresas ou planos de empresas

De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 20,62% da população brasileira tem planos de saúde privados. Ou seja, há 42 milhões de beneficiários de planos privados de saúde, nas três modalidades existentes: Planos Coletivos Empresariais, Planos Coletivos por Adesão e Planos Individuais.

Esta nota técnica tratará especificamente dos Planos Coletivos Empresariais (Planos de Empresas) em saúde dos empregados. Estes planos abrangem 15,13% da população brasileira.

Na Região do Grande ABC Paulista, existem 1,03 milhões de pessoas que se beneficiam de planos de saúde concedidos para empregados em empresas, o que representa 37,23% da população desta região. Esse percentual é maior que no restante do Brasil e se explica pela alta concentração de empresas no Grande ABC, considerado o maior cluster industrial na América Latina.

Esse grande contingente de pessoas em planos de empresas na Região do Grande ABC Paulista, pode, entretanto, estar ameaçado diante das recentes decisões da Justiça, do encarecimento dos planos de saúde e até mesmo da precarização do trabalho após a reforma trabalhista.

Tabela: Beneficiários de Planos de Saúde no Grande ABC Paulista, 2018

Cidade	População em 2018 (estimativa IBGE) (a)	Número de beneficiários de planos privados de Saúde (Coletivos Empresariais; Coletivos por Adesão; Individuais) jun/2018 (b)	Número de beneficiários de planos privados de saúde Coletivos Empresariais jun/2018 (c)	Percentual de beneficiários de planos privados de saúde Coletivos Empresariais no total dos Planos Privados de saúde (d = c/b)	Percentual de beneficiários de planos privados de saúde Coletivos Empresariais na população do Grande ABC (e = c/a)
Diadema	420.934	175.739	141.190	80,34%	33,54%
Mauá	468.148	180.546	137.029	75,90 %	29,27%
SBCampo	833.240	435.863	339.139	77,81 %	40,70%
Santo André	716.109	405.866	292.005	71,95 %	40,78%
São Caetano do Sul	160.275	95.531	72.281	75,66 %	45,10%
Ribeirão Pires	122.607	56.706	39.064	63,60 %	31,86%
Rio Grande da Serra	50.241	14.433	11.180	77,46 %	22,25%
Total Grande ABC	2.771.554	1.364.684	1.031.888	75,61 %	37,23%

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados da ANS e IBGE.

As decisões da Justiça

A Lei nº 9.656/98, que regula os planos coletivos empresariais no Brasil, prevê em seus artigos 30 e 31, que o empregado dispensado poderá continuar usufruindo do plano de saúde mantido pela empresa, desde que passe a pagar integralmente o valor do plano. O aposentado, por exemplo, que tem mais de 10 anos de plano, terá direito ao plano por tempo indeterminado (vitalício) ao se desligar do emprego.

Em 2011, porém, sob o pretexto de regulamentar os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, a ANS editou a Resolução nº 279, restringindo sobremaneira o direito do empregado desligado ou aposentado em continuar no plano da empresa.

Essa resolução determinou, dentre outras medidas: que os planos de empresas poderiam contratar outro plano separado para os empregados desligados e aposentados²; a instituição de faixas etárias para cobrança dos empregados desligados e aposentados; e que os trabalhadores, cujas contribuições durante o contrato de trabalho tenha sido pagas apenas pela empresa, não teriam direito em continuar no plano da empresa após o desligamento ou aposentadoria.

Em agosto deste ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), confirmando a legalidade da Resolução nº 279/2011 da ANS, decidiu que o empregado dispensado do emprego, com plano de saúde custeado integralmente pela empresa durante o contrato de trabalho, não terá direito em permanecer com esse benefício, mesmo pagando o valor correspondente ao plano após a dispensa³.

A decisão do STJ foi dada em dois recursos especiais⁴ o que gerou a suspensão de 615 ações judiciais em todo o Brasil que versavam sobre a mesma matéria. A decisão, por ter sido afetada como um incidente de demanda repetitiva, tem efeito vinculativo para as instâncias inferiores da Justiça e, se estas não aplicarem a decisão superior, pode gerar reclamação do interessado diretamente no STJ.

Em 2017, o STJ também já havia decidido, em outro incidente de demanda repetitiva, que é possível cobrar os valores dos planos de saúde por faixa etária, sendo que, na última faixa (59 anos), o valor pode ser até seis vezes maior que o da primeira faixa. Apenas como exemplo, uma grande instituição financeira do Brasil, após instituir pagamento por faixas etárias, passou a cobrar os seguintes valores dos trabalhadores desligados, por pessoa, conforme a tabela a seguir.

Tabela: Valores dos Planos de Saúde por Faixa Etária de uma Instituição Financeira

Faixa etária	Valor (R\$) por pessoa
Até 18 anos	308,80
De 19 a 23 anos	377,35
De 24 a 28 anos	467,93
De 29 a 33 anos	514,72
De 34 a 38 anos	545,60
De 39 a 43 anos	632,90
De 44 a 48 anos	756,57
De 49 a 53 anos	879,66
De 54 a 58 anos	1.046,79
Acima de 59 anos	1.852,83

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados efetivos de uma grande instituição financeira localizada no Grande ABC Paulista.

Como se pode notar, após os 59 anos de idade, o aposentado terá que pagar, por pessoa, o valor de R\$ 1.852,83.

Como, em geral, o trabalhador tem pelo menos duas pessoas em seu plano, o custo mensal do plano seria de R\$ 3.705,66, valor que é impossível de ser suportado por um aposentado.

Essas decisões atingem inúmeros trabalhadores na Região do Grande ABC que, após o rompimento do contrato de trabalho, serão obrigados a recorrer aos SUS para realizar seus tratamentos de saúde. Alguns serão excluídos sumariamente do plano e outros sairão por não conseguirem pagar o valor em razão da sua faixa etária.

Isso ocorre em uma época que o Congresso Nacional decidiu instituir, com a Emenda Constitucional nº 95/2016, o congelamento dos gastos públicos, gerando impactos diretos no orçamento da saúde em termos consolidados.

A crise anunciada dos planos de saúde empresarial

A saúde suplementar faturou 176 bilhões de reais em 2017, enquanto o gasto público consolidado do Sistema Único de Saúde (SUS) foi de 265 bilhões⁵. No entanto, enquanto os planos privados beneficiam 20% da população, o SUS deve estar preparado para atender 100%, considerando o princípio constitucional da garantia do acesso universal.

Além disso, o SUS tem diversas atribuições que ultrapassam a prestação do atendimento médico integral à população, como executar ações de vigilância sanitária, campanhas de vacinação, saúde do trabalhador, assistência farmacêutica, formulação de políticas na área de saneamento básico, controle e fiscalização de produtos da saúde, fiscalização e inspeção de alimentos, desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde, dentre outros.

Diante destes dados, a conclusão a que se chega é que a saúde suplementar fatura muito e entrega pouco resultado⁶. Enquanto o SUS faz um atendimento integral, sem exclusão de tratamentos ou limites de idade,

embora tenha muita deficiência neste atendimento, consegue fazê-lo com um custo bem menor que a saúde suplementar, para atender um universo quatro vezes maior.

Mas mesmo com esse faturamento, os planos de saúde venceram uma batalha judicial que levará à exclusão dos empregados desligados e aposentados dos planos de empresas.

A Lei nº 9.656/98 havia trazido uma proteção para amparar o empregado desempregado e o aposentado, emergindo do seu comando a função social da propriedade, para garantir um direito social básico como a saúde.

Esse direito foi criado com o objetivo de proporcionar um plano mais acessível ao trabalhador, aposentado ou não, que se desliga da empresa, após ter vertido contribuições para um fundo mútuo por longo período de tempo. As contribuições vertidas para esse fundo é que garantirão ao empregado a sua permanência, pouco importando quem verteu os valores para o plano.

As decisões do STJ podem gerar o seguinte cenário futuro: (1) crescimento da exclusão da contribuição do empregado pelas empresas, e a equalização dos seus custos com a implantação de coparticipação para o empregado ou o aumento do percentual da coparticipação existente⁷, principalmente quando o órgão regulador, a ANS, sinaliza com a possibilidade da coparticipação ser de até 40% do valor do procedimento, além do pagamento de franquias; (2) instituição das faixas etárias para a cobrança, com valores excessivos na faixa dos 59 anos.

Assim, os planos de saúde passariam a servir apenas às pessoas saudáveis, pois quando o trabalhador mais precisar da assistência, será obrigado a se desligar do plano. O negócio se mostrará ainda mais rentável para as operadoras.

Tabela: Inflação oficial no Brasil versus média da inflação médica dos planos (média dos reajustes)

Ano	Inflação oficial no Brasil (IPCA)	Média da Inflação Médica ⁸
2015	10,67%	12,43%
2016	6,29%	13,57%
2017	2,95%	15,46%

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados da ANS e IBGE.

Mas, essa suposta vantagem para as operadoras, pode implicar em perda de mercado. A cultura de utilizar serviços privados de saúde se constrói ao longo dos anos. Se os pais e avós não utilizam planos privados, o jovem pode se ver desestimulado em contratar um plano.

Observamos também que, nos últimos anos, a inflação médica aplicada para o reajuste dos planos de saúde coletivos ficou acima da inflação em geral, que tem servido de reajuste para salários e aposentadoria:

De acordo com estudo da CNI, entre 2008 e 2016, a Variação do Custo Médico Hospital (VCMH) foi de 238%. Por sua vez, no mesmo período, o IPCA aumentou 75%.

A ANS não interfere nos reajustes de planos empresariais com mais de 30 beneficiários. Para a ANS, esses contratos teriam naturalmente reajustes menores, pois os grandes grupos teriam maior poder de negociação perante as operadoras.

Os custos das empresas para a concessão deste benefício aos empregados também vem crescendo, e não apenas no Brasil. Recente matéria do Jornal Valor Econômico, de 25/09/2018, de autoria da jornalista Marli Olmos, relata que este tema vem sendo preocupação de grandes empresas no mundo corporativo, e ações

como a constituição de empresas de saúde – uma espécie de operadora de saúde própria - formada por grandes companhias como Amazon, JP Morgan, Shaze e Berkshire Hathaway, visando “cortar custos” com planos de saúde de seus mais de 1 milhão de funcionários nos EUA. A ideia é dar uma “guinada” no modelo tradicional de gestão de saúde no setor corporativo (...) *“essa não é a única iniciativa de destaque nos EUA. Há três meses, a General Motors fechou acordo com uma rede de seis hospitais de Detroit e região para atender seus empregados”*. Entretanto a referida matéria não traz maiores detalhes sobre esse acordo.

No Brasil, os custos das empresas com planos de saúde representam atualmente 12,3% da folha de pagamento⁹ da indústria. Isso levou a Confederação Nacional das Indústria (CNI) a procurar o Governo para apresentar uma proposta para frear os custos dos planos.

Dentre outras medidas, a CNI sugere que a remuneração dos prestadores seja com base nos resultados e não em procedimentos; a implementação de atenção primária com médicos de família; a disponibilização de dados (banco de dados) sobre a saúde dos empregados, e; a criação de programas de prevenção pelas empresas.

A referida matéria publicada no Valor Econômico cita ainda que: *“além do acompanhamento médico para tratar fatores de risco, algumas empresas têm incentivado a prática de exercícios físicos por meio de convênios com academias. Outras também oferecem, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), exames de rotina, como mamografia, em clínica itinerantes, que circulam pelas fábricas. Grande parte também mudou cardápios, com a diminuição de sal e açúcar nos alimentos servidos em seus refeitórios”*.

Algumas companhias estão investindo em gestão financeira da saúde pois perceberam a ineficiência das operadoras, adotando serviços de orientação, monitoramento do uso de hospitais e pacientes com doenças crônicas¹⁰.

A ANS, por outro lado, não vem desempenhando a contento o seu papel de fiscalização dos reajustes aplicados aos planos de saúde¹¹. Em recente decisão¹² proferida pelo Tribunal de Contas da União, após auditoria realizada na ANS para verificar que ações vinham sendo tomadas para acompanhar os reajustamentos dos planos de saúde, foi identificado que:

“Nesse ponto, causa especial preocupação a notícia, aduzida pela própria Auditoria Interna da entidade, de que a ANS deixou de realizar verificações in loco para aferir a fidedignidade das informações econômico-financeiras que lhe são comunicadas pelas operadoras, inclusive quando encontrados indícios de inconsistências nessas informações (item 287-289 do relatório). Na mesma linha, não há registro de ações concretas da autarquia para saneamento dos ‘erros e anormalidades’ encontrados nos comunicados de reajuste, salvo a exclusão dos ‘valores atípicos’ da base de cálculo do ‘índice ANS’, ou seja, do percentual máximo de reajuste autorizado para os planos individuais (peça 90, p. 26-28)”.

Em outra auditoria, realizada pelo TCU junto à ANS entre 2015 e 2016¹³, foi identificado que desde 2015 esse órgão deixou de fazer as verificações “in loco” nas operadoras, apesar daquelas visitas até então realizadas, terem identificado 90% de distorções ao confrontarem com as informações enviadas pelas operadoras à ANS, no período de 2005-2015.

O TCU determinou que a ANS retorne a realizar as fiscalizações que haviam sido paralisadas desde 2015.

Por fim, mais um fator que pode contribuir com a crise neste setor de saúde complementar é a precarização do trabalho: a reforma trabalhista estimula a contratação de serviços autônomos, a “pejotização”, a terceirização, o trabalho intermitente e o home office. Esse tipo de contratação se caracteriza pelo trabalho sem benefícios,

como vale transporte, auxílio alimentação e planos de saúde.

NOTAS:

1. Maria da Consolação Vegi da Conceição. Advogada Trabalhista, Pós-Graduada em Direito do Trabalho pela USP. Foi Professora da Fundação Santo André.
2. Segregar aposentados em apólice separada do empregado na ativa, certamente irá aumentar a sinistralidade e, por conseguinte o preço do plano.
3. Essa conclusão de que a contribuição do empregado é que lhe garante o direito de permanecer no plano, é decorrente da interpretação que se faz do §6º, artigo 30, da Lei nº 9.656/98. Esse dispositivo prevê que a coparticipação não seria considerada contribuições para fins do direito de permanecer no plano. Porém, em momento algum a lei menciona que a contribuição ao plano deve ser paga pelo empregado. Além disso, esse §6º não constava sequer do texto original da lei. Ele foi sorrateiramente inserido pelo Governo Federal, no dia seguinte à publicação da Lei, por medida provisória. Portanto, esse suposto cerceamento do direito do empregado continuar com o plano não passou pela aprovação do Congresso Nacional. Isso sequer foi discutido naquela Casa Legislativa. Na época em que essa MP foi editada, as MPs poderiam ser renovadas indefinidamente, até o Congresso decidir votá-las. A E.C nº 32/2001 limitou as reedições das MPs. Porém, as MPs que estavam em vigor, incluindo a que inseriu o §6º, artigo 30, da Lei nº 9.656/98, teriam que ser apreciadas pelo Congresso Nacional para mantê-las ou não. Em razão do Congresso Nacional, até o momento, não ter colocado essa discussão em sua pauta, essa MP continua em vigor.
4. Recursos Especiais nº 1680318 e nº 1708104.
5. Fonte: SIOPS-MS.
6. Há inúmeros estudos que atestam o alto grau de desperdício na área da saúde suplementar, que seria inadmissível em companhias industriais.
7. A coparticipação é o valor devido à operadora de plano privado de assistência à saúde, em razão da realização de um procedimento ou evento em saúde pelo beneficiário. Ela pode ser um fator moderador na utilização do plano ou ser um Co-financiamento do plano. Estudos realizados pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) indicam que a adoção da coparticipação subiu de 47% em 2014, para 66% em 2017.
8. Fonte: NOTA TÉCNICA Nº 2013/2017/GEFAP/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO. Endereço Eletrônico: http://www.ans.gov.br/images/stories/Participacao_da_sociedade/audiencias_publicas/ap10/ap10_nt2013_propostas_reajustes_planos_coletivos.pdf
9. Jornal Valor Econômico, 28/08/2018, “Indústria pressiona por menor custo do convênio”.

8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Irene Cantero Barone
Regina Albanese Pose
Tânia Fator

Resumo Executivo

O envelhecer ativo com qualidade, sustentação e amparo à ampliação da expectativa de vida da população é uma realidade possível e necessária. Os dados projetados para São Caetano do Sul indicam que a população idosa alcançará, em 2025, mais de 50% do total de população do município em menos de uma década. A Pesquisa Socioeconômica na Região do Grande ABC Paulista, realizada semestralmente pelo INPES-USCS, apurou que o número de domicílios com pessoas acima de 60 anos aumentou no período entre 2002 e 2013 (38,4%), passando de 30,2%, em 2002, para 41,8%, em 2013.

Estima-se que, em 2022, a população idosa alcançará a marca de 1 bilhão e, em 2050, 2 bilhões, 22% da população total do planeta, ultrapassando a população de crianças menores de 15 anos ⁽¹⁾.

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) fomenta a criação de mecanismos que asseguram os direitos da pessoa idosa. Em 1991, definiu princípios sobre a autonomia, participação ativa no exercício da cidadania, além de questões de cuidados, segurança e desenvolvimento de potenciais. Em 2002, da II Assembleia Geral das Nações Unidas resultou o Plano Internacional para o Envelhecimento (PIAE) com diretrizes para a promoção de saúde e bem-estar em ambientes favoráveis ⁽²⁾. As diretrizes contemplam aspectos da saúde dos idosos, participação em diferentes contextos da sociedade, proteção e aprendizagem contínua. Essas ponderações certamente impulsionaram a atenção ao segmento etário acima de 60 anos no desenvolvimento de marcos legais, políticas sociais e de saúde para garantir os direitos da população idosa, que, conforme supracitado, deverá aumentar significativamente sua participação na sociedade nas próximas décadas.

No Brasil, a Constituição Federal vigente assegura o cuidado à pessoa idosa no seu artigo nº 203. De mesmo modo, a lei nº 8842/94 dispõe sobre a política do idoso garantindo autonomia e integração social, promoção de saúde e bem-estar e o direito à vida, colocando estes como deveres do Estado e da família. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, propõe o fortalecimento do controle das ações de proteção em relação a essa população, garantindo cuidados com respeito e dignidade, implicando em visibilidade cidadã. A lei faz menção ao envelhecimento como um direito personalíssimo, portanto, trata-se de direito social.

A Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, por meio do documento intitulado “Mapa das Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal para a População Idosa – 2014” ⁽³⁾, expressa o compromisso com o envelhecimento ativo e as preocupações com os impactos do envelhecimento populacional na economia, nos modos de vida, nas relações sociais, ambientais, políticas, culturais e familiares.

Desta forma, é importante considerar a existência da relevância para a criação e desenvolvimento de programas nas diferentes instâncias administrativas, de pactos para o desenvolvimento de ações que se voltem ao bem-

estar biopsicossocial, compreendendo que a transformação do ser humano é contínua.

A política pública de assistência social para idosos garante o direito à cidadania e a construção de um percurso de regulação, que se iniciou nos princípios da Constituição Federal de 1988, avançou para a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, e para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, e que define eixos estruturantes das ações a serem desenvolvidas (GOMES, 2009).

A assistência social visa garantir proteção social a todos os que dela necessitam, independentemente de qualquer contribuição prévia. Isso significa que qualquer cidadão brasileiro tem direito aos benefícios, serviços, programas e projetos sócio assistenciais sem o caráter contributivo, o que permite eliminar ou reduzir os níveis de vulnerabilidade e/ou fragilidade social (GOMES, 2009).

A atual concepção da assistência social como política pública de direitos voltada à prevenção, proteção, inserção e promoção social, desenvolvida em conjunto com outras políticas públicas, reverte o paradigma de caráter clientelista, imediatista e assistencialista que sempre marcou essa área. Permitindo assim que a concepção sobre a assistência social que norteia a atenção e a operacionalização das ações fique esclarecida.

São Caetano do Sul, um dos 38 municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo, maior polo econômico da América Latina, um dos sete municípios da Região do Grande ABC Paulista, expressa um compromisso político e social com o envelhecimento ativo, na qualidade de vida oferecida aos munícipes. Basta observar o índice de longevidade, com expectativa de vida de 78,2 anos ⁽⁴⁾. Para o atendimento dessa população, são desenvolvidos e oferecidos diversos serviços nos cinco Centros Integrados de Saúde e Educação da Terceira Idade (CISES).

Em 2015, a Fundação SEADE desenvolveu indicadores relativos ao envelhecimento crescente da população da capital de São Paulo. Constatou-se que a redução do ritmo de crescimento populacional em São Paulo decorre da combinação das variáveis fecundidade, taxa de migração e longevidade. Esta última em alta. O índice de envelhecimento para São Paulo tende a dobrar no período de duas décadas. As previsões para 2027 até 2050 apontam que poderá ocorrer elevação sucessiva do número de pessoas com 60 anos ou mais, em relação aos jovens com menos de 15 anos. As projeções do Seade ⁽⁵⁾ para a região metropolitana de São Paulo, seguida da de São Caetano do Sul, sinalizam o crescimento da população idosa.

Os dados projetados para São Caetano do Sul indicam que a população idosa alcançará, em 2025, mais de 50% do total de população do município em menos de uma década.

A Pesquisa Socioeconômica realizada semestralmente pelo INPES-USCS, em três municípios da Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul), apurou que o número de domicílios com pessoas acima de 60 anos aumentou no período entre 2002 a 2013 (38,4%), passando de 30,2%, em 2002, para 41,8%, em 2013.

Estudo realizado por Trigueiro et al. (2016) com 270 pessoas idosas, residentes em São Caetano do Sul e participantes do programa desenvolvido no município “Experiência em Ação” ⁽⁶⁾, constatou que a manutenção da atividade promove saúde e bem-estar subjetivo. Segundo os autores, o número de pessoas idosas residentes na cidade correspondia a cerca de 15% da população total em 2015, época da pesquisa. A partir dos resultados, na amostra estudada, chama a atenção que 85% dos participantes do programa eram mulheres; com média de idade de 73 anos; cerca de 40% eram viúvos e 50% residiam sozinhos. As idades variaram de 64 a 90 anos. Do ponto de vista motivacional, no geral, as pessoas idosas do grupo estudado mostraram-se altamente motivadas para atividades laborais, associado principalmente a motivos intrínsecos.

Acreditamos, pois, como imperativo, o planejamento de cuidados à população idosa, com propostas

desafiadoras, que devem resultar em revisão e desenvolvimento de indicadores relativos às políticas públicas focados no envelhecimento ativo.

O relatório da OMS (2015) apresenta o desafio de mudança de olhar para a população idosa, ressaltando que o envelhecimento não se trata de incapacidades, mas é fundamental o foco nas potencialidades para um envelhecimento saudável físico, mental e social.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP), respaldado pelos princípios sobre o envelhecimento ativo estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde em 2002, conceitua o envelhecimento ativo como referente à participação cidadã na sociedade, preservando e incentivando a autonomia e independência nas decisões sobre si mesmo. O CRPSP (2014) incluiu entre os desafios, a preparação dos profissionais para o entendimento, manejo, intervenções e exterminação dos estereótipos sobre as pessoas idosas. Nesse sentido, à maneira de acolher as demandas devem preceder às transformações nos modos de olhar para esse sujeito biopsicossocial e produtivo, ocupado economicamente ou não.

A Escola de Psicologia da USCS, trabalha com seus estudantes, para além da educação, saúde e bem-estar, acreditando ser necessário que haja interesse especial pelos modos de subjetivação aos quais a pessoa idosa está exposta, proporcionando a imersão em experiências ou vivências como mecanismo de transformação e desenvolvimento, fundamentados na potencialidade humana de viver a experiência como libertadora de obstáculos alienantes.

Projeção de população residente na Região Metropolitana de São Paulo [2025]

Faixa etária – quinquenal	Homem	Mulher	Total
60 a 64 anos	501.824	618.314	1.120.138
65 a 69 anos	408.490	531.206	939.696
70 a 74 anos	294.529	409.167	703.696
75 anos e mais	317.853	550.061	867.914
Total da população com 60 anos ou mais	1.522.696	2.108.748	3.631.444
Total geral da população	10.458.916	11.258.670	21.717.586

Fonte: Fundação Seade.

Projeção de população residente no Município de São Caetano do Sul [2025]

Faixa etária – quinquenal	Homem	Mulher	Total
60 a 64 anos	4.802	6.115	10.917
65 a 69 anos	4.000	5.376	9.376
70 a 74 anos	3.093	4.396	7.489
75 anos e mais	3.954	7.558	11.512
Total da população com 60 anos ou mais	38.445	45.596	84.041
Total geral da população	70.195	80.386	150.581

Fonte: Fundação Seade.

Notas:

(1) BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-pessoa-idosa/publicacoes/dadossobreoenvelhecimentoonobrasil.pdf>. Acessado em 25/09/2018.

(2) <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/3/idoso/marco.htm>. Acessado em 14/05/2017.

(3) https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/gerontologia/ebook_-_livro_o_envelhecimento_ativo_e_seus_fundamentos.pdf. Acessado em: 24/29/2018

(4) <file:///C:/Users/Irene/Documents/carta/Mapa%20das%20Pol%C3%ADticas,%20Programas%20e%20Projetos%20do%20Governo%20Federal%20para%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Idosa%20-%20Compromisso%20Nacional%20para%20o%20Envelhecimento%20Ativo.pdf>. Acessado em 20/09/2018.

- (5) <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/secretarias/saude/centros-da-terceira-idade.htm>.
- (6) FUNDAÇÃO SEADE. Sistema Seade de Projeções Populacionais. Disponível: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php> . Acessado: em 31/05/2017.
- (7) O programa oferecia oportunidades de trabalho em setores da administração pública municipal para pessoas com 65 anos ou mais e residentes em São Caetano do Sul.

Referências Bibliográficas:

FUNDAÇÃO SEADE. SP Demográfico. Resenhas de estatísticas vitais do Estado de São Paulo. São Paulo, ano 15-nº1, 2015. Disponível: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2015/12/SPDemografico_Num-05_dez20151207_ok.pdf . Acesso em: 31/05/2017.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP). Interlocução no envelhecimento: a evolução do modelo de cuidado aos idosos. *Jornal Psi.* setembro / outubro / novembro 2014. Um dia na vida. p.6. Disponível em: <http://www.crpasp.org/fotos/pdf-2015-10-02-12-42-46.pdf> . Acessado em: 25/09/18.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Resumo – Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. 2015. <http://sbogg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> . Acesso: 14/05/2017.

_____. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf . Acessado em: 24/09/2018

GOMES, Sandra. Políticas públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios. Secretaria estadual de assistência e desenvolvimento social – seads: Fundação Padre Anchieta, 2009. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume2_Politicaspublicas.pdf . Acessado em: 24/09/2018.

TRIGUEIRO et al. Fatores motivacionais e os idosos em atividades laborais. *CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. Vol 14 – Nº 3 – set/dez 2016. Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/955/2/864-3303-1-PB.pdf> . Acessado em 24/09/18.

9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA

Edson Brunelli Rodrigues
Eduardo de Camargo Oliva
José Turíbio de Oliveira

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta, sinteticamente, alguns dos resultados de dissertação de mestrado de Edson Brunelli Rodrigues, que realizou pesquisa junto a 140 indústrias dos municípios do Grande ABC Paulista com mais de 100 empregados. A pesquisa foi realizada nos meses de maio e julho de 2014 e as respostas foram individuais e sigilosas. A maioria das empresas pesquisadas informa que não tem condições de contratação dessas pessoas com deficiência, uma vez que não dispõe de adaptações físicas no ambiente de trabalho ou mesmo ferramentas e tecnologias adequadas que possam permitir a acessibilidade aos profissionais com essas deficiências. Das empresas da amostra, 56% delas (com respostas “discordo totalmente” e “discordo”) não têm acessibilidade para deficientes físicos cadeirantes e a contratação dessas pessoas demandaria reformas estruturais e de arquitetura prévias. Cerca de 70%, ou seja, 100 empresas, pela percepção dos respondentes, contratam pessoas com deficiência desde que as mesmas possam adaptar-se as condições atuais de acessibilidade no local de trabalho, sem, contudo, que a empresa precise, previamente, realizar mudanças no ambiente, processos e recursos.

O objetivo desta nota técnica é colocar em discussão assunto do mundo do trabalho que tem importantes reflexos no âmbito social. Nesse sentido, um questionamento pode ser feito: as indústrias do Grande ABC Paulista estão preparadas para receber as pessoas com deficiência (PCD), sobretudo aquelas com deficiência física cadeirante e baixa mobilidade? Para responder a essa pergunta, e com base na dissertação de mestrado de Edson Brunelli Rodrigues defendida na USCS, foi realizada pesquisa junto a 140 indústrias dos municípios do Grande ABC com mais de 100 empregados. A distribuição de empresas por município foi de 18% (Santo André), 32% (São Bernardo do Campo), 3% (São Caetano do Sul), 38% (Diadema) e 9% (Mauá). Os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não formaram amostra que permitisse a tabulação. A pesquisa foi realizada nos meses de maio e julho de 2014 e as respostas foram individuais e sigilosas.

Mesmo considerando o tempo de quatro anos distante da coleta de dados, os resultados desse estudo à época confirmaram que a acessibilidade para pessoas com deficiência física (cadeirantes e baixa mobilidade) no ambiente organizacional era considerada inadequada e talvez inexistente em muitas das organizações pesquisadas.

A maioria das empresas pesquisadas informa que não tem condições de contratação dessas pessoas com deficiência, uma vez que não dispõe de adaptações físicas no ambiente de trabalho ou mesmo ferramentas e tecnologias adequadas que possam permitir a acessibilidade aos profissionais com essas deficiências.

Isso nos remete à hipótese de que as empresas, de alguma forma, estão cumprindo a determinação legal de contratação de pessoas com deficiência, em percentual de acordo com seu número de empregados efetivos, porém tem optado pela contratação de pessoas com deficiência que não irão gerar necessidade de adaptação no ambiente, ou seja, aquelas que podem adaptar-se às condições atuais de acessibilidade para inclusão, sem,

contudo, demandem das empresas mudanças estruturais.

Sendo o Grande ABC uma região de grande desenvolvimento econômico e social, há preocupação de como esse assunto se desenrola em outras regiões menos favorecidas. Trata-se de assunto de grande abrangência e, dessa maneira, deveria provocar ação mais inclusiva do potencial humano dessas pessoas nas organizações.

O tema não é recente no âmbito empresarial, mas contemporaneamente tem assumido característica de importância, devido às condições sociais e profissionais que o envolvem.

Assim, cabe ressaltar que o processo de inserção de pessoas com deficiência nas empresas, com acessibilidade e condições de trabalho adequadas, não é apenas um procedimento, para cumprimento de uma lei e sim a busca por uma sociedade mais justa, uma sociedade que cresce com as diferenças, com o potencial das minorias e tem, acima de tudo, suas concepções acerca de deficiência, em constante avanço e credibilidade.

Os detalhes a seguir, expostos por tipo de acessibilidade, apresentam a situação encontrada nas indústrias.

Inicia-se a apresentação dos dados pelas pessoas com mobilidade reduzida que demandam uso de cadeiras de rodas.

Nota-se que para a permanência dessas pessoas no ambiente de trabalho se faz necessária adaptação em sanitários, bem como ao que se refere à largura mínima de corredores e portas que permitam o trânsito da cadeira de rodas e também acesso aos pavimentos superiores através de rampas ou elevadores, uma vez que essas pessoas estão impossibilitadas de utilização de escadas.

Observou-se na pesquisa que alguma adaptação já havia sido realizada, porém ainda com dificuldade de contratação. Em grande parte das empresas pesquisadas, através dos valores encontrados, há tendência à discordância quanto à presença de adaptações e facilidades arquitetônicas que permitiriam o acesso às pessoas com deficiência física – cadeirantes.

Esse resultado nos remete ao que já foi exposto por Sasaki (2006) de que as empresas podem facilitar ou não a inclusão da pessoa com deficiência através de adequações de locais de trabalho, por mudanças na arquitetura do ambiente e mesmo com a adoção de tecnologias assistivas.

Tabela 1: Acesso a pessoas com deficiência – cadeirantes – em amostra de 100 empresas do Grande ABC Paulista, no ano de 2014

Pessoas com deficiência - cadeirantes	A empresa pode contratar pessoas com deficiência – cadeirantes, pois eles terão acesso por corredores/portas mais largas (mínimo 80cm), acesso a sanitários adaptados e uso de rampas ou elevadores	
	Número de respondentes	% da Amostra
Discordo totalmente	56	40%
Discordo	22	16%
Nem concordo nem discordo	8	6%
Concordo	31	22%
Concordo totalmente	23	16%
TOTAL	140	100%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados de RODRIGUES (2014).

Analisando os dados apresentados, 56% das empresas da amostra (respostas “discordo totalmente” e “discordo”), não tem acessibilidade para deficientes físicos cadeirantes e a contratação dessas pessoas demandaria reformas estruturais e de arquitetura prévias.

Sabe-se, contudo, que nem todas as pessoas com deficiência física utilizam cadeira de rodas e dentre esse grupo de pessoas com deficiência podemos também encontrar aquelas que possuem uma limitação de mobilidade

menos acentuada necessitando, por vezes, do uso de muletas e bengalas para locomoção.

Nesse sentido, as pessoas com deficiência física - pouca mobilidade demandam de adaptações no ambiente de trabalho, referentes a acesso aos andares superiores ou por utilização de elevadores ou em caso de utilização de escadas, desde que as mesmas tenham corrimão adequado, que possibilite subir e descer com segurança. Complementa essa adaptação no ambiente a presença de mobiliário adequado para a realização do trabalho.

A inclusão de pessoas com deficiência é mais do que oferecer-lhes um emprego. É necessário garantir condições de oportunidades e acesso, considerando a eliminação de barreiras arquitetônicas e criando, segundo Sassaki (2006, p.148) “um edifício acessível que possa construir espaços ordenados, internos e externos, de acordo com o projeto, porém materializar uma concepção arquitetônica acessível”.

Indo ao encontro desse raciocínio, Carvalho-Freitas e Marques (2010) afirmam que deve ser realizada uma avaliação ampla das condições de trabalho, a fim de que o ambiente contemple as necessidades das pessoas com deficiência contratadas, para que as mesmas tenham assegurado o pleno desenvolvimento de seus potenciais.

As possíveis mudanças no ambiente de trabalho, processos e recursos, por parte das empresas são necessárias para que a presença da pessoa com deficiência seja, de fato, uma inclusão.

Tabela 2: Preparação do ambiente para pessoas com deficiência em amostra de 100 empresas do Grande ABC Paulista, no ano de 2014

Contratação de Pessoas com deficiência e preparação do ambiente	A empresa onde trabalho contrata pessoas com deficiência que possam se adaptar às condições atuais do ambiente de trabalho, sem que a empresa tenha que realizar mudanças no ambiente, processo e recursos	
	Número de respondentes	% da Amostra
Discordo totalmente	7	5%
Discordo	17	12%
Nem concordo bem discordo	16	11%
Concordo	54	39%
Concordo totalmente	46	33%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados de RODRIGUES (2014).

Cerca de 70%, ou seja, em 100 empresas, pela percepção dos respondentes, contratam pessoas com deficiência desde que as mesmas possam adaptar-se as condições atuais de acessibilidade no local de trabalho, sem, contudo, que a empresa precise, previamente, realizar mudanças no ambiente, processos e recursos.

Isso nos remete ao já exposto por Amaral (1994) de que as pessoas com deficiência são admitidas e contratadas em órgãos públicos e empresas particulares, desde que tenham qualificação profissional e consigam utilizar os espaços físicos e os equipamentos das empresas sem nenhuma modificação, criando o que se denomina de “trabalho plenamente integrado”. Sassaki (2006), corroborando com o exposto anteriormente, afirma que o conceito de integração pressupõe adaptação ao ambiente por parte da pessoa com deficiência, enquanto a inclusão inverte o raciocínio e coloca a adaptação ao ambiente de trabalho para poder receber a pessoa com deficiência.

A esperança é que transcorridos quatro anos da data da pesquisa, as indústrias tenham evoluído e realizado as adaptações que permitam as pessoas com deficiência física, sobretudo aquelas que são cadeirantes ou que tenham baixa mobilidade serem de fato incluídas no ambiente de trabalho a fim de agregar valor às empresas e contribuírem com o desenvolvimento da região e do país.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, L.A. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: Corde, 1994.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A.L. (Org.) **Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

RODRIGUES, Edson Brunelli. *Gestão de desempenho de Pessoas com Deficiência*: um estudo em empresas industriais do Grande ABC. 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, São Caetano do Sul.

SASSAKI, R. K. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA

David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objeto as informações criminais da Região do Grande ABC Paulista, relativas ao segundo trimestre de 2018. Foram coletados os dados dos crimes praticados no período eleito, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência

Na tabela 1 expõe-se o número de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência, e que são divulgados nos termos da Resolução SSP n. 160, de 08 de maio 2001, durante todo o segundo trimestre de 2018, no Grande ABC Paulista.

Tabela1: Número de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Indicador	SA	SBC	SCS	Diadema	Mauá	RP	RGS	Total
Homicídio doloso	12	8	0	7	0	2	1	30
Número de vítimas em homicídio doloso	12	11	0	7	0	2	1	33
Homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de vítimas em homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0	0	0	0	0	0
Homicídio culposo por acidente de trânsito	2	13	0	5	1	3	0	24
Homicídio culposo outros	1	0	1	0	0	1	0	3
Tentativa de homicídio	12	9	2	4	14	4	0	45
Lesão corporal seguida de morte	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão corporal dolosa	321	316	70	195	168	59	40	1.169
Lesão corporal culposa por acidente de trânsito	312	348	47	144	105	25	8	989
Lesão corporal culposa – outras	3	1	4	30	2	0	0	40
Latrocínio	1	3	0	7	1	1	0	13
Número de vítimas em latrocínio	1	3	0	7	1	1	0	13
Total de estupro	27	36	8	16	21	2	4	114
Estupro	13	12	1	6	3	0	0	35
Estupro de vulnerável	14	24	7	10	18	2	4	79
Total de roubo – outros	2048	1506	197	1606	805	115	33	6310
Roubo – outros	2031	1465	189	1586	784	109	33	6197
Roubo de veículo	672	494	71	618	359	46	5	2265
Roubo a banco	0	0	0	0	0	0	0	0
Roubo de carga	17	41	8	20	21	6	0	113
Furto - outros	1882	1396	334	828	775	122	82	5419
Furto de veículo	1141	405	96	219	536	61	4	2462

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)

Diante dessas informações é possível aferir o número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, caput e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 3º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 3º, do Código Penal).

Tabela 2: Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2017 e 2º trimestre 2018

Município	2º trimestre de 2017	2º trimestre de 2018	Varição
Santo André	11	13	18,1%
SBCampo	13	14	7,6%
São Caetano do Sul	0	0	0%
Diadema	15	14	-6,6%
Mauá	16	1	-93,7%
Ribeirão Pires	1	3	200%
Rio Grande da Serra	1	1	0%
Total	57	46	-19,2%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve redução do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (-19,2%). Em números absolutos Diadema foi o Município que liderou o ranking com 14 mortes durante o segundo trimestre de 2018. Já em São Caetano do Sul não foi registrada nenhuma morte decorrente de crimes violentos letais e intencionais. Com relação às variações, em comparação ao segundo trimestre de 2017, Ribeirão Pires apresentou a maior aumento (200%), enquanto que Mauá obteve a maior queda (-93,7%).

Tabela 3: Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	1,9
SBCampo	1,8
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	3,6
Mauá	0,2
Ribeirão Pires	2,6
Rio Grande da Serra	2,2

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Diadema obteve a maior taxa de morte decorrente de CVLI: ocorreram 3,6 mortes por 100 mil habitantes durante o referido período, superior ao número de mortes estadual de 1,9 mortes por 100 mil habitantes. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve nos patamares mais baixos de violência com número de zero de mortes por 100 mil habitantes.

Tabela 4: Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2017 e 2º trimestre 2018

Município	2º trimestre de 2017	2º trimestre de 2018	Varição
Santo André	5	5	0,0%
SBCampo	5	2	-60,0%
São Caetano do Sul	0	0	0,0%
Diadema	2	4	100,0%
Mauá	3	2	-33,3%
Ribeirão Pires	0	0	0,0%
Rio Grande da Serra	0	0	0,0%
Total	15	13	-13,3%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Mortes decorrentes de oposição à intervenção policial

O número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial leva em consideração as ações envolvendo integrantes das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal), amparados por alguma causa excludente da ilicitude, que afasta a tipificação no crime de homicídio doloso.

Tabela 5: Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	0,7
SBCampo	0,2
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	1,0
Mauá	0,4
Ribeirão Pires	0,0
Rio Grande da Serra	0,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Durante o segundo trimestre de 2018, os agentes de segurança provocaram mais letalidades em Santo André, onde ocorreram cinco mortes. São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não registraram nenhum caso de morte decorrente de oposição à intervenção policial. Em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, São Bernardo do Campo apresentou a maior diminuição (-60%), e Diadema obteve a maior variação percentual (100%).

Considerando toda a região, ocorreu uma considerável diminuição no número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial (-13,3%). A cidade de Diadema apresentou o maior número de mortes decorrentes de

Tabela 6: Número de casos de estupros, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2017 e 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2017	2º trimestre de 2018	Varição
Santo André	24	27	12,5%
SBCampo	16	36	125,0%
São Caetano do Sul	11	8	-27,2%
Diadema	20	16	-20,0%
Mauá	15	21	40%
Ribeirão Pires	5	2	-60%
Rio Grande da Serra	4	4	0,0%
Total	95	114	20,0%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública

oposição à intervenção policial, com 1 morte por 100 mil habitantes. Já São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentaram os melhores indicadores, com número zero de mortes.

Estupros

No número de casos de estupros são levados em consideração todos aqueles em que houve vitimização sexual notificada à Polícia Civil, e classificada nos artigos 213 e 217-A, do Código Penal.

Verifica-se um aumento do número de casos de estupro (20%). São Bernardo do Campo apresentou o maior número absoluto de casos de estupro, sendo que no referido período ocorreram 36 casos naquele município. Ribeirão Pires foi o município que apresentou o menor número de casos, pois foram registrados 2 estupros, durante todo segundo trimestre de 2018. Em comparação ao segundo trimestre de 2017, São Bernardo do Campo experimentou a maior elevação (125%), e Ribeirão Pires obteve a maior queda do número de casos de estupros (-60%).

Tabela 7: Número de casos de estupro por 100 mil habitantes no Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	3,9
SBCampo	4,7
São Caetano do Sul	5,3
Diadema	4,1
Mauá	5,0
Ribeirão Pires	1,7
Rio Grande da Serra	9,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O maior número de casos de estupro também ficou por conta de Rio Grande da Serra, com 9 casos por 100 mil habitantes, acima do número de casos de estupro no Estado, que foi de 6,4 estupros por 100 mil habitantes. Ribeirão Pires apresentou o menor número, com 1,7 casos por 100 mil habitantes.

Tabela 8: Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2017 e 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2017	2º trimestre de 2018	Varição
Santo André	2.277	2.048	-10%
SBCampo	1.757	1.506	-14,2%
São Caetano do Sul	199	197	-1%
Diadema	1.683	1.606	-4,5%
Mauá	948	805	-15%
Ribeirão Pires	151	115	-23,8%
Rio Grande da Serra	22	33	50%
Total	7037	6310	-10,3%

Tabela 8: Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2017 e 2º trimestre de 2018

Roubos em geral

No número de casos de roubos em geral são compreendidos todos aqueles notificados à Polícia Civil, e classificados no artigo 157, caput e § 2º, do Código Penal, exceto os casos de subtração de veículos automotores, que possuem indicador próprio.

Observa-se uma redução do número de casos de roubos em geral (-10,3%). Em números absolutos, Santo André apresentou a maior quantidade de roubos: 2.048 casos. Rio Grande da Serra registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 33 casos. Em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, Rio Grande da Serra foi a única cidade que apresentou aumento (50%), enquanto que Ribeirão Pires demonstrou a maior queda (-23,8%).

Tabela 9: Número de casos de roubos em geral por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	302,7
SBCampo	196,7
São Caetano do Sul	131,9
Diadema	415,9
Mauá	193,0
Ribeirão Pires	101,7
Rio Grande da Serra	75,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O município de Diadema apresentou o maior número de casos de roubos em geral: 415,9 casos por 100 mil habitantes, bem superior ao número de roubos por 100 mil no Estado, de 153,4 roubos. Rio Grande da Serra demonstrou o menor número de casos de roubos por 100 mil, com 75.

Roubos e furtos de veículos

Para calcular as taxas de roubos e furtos de veículos se leva em consideração os dados oferecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos às frotas de veículos. No número de casos de roubos e furtos de veículo são contabilizados todos os casos notificados à Polícia Civil, e classificados como roubo (artigo 157, caput e § 1º, do Código Penal) e furto (artigo 155, caput e § 4º, do Código Penal) de veículo automotor.

Depreende-se uma redução do número de casos de roubos e furtos de veículo (-1,3%). Santo André registrou a maior quantidade de roubos e furtos de veículo durante o segundo trimestre de 2018, quando ocorreram 1.813 casos. Rio Grande da Serra foi o Município que registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 9 casos. E foi também em Rio Grande da Serra onde ocorreu a maior diminuição, em comparação ao segundo trimestre de 2017, apresentando queda de -35,7%. Por outro lado, em Mauá ocorreu o maior aumento percentual (24,6%).

Tabela 10: Número de casos de roubos e furtos por 100 mil veículos, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	357,5
SBCampo	156,7
São Caetano do Sul	119,5
Diadema	421,4
Mauá	427,8
Ribeirão Pires	163,0
Rio Grande da Serra	50,5

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A cidade de Mauá apresentou a maior taxa de roubos e furtos, onde ocorreram 427,8 casos por 100 mil veículos,

Tabela 11: Número de prisões efetuadas, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2017 e 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2017	2º trimestre de 2018	Varição
Santo André	565	471	-16,6%
SBCampo	986	795	-19,3%
São Caetano do Sul	136	124	-8,8%
Diadema	375	438	16,7%
Mauá	338	268	-20,7%
Ribeirão Pires	100	69	-31,0%
Rio Grande da Serra	15	11	26,6%
Total	2515	2176	-13,4%

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública

muito acima da taxa estadual de 144,7 crimes por 100 mil veículos. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 50,5 casos por 100 mil veículos.

Produtividade policial

Na construção do indicador produtividade policial são levadas em consideração o número total de prisões efetuadas, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial.

Houve queda no número de prisões efetuadas (-13,4%). São Bernardo do Campo efetuou o maior número de prisões durante o segundo trimestre de 2018, quando foram procedidas 795 prisões. Rio Grande da Serra foi o Município que efetuou o menor número de prisões, onde foram executas 11 ordens. Justamente em Rio Grande da Serra foi onde ocorreu a maior elevação, em comparação ao segundo trimestre de 2017, apresentando aumento de 26,6%. Por outro lado, Ribeirão Pires demonstrou a maior queda do número de prisões (-31%).

Tabela 12: Número de prisões efetuadas por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2018

Município	2º trimestre de 2018
Santo André	69,6
SBCampo	103,8
São Caetano do Sul	83,0
Diadema	113,4
Mauá	64,2
Ribeirão Pires	61,0
Rio Grande da Serra	25,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Diadema apresentou o maior número de prisões efetuadas, onde ocorreram 113,4 prisões por 100 mil habitantes, superior ao número estadual, de 98,3 prisões por 100 mil habitantes. Rio Grande da Serra demonstrou o menor número, com 25 prisões por 100 mil habitantes.

11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL - CEJUSCS

Rosana Marçon da Costa Andrade

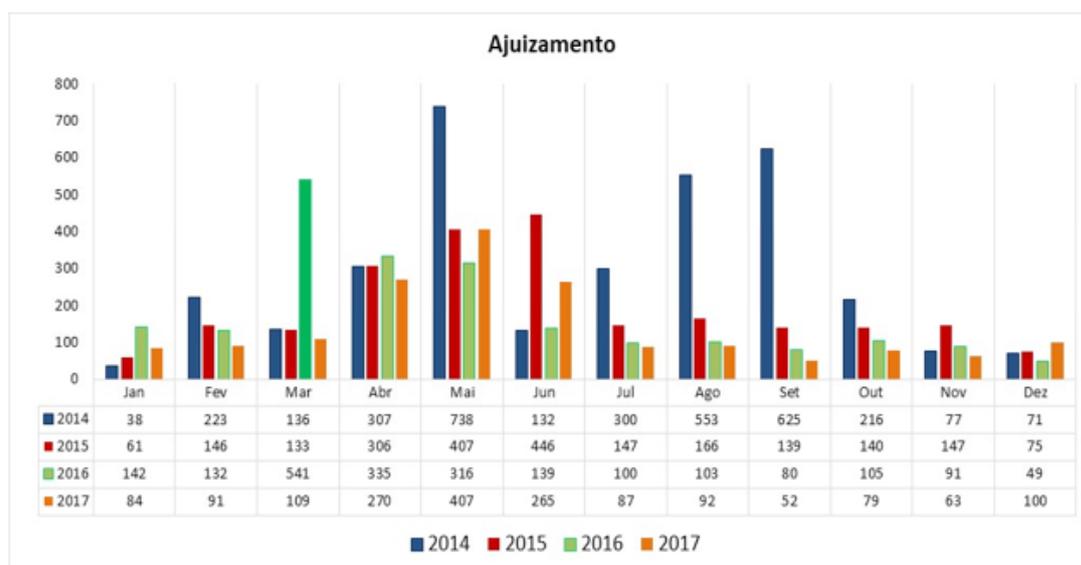
Resumo Executivo

A nota apresenta os totais de termos de ajuizamentos realizados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de São Caetano do Sul - CEJUSC, mapeamento de seus desdobramentos entre 2014 e 2017. Os dados levantados apresentam os resultados das audiências realizadas em exitosas e inexitosas, também as canceladas por resolução amigável das partes antes mesmo da realização da audiência de conciliação. A constatação foi de que 44,51% dos casos foram resolvidos sem processo judicial.

O objetivo desta nota é quantificar os casos solucionados no CEJUSC de São Caetano do Sul pela via pré-processual. Para isso, foram levantados dados de acompanhamento de todos os casos desde o ajuizamento pré-processual até o encerramento pelo órgão.

Em 29 de novembro de 2010 o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 125, com objetivo principal de instituir a política judiciária nacional de tratamento de conflitos de interesses, assegurando a solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza. Para isso foram criados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Neles as audiências são realizadas por conciliadores ou mediadores devidamente habilitados e inscritos no Tribunal de Justiça para o exercício da atividade. Em São Caetano do Sul, por meio da realização de uma Parceria, o CEJUSC foi instalado nas dependências da USCS.

Gráfico 1 – Ajuizamentos Realizados pelo CEJUSC/SCSul no Período 2014 - 2017.



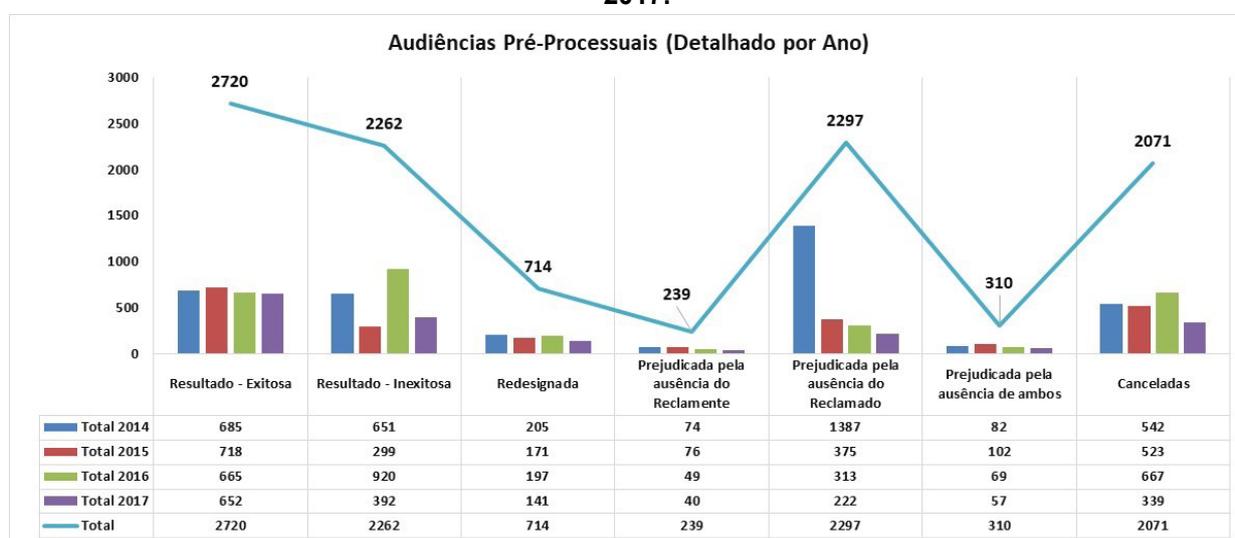
Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: CEJUSC/SCSul.

O Gráfico 1 apresenta o total de termos de ajuizamentos pré-processuais realizados pelo CEJUSC/SCSul no período entre 2014 e 2017.

No período de 2014 a 2017 é possível verificar que os meses de janeiro e dezembro apresentam um número menor de ajuizamentos, acredita-se que isso se deu em razão de coincidir com o período de férias escolares e recesso judiciário anual de 20 dias. Os meses de abril e maio apresentam-se, pela média, como os mais procurados pelos munícipes na busca de solução para seus conflitos.

O Gráfico 2 demonstra quantitativamente os resultados obtidos após o ajuizamento das reclamações pré-processuais apresentados anteriormente, buscou-se comparar o resultados das audiências em exitosas, inexitosas, redesignadas, prejudicadas pela ausência do reclamante, do reclamado e de ambos, bem como dos termos cancelados.

Gráfico 2 – Detalhamento dos Resultados dos Ajuizamentos Pré-Processuais no Período 2014 - 2017.



Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: CEJUSC/SCSul.

Tabela 1. Detalhamento em Percentuais dos Ajuizamentos e Resultados Anuais Ajuizamentos Pré-Processuais no Período 2014 – 2017

	2014 %	2015 %	2016 %	2017 %
Ajuizamentos	25,18	24,19	22,30	17,77
Audiências exitosas	20,05	31,04	31,17	38,75
Audiências inexitosas	19,05	12,92	43,13	23,07
Audiências redesignadas	6	7,39	9,23	8,29
Audiências prejudicadas por ausência do reclamante	2,16	3,28	2,29	2,35
Audiências prejudicadas por ausência do reclamado	40,6	16,21	14,67	13,06
Audiências prejudicadas por ausência de ambos	2,40	4,40	3,23	3,35
Ajuizamentos cancelados	15,86	22,61	31,27	19,95

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: CEJUSC/SCSul.

Considerando os resultados apresentados, é possível constatar que o resultado exitoso (em que as partes compõem-se por meio de acordo homologado) é quantitativamente maior que qualquer outro, demonstrando a eficácia das conciliações pré-processuais e da comunicação não violenta como forma de empoderamento dos envolvidos para solucionar suas próprias questões, difundindo assim a cultura de paz e a percepção acerca da necessidade da retomada da comunicação eficiente.

Verifica-se que a não realização das audiências por ausência do reclamado apresenta-se aproximadamente 7

vezes maior se comparada com a ausência do reclamante ou de ambos. Por outro lado, houve redução de mais de 50% na não realização de audiências por ausência do reclamado de 2014 para os anos seguintes. Este dado comprova que os envolvidos nos conflitos estão mais abertos ao diálogo ao comparecerem nas conciliações quando convidados.

O número de cancelamentos mostra-se representativo, contudo, levando em consideração que grande parte deles decorre da composição amigável extrajudicial antes da audiência, reforça a demonstração da eficácia da utilização dos ajuizamentos pré-processuais mesmo antes da conciliação, haja vista, as partes resolverem suas questões após o reclamado ter recebido a carta convite enviada pelo Tribunal de Justiça para participar de audiência de conciliação solicitada pelo reclamante.

Os dados apresentados sugerem a eficácia das políticas públicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e implementada pelo Tribunal de Justiça, sendo fundamental difundir o conhecimento sobre a existência e o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO

Roberto Vital Anau

Resumo Executivo

Ao completar vinte anos de existência, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADE-GABC) apresenta rico acervo de experiências no esforço de promover a inovação no tecido produtivo da região. Entretanto, os resultados mostraram-se aquém das expectativas. Além disso, novas circunstâncias acrescentaram dificuldades adicionais. Mantém-se, pois, em aberto o desafio da modernização e diversificação da economia regional do Grande ABC Paulista. Ao final do artigo, sugere-se a alteração da governança da entidade, empoderando o setor privado – em especial a indústria regional – e estabelecendo parcerias com as prefeituras, propostas como entes externos ao quadro associativo.

Maior aglomeração industrial da América Latina e motor do sindicalismo brasileiro desde os anos 1970, o Grande ABC Paulista também é marcado pela construção de instituições de interação regional. Entre elas, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADE-GABC), criada em 1998, recebeu a incumbência explícita de impulsionar a inovação produtiva na região. Para tanto, foi composta pelas organizações empresariais, sindicais, universidades e pelos prefeitos, estes por meio do Consórcio Intermunicipal Grande ABC – outra instituição regional.

Uma das mais importantes iniciativas da ADE-GABC foi a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Estes organizam empresários, sindicatos, universidades e governos locais por determinado segmento da economia ou cadeia produtiva. Sua finalidade é elaborar uma estratégia simultânea de pesquisa aplicada para solucionar gargalos tecnológicos; ações colaborativas de abertura de novos mercados, compras coletivas para redução de custos e outros meios de dinamizar os negócios; qualificação profissional e de gestores; articulação para dialogar com autoridades econômicas estaduais e federais em busca de interesses do APL.

A Agência também realizou inúmeros cursos, workshops e seminários em temas de interesse do setor empresarial.

Este artigo – apoiado em avaliação realizada na tese de doutorado do autor na UFABC (ANAU, 2017)¹ – focará especialmente os APL e buscará um balanço geral dos vinte anos de existência da ADE-GABC, bem como de iniciativas no mesmo sentido por algumas prefeituras. Em síntese, pode-se dizer que a região realizou muitas ações, porém colheu poucos resultados no sentido pretendido.

I. Muitas ações

Muitas ações foram empreendidas pela ADE-GABC em suas duas décadas de existência. A intensidade desse processo não foi homogênea ao longo do tempo, com períodos de maior e menor ativismo. Não obstante, há que registrar um esforço bastante denso e variado em busca do fortalecimento da economia regional.

Um primeiro exemplo - liderado, aliás, pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC -, foi o Seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, ocorrido em maio de 2009, com as presenças, além dos prefeitos e representantes da sociedade civil, de representantes dos governos estadual e federal. Tratava-se de articular respostas locais ao início da crise econômica de origem internacional. Iniciativas importantes foram adotadas, mas a retomada robusta do crescimento em 2010 diluiu as preocupações e amorteceu a sequência pretendida.

No que tange aos APLs, a Agência criou, na primeira década deste século, dois de maior vulto: o Metalmeccânico e o Plástico. A partir de 2010, a criação de novos APLs – quando os citados se encontravam em letargia – foi empreendida pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico de alguns municípios. O APL de Tecnologia da Informação, criado pela Prefeitura de São Caetano do Sul, deu origem, em 2007, ao atual Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS, que permanece em atividade. Já Diadema e São Bernardo do Campo criaram, a partir de 2010, o APL de Ferramentaria. A partir de 2013, São Bernardo criou outros onze APLs, dos quais seis em segmentos industriais e os demais nos serviços. Em todos estes, a Agência participou como convidada.

Entre as ações mais importantes dos APLs cita-se, em primeiro lugar, o Centro de Serviços em Tecnologia e Inovação do Grande ABC (Cestec) - parceria da Agência, Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Centro Meccano da Região de Marche, Itália, no âmbito do convênio firmado com o BID, intitulado “Programa de Serviços Tecnológicos e Identificação de Novas Tendências de Mercado”. Seu objetivo principal era promover e fortalecer o intercâmbio entre as empresas e as instituições geradoras de conhecimento científico e tecnológico para criar melhores condições de desenvolvimento produtivo das micro, pequenas e médias empresas (MPME) na Região do Grande ABC Paulista. O Cestec possuía boa proposta conceitual e parceiros importantes, mas não chegou a sair das reuniões preparatórias e das propostas por escrito.

O segundo projeto merecedor de menção foi o Centro de Informação e Apoio à Tecnologia do Plástico (CIAP), instalado na Fundação Santo André. Objetivava disseminar informações aos empresários sobre inovações em andamento no mercado, por meio de um boletim eletrônico. Também oferecia consultoria, possuía um laboratório e orientava empresários que vinham buscar soluções para gargalos. Os recursos vinham da Finep. Este projeto funcionou bem por certo tempo, pois possuía estagiários, professor responsável, espaço físico e equipamentos. O segmento atendido foi o terceiro escalão da indústria do plástico. Entretanto, interferências políticas e más decisões gerenciais dos responsáveis pela Agência ocasionaram seu esvaziamento.

No tocante aos APLs da geração 2010/2013 (supracitados), pode-se citar o Birô de Ferramentaria proposto pelo respectivo APL - projeto sob coordenação da Agência, com a participação da UFABC e do Instituto Mauá, para dar suporte técnico às ferramentarias da região. A dependência de recursos federais, em período de início do aperto fiscal, inviabilizou a continuidade. Além disso, o APL teve sucesso em sensibilizar o escalão federal para o segmento, impactando o conteúdo do Regime Automotivo InovarAuto de forma a contemplar as ferramentarias. Não obstante, a crise econômica a partir de meados de 2014, o anterior fracasso do Birô de Engenharia e o próprio agravamento da situação do setor, com aumento de importações de moldes e ferramentais pelos principais clientes (caso das montadoras), somou-se a mudanças de orientação na secretaria responsável e determinou a letargia desse APL, inicialmente dinâmico. O encerramento do Programa InovarAuto tornou ainda mais grave o panorama setorial.

Entre os demais APL, merece menção o de Defesa. Nascido a partir do ativismo do Executivo Municipal de São Bernardo do Campo em busca de proveito local com a escolha do vencedor do certame federal para reaparelhamento da Força Aérea, ele se estruturou logo após o contato do então prefeito com a Saab sueca e o Consórcio Rafale francês. Empresários, sindicatos, universidades, o governo local e a Agência passaram a reunir-se regularmente com representantes das Forças Armadas; realizaram viagem à Suécia para dialogar com seus pares suecos; realizaram seminários na região com os concorrentes internacionais e com cada uma das três Forças. Este APL alcançou um resultado favorável ao Grande ABC, ao menos até o momento, com

a decisão da Saab (vencedora da licitação) de instalar uma fábrica de componentes do caça Gripen em São Bernardo do Campo. A Agência cadastrou duas dezenas de fornecedores da região para encaminhar à empresa sueca.

Outro APL que alcançou resultados expressivos foi o Moveleiro. Grandemente concentrado em São Bernardo do Campo, o segmento realizou, com apoio e auxílio da Prefeitura, onze edições da Feira de Móveis da Rua Jurubatuba. Esses eventos dinamizaram o movimento comercial do setor e criaram um início de hábito associativo em um setor tradicionalmente concorrencial.

II. Pouco resultado

Ao término de duas décadas, verifica-se que o conjunto de ações da ADE-GABC levou a resultados muito aquém das expectativas e pretensões. Estatísticas econômicas da região mostram a permanência da forte dependência de sua dinâmica socioeconômica às duas cadeias produtivas estruturantes da economia regional: automotiva-metalmeccânica e química-petroquímica (ANAU, 2017). Não obstante, a indústria regional é diversificada e os serviços expandiram-se intensamente nas duas últimas décadas, sem reverter a dependência citada.

Os próprios segmentos líderes apresentam pouca propensão a disseminar inovações em suas respectivas cadeias produtivas regionais. Como dito, moldes e ferramentais passaram a ser crescentemente importados. O mesmo se verifica em outros subsetores das mesmas cadeias. A modernização de algumas montadoras, com o lançamento de modelos tecnológicos inovadores como o Prius da Toyota, ocorre intramuros, cercada de sigilo, e não se dissemina para o tecido produtivo regional. Os processos de articulação buscados nestas duas décadas pela Agência e por Prefeituras locais, por meio dos APLs e de outras formas, não vingaram.

Dentre as deficiências constatadas na pesquisa sobre o tema (ANAU, 2017), observaram-se: (i) intermitências e descontinuidades, ligadas especialmente às mudanças políticas (prefeitos e/ou secretários); (ii) interferências voltadas a jogos de prestígio e poder e não a eventuais desacordos de fundo nas finalidades ou nas iniciativas; (iii) envolvimento diferenciado dos atores fundamentais, com maior participação dos sindicatos, presença em níveis distintos de algumas universidades², oscilações importantes no comprometimento dos prefeitos; (iv) invariavelmente, baixa participação e desinteresse majoritário no empresariado; (v) ausência de uma estrutura profissionalizada, que incorporasse traquejo e memória das ações, sucessos e insucessos.

A partir de 2017, a situação da Agência precarizou-se muito. A saída de Diadema do Consórcio e a recusa dos prefeitos iniciantes de prosseguir destinando recursos orçamentários à entidade (cujo orçamento compõe-se de 49% de repasses do Consórcio de prefeitos) gerou alarme. Os sindicatos - parceiro mais efetivo ao longo da história da Agência - indicaram a possibilidade de sua inviabilização, nessas circunstâncias. A gestão atual tem dado ênfase na redução de gastos e não apresenta programa de ações condizente com a gravidade das circunstâncias vividas pela economia regional.

Parece indispensável repensar a Agência, reformulando completamente sua composição e funcionamento. O distanciamento histórico do empresariado industrial precisa ser revertido. Por sua vez, cabe rever o modo de participação dos prefeitos, que foi um dos maiores focos de conflito interno e motivou a saída dos CIESPs locais da ADE-GABC, à qual nunca mais retornaram. Uma agência tripartite – empresários (com o retorno dos CIESPs), sindicatos e universidades - poderia realizar parcerias com o Consórcio dos prefeitos e com as secretarias municipais de desenvolvimento econômico e trabalho, mantendo, porém, o poder público fora das instâncias de controle. Um programa detalhado de ações de envolvimento do pequeno e médio empresariado, de iniciativas em prol da inovação e diversificação da economia regional, da qualificação profissional e geração de novos e melhores empregos, acoplado a novo modelo de financiamento, faz-se imprescindível para a própria sobrevivência da Agência, valendo-se da forte carga de memórias dos esforços já empreendidos e dos parceiros já atraídos.

Notas:

1. “Desenvolvimento, inovação e aprendizagem: avaliação da trajetória do Grande ABC” – Programa de Doutorado em Planejamento e Gestão do Território, da Universidade Federal do ABC (PGT-UFABC) - agosto de 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=5080187.

2. Importa assinalar que a USCS foi a mais comprometida ao longo do período examinado (o século XXI).

Tema	Detalhamento e ações	Resultados
Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (ADE-GABC)	Entidade composta por representações dos empresários, sindicatos, universidades e prefeitos (por meio do Consórcio Grande ABC), com a finalidade de estimular a inovação e diversificação da economia regional	De forma geral: poucos resultados em contraste com a variedade de ações empreendidas.
Arranjos Produtivos Locais	Articulação entre empresários, sindicatos, universidades e governos locais, específicos por cadeia produtiva. Programas de pesquisa aplicada para gargalos tecnológicos, qualificação profissional, busca articulada por crédito, articulação com governos federal e estadual em prol do segmento organizado.	Destaque para os APL Metalmeccânico e Plástico (“1ª geração”) e de Ferramentaria, Defesa e Moveleiro (geração 2010-2013).
Maiores realizações	APL Metalmeccânico: Centro de Serviços em Tecnologia e Inovação do Grande ABC (Cestec) - parceria ADE-GABC, Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Centro Meccano da Região de Marche, Itália / convênio BID: “Programa de Serviços Tecnológicos e Identificação de Novas Tendências de Mercado”. Buscava promover e fortalecer o intercâmbio entre empresas e instituições científico-tecnológicas para melhorar o desenvolvimento produtivo das micro, pequenas e médias empresas (MPME) no Grande ABC.	Boa estrutura conceitual; todavia, não chegou a funcionar efetivamente.
	APL Plásticos: Centro de Informação e Apoio à Tecnologia do Plástico (CIAP), instalado na Fundação Santo André. Objetivava disseminar informações aos empresários sobre inovações em andamento no mercado, por meio de boletim eletrônico. Também oferecia consultoria, possuía um laboratório e orientava empresários que vinham buscar soluções para gargalos. Recursos da Finep.	Funcionou bem por certo tempo - possuía estagiários, professor responsável, espaço físico e equipamentos. Atendeu o terceiro escalão da indústria do plástico. Entretanto, interferências políticas e más decisões gerenciais dos responsáveis pela ADE-GABC em relação ao projeto ocasionaram seu esvaziamento.
	APL Ferramentaria: Birô de Ferramentaria - coordenação da ADE-GABC, com a participação da UFABC e do Instituto Mauá, para dar suporte técnico às ferramentarias da região. Além disso, o APL teve sucesso em sensibilizar o escalão federal para o segmento, impactando o conteúdo do Regime Automotivo InovarAuto de forma a contemplar as ferramentarias.	A dependência de recursos federais, em período de início do aperto fiscal, inviabilizou a continuidade do projeto do Birô. A crise econômica a partir de meados de 2014, o fracasso do Birô de Engenharia e o próprio agravamento da situação do setor, com aumento de importações de moldes e ferramentais pelas montadoras, somou-se a mudanças de orientação na secretaria responsável e determinou a letargia do APL. O encerramento do Programa InovarAuto tornou ainda mais grave o panorama setorial.
	APL de Defesa: ação do Prefeito de SBC para atrair o vencedor da licitação da Força Aérea (caças supersônicos) para a região. Realizou seminários e rodadas de relacionamento com os três concorrentes internacionais (Boeing, Consórcio Rafale e Saab); seminários com cada uma das Forças; e outros eventos, além de reuniões periódicas entre indústrias da região, sindicatos, universidades, representantes das Forças.	Assim que escolhida, a Saab anunciou fábrica de componentes do caça Gripen em SBC; a ADE-GABC cadastrou mais de vinte fornecedores potenciais na região do Grande ABC para essa unidade.
	APL Moveleiro: realizou onze edições da Feira de Móveis da Rua Jurubatuba em SBC, ampliando o movimento comercial do setor e iniciando prática associativa e cooperativa incomum.	Dependência da Prefeitura (recursos, infraestrutura) não se reduziu; alteração de comando na secretaria responsável em SBC enfraqueceu o ativismo da municipalidade em relação a este e outros APL.

Sugestões / recomendações	Reorganizar a ADE-GABC, em cenário de enfraquecimento com a saída de prefeituras e a ausência de programação estratégica para além da "contenção de custos".	Reintroduzir os CIESPs no comando, em conjunto com sindicatos e universidades; retirar as prefeituras dos fóruns de decisão da ADE-GBC e firmar parcerias com elas e as secretarias afetas ao desenvolvimento econômico e inovação tecnológica; reformular programa de ações e fontes de recursos; criar equipe enxuta, porém permanente.
---------------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de ANAU, 2017.

Referências Bibliográficas:

ANAU, Roberto Vital. DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E APRENDIZAGEM: avaliação da trajetória do Grande ABC. Tese (Doutoramento em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, UFABC, São Bernardo do Campo, 2017. 424 p. Disponível em: <http://biblioteca.ufabc.edu.br/php/download.php?codigo=75441&tipo_midia=2&iIndexSrv=1&iUsuario=0&obra=108628&tipo=1&iBanner=0&iIdioma=0>. Acesso em 20.set.2018.

13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA

Paulo Roberto (ITESCS)

Resumo Executivo

Esta nota técnica visa estimar quantas vagas formais de trabalho na região do Grande ABC Paulista poderiam desaparecer imediatamente com a adoção de tecnologias exponenciais que já estão disponíveis comercialmente ou próximas deste estágio. Com base no levantamento de vínculos empregatícios da RAIS, temos que 33% dos postos de trabalho atuais estão sob este risco. O texto também discute o que é possível fazer regionalmente para preparar empresas e trabalhadores para este novo cenário.

Estamos em plena Quarta Revolução Industrial, que é definida pelo Fórum Econômico Mundial como uma revolução tecnológica que está “borrando as linhas divisórias entre as esferas biológicas, físicas e digitais”⁽¹⁾. Ela se caracteriza pela adoção em massa das tecnologias exponenciais, definidas pela Singularity University como aquelas que “estão acelerando e transformando rapidamente as grandes indústrias e as nossas vidas”⁽²⁾.

Para entendermos como as tecnologias exponenciais impactam a organização do trabalho, veja o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Tecnologias exponenciais e seus impactos

Tecnologia	Exemplos de soluções tecnológicas disponíveis	Atividades econômicas impactadas
Inteligência Artificial e Data Science	Big Data, Ciência de Dados, People Analytics, Mídia programática	consultoria, direito, comunicação social, recursos humanos, gestão da qualidade, saúde
Realidade Virtual e Realidade Aumentada	Manutenção remota, Simulação de reformas	manutenção industrial, educação, design de interiores, engenharia civil
Nanotecnologia	Tecidos inteligentes, manufatura aditiva, plásticos e metais inteligentes	saúde, controle de pragas, moda, usinagem, transformação de plásticos
Robótica e comunicação homem máquina	Internet das coisas, robô colaborativo, veículos autônomos	manufatura, saúde, logística, táxi, transporte de passageiros
Redes, internet móvel e computação em nuvem	Manufatura compartilhada, plataformas, e-commerce, soluções mobile	indústria em geral, varejo, prestação de serviços

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de bibliografia especializada.

A adoção em massa das tecnologias exponenciais gera impactos expressivos nas atividades econômicas e na sociedade. Em especial, ela permite ganhos de produtividade de até 10 vezes, que acabam gerando transformações completas de modelos de negócio e formas de se organizar no trabalho⁽³⁾.

Neste sentido, podemos estimar claramente que algumas ocupações demandarão menos pessoas, embora não saibamos estimar o oposto, ou seja, quais ocupações demandarão mais pessoas. Por isso, este estudo tem o

objetivo de apontar o impacto negativo, em termos de posições de trabalho ameaçadas, mas apontar caminhos que permitirão explorar o impacto positivo, ou seja, as novas posições que acolherão os profissionais que deixarão de atuar nos postos de trabalho.

Como calculamos?

Tomamos como ponto de partida a estatística da RAIS Vínculos de 2016, a mais recente disponível no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. A opção pela RAIS foi para trabalharmos o número de vínculos trabalhistas totais de forma anualizada, e não os saldos de contratação e demissão, como disponibilizado pelo CAGED. Além disso, os dados da RAIS abarcam também trabalhadores avulsos, temporários e por prazo determinado.

Com base nas soluções disponíveis envolvendo tecnologias exponenciais, considerando o Startup Base ⁽⁴⁾, avaliamos quais ocupações estariam sujeitas aos seguintes impactos imediatos:

- Substituição completa por tecnologia
- Ganho de produtividade de pelo menos 100%

Em uma avaliação conservadora, consideramos um impacto imediato de 100%, ou seja, eliminação total da função, nos casos de substituição completa, e um impacto de 50% nos casos de ganho de produtividade. Por mais que esta escolha possa gerar distorções individualmente, ela se aproxima do impacto real no dado agregado regional. E, de novo, é uma estimativa conservadora, já que algumas soluções podem permitir ganhos de produtividade acima de 100%.

Esta estimativa também opera no formato “tudo o mais constante”, ou seja, ela não considera variáveis como transferência geográfica de linhas de produção para regiões com transformação digital mais avançada, obsolescência completa dos modelos de negócio atuais ou mesmo o impacto dos ganhos de produtividade na performance das empresas, o que as levaria a contratar mais pessoal.

Neste sentido, ela serve como mapeamento de risco, e não como profecia. A adoção de medidas tanto no âmbito privado quanto nas políticas públicas podem mitigar de forma efetiva esse impacto mapeado.

Impacto identificado

A RAIS 2016 apontava a existência de 729.755 empregos formais na região do Grande ABC Paulista. Destes, 437.182 empregos formais estavam relacionados a ocupações que podem sofrer tanto a substituição completa, quanto o ganho de produtividade de pelo menos 100%, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Empregos Formais na Região do Grande ABC Paulista e sua exposição às tecnologias exponenciais

Municípios	Empregos Formais	Substituição	Ganho de produtividade	Empregos expostos	Formais
Santo André	195.059	10.390	91.604		101.994
São Bernardo	251.750	22.017	133.022		155.039
São Caetano	101.491	6.110	60.803		66.913
Diadema	91.494	3.849	54.406		58.255
Mauá	64.222	3.533	35.886		39.419
Ribeirão Pires	21.815	1.312	117.77		13.089
Rio Gr. da Serra	3.924	208	2.265		2.473
Total	729.755	47.419	389.763		437.182

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados da RAIS Vínculos 2016.

Tabela 2 - Empregos Formais na Região do Grande ABC Paulista e sua exposição às tecnologias exponenciais, em %

Municípios	Substituição	Ganho de produtividade	Empregos Formais expostos
Santo André	5,33%	46,96%	52,29%
São Bernardo	8,75%	52,84%	61,58%
São Caetano	6,02%	59,91%	65,93%
Diadema	4,21%	59,46%	63,67%
Mauá	5,50%	55,88%	61,38%
Ribeirão Pires	6,01%	53,99%	60,00%
Rio Gr. da Serra	5,30%	57,72%	63,02%
Total	6,50%	53,41%	59,91%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados da RAIS Vínculos 2016.

Observando os dados em nível proporcional, conforme a Tabela 2, vemos que a maior parte dos empregos formais impactados estão avaliados como “sujeitos a ganhos de produtividade acima de 100%”. No total da região, 53,41% dos postos de trabalho tendem a sofrer redução drástica da necessidade de pessoal. Já os casos de substituição completa estão restritos a 6,5% do total de empregos formais.

Observando município a município, vemos que a maior concentração de postos de trabalho impactados está em São Bernardo do Campo, com 155.039 postos afetados pelas tecnologias exponenciais. Analisando proporcionalmente, São Caetano do Sul tem a maior concentração de postos de trabalho impactados, com 65,93% das vagas sujeitas a algum impacto. São Bernardo, contudo, concentra a maior proporção de vagas sujeitas a substituição direta, com 8,75% do total, enquanto Diadema apresenta a menor taxa, com apenas 4,21% da vagas podendo ser substituídas por tecnologia.

Ainda assim, podemos afirmar que a Quarta Revolução Industrial deve impactar mais da metade dos trabalhadores formais da Região do Grande ABC Paulista.

Saídas para enfrentar o desafio

Uma vez que o processo de transformação digital está em andamento, travá-lo ou revertê-lo não é a saída. Como afirma a Estratégia Nacional para a Transformação Digital, iniciativa liderada pelo MCTIC: “Não é possível conceber uma economia moderna e dinâmica que não proporcione igualdade de oportunidades em todas as regiões do País”⁽⁵⁾.

Posto isso, o desafio para a região do Grande ABC Paulista é preparar os trabalhadores e as empresas para este novo cenário. É urgente uma mobilização da sociedade e dos governos locais para construção de soluções que preparem as pessoas para novas formas de se trabalhar e de se produzir.

Em linha com a Estratégia Nacional para a Transformação Digital, elencamos algumas medidas que podem ser adotadas em nível municipal ou regional:

- Iniciativas para disseminação e construção de uma cultura de empreendedorismo e inovação, envolvendo governos, ecossistema de startups e universidades;
- Iniciativas educacionais para requalificação dos trabalhadores para o ambiente digital, com a participação de instituições como SENAI e Centro Paula Souza;
- Qualificação e orientação para as empresas e empresários da região sobre as tendências de transformação digital que impactam diretamente os seus negócios;
- Engajamento das organizações da sociedade civil em iniciativas de mudança de mindset para os conceitos digitais.

Agindo com medidas neste caminho, de forma integrada e regional, poderemos trabalhar para que o impacto da Quarta Revolução Industrial seja mais positivo que negativo para a região do Grande ABC Paulista.

Notas:

(1) SCHWAB, Klaus. The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>>. Acessado em 17 de setembro de 2018.

(2) SINGULARITY UNIVERSITY. An Exponential Primer. Disponível em <https://su.org/concepts/> acessado em 17 de setembro de 2018.

(3) BERMAN, Alisson E. This Is How to Invent Radical Solutions to Huge Problems. Disponível em <https://singularityhub.com/2016/11/15/this-is-how-to-invent-radical-solutions-to-huge-problems>. Acessado em 17 de setembro de 2018.

(4) Disponível em <https://startupbase.abstartups.com.br/>

(5) MCTIC. Estratégia Nacional para a Transformação Digital. Disponível em <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/estrategiadigital.pdf/view>. Acessado em 17 de setembro de 2018.

14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA

Regiane Balestra Vieira

Resumo Executivo

Verifica-se a proliferação no Brasil das redes de laboratórios de inovação aberta denominadas Fab Labs, como um recurso empreendedor indispensável para a sustentação da economia baseada em criatividade. A cidade de São Paulo tem, desde 2014, uma política de estímulo à inovação e ao desenvolvimento de startups na cidade de São Paulo, cuja finalidade é incentivar o empreendedorismo tecnológico. Essa política articula um conjunto de programas e iniciativas. O Fab Lab Livre SP é uma rede de laboratórios de criatividade, aprendizado e inovação acessível a todos interessados em criar, desenvolver e construir projetos. Frutos de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto de Tecnologia Social (ITS) são abertos e acessíveis a todas as pessoas que tenham interesse em construir projetos coletivos ou pessoais, envolvendo tecnologia de fabricação digital, eletrônica, técnicas tradicionais e práticas artísticas. A experiência dos Fab Labs livres da Cidade de São Paulo é uma importante referência do modelo que pode ser seguido pelo Grande ABC Paulista.

Um dos dilemas fundamentais da sociedade moderna é o efeito imprevisível e problemático do rápido desenvolvimento tecnológico. Um dos esforços da literatura sobre inovação tecnológica consiste em identificá-la não apenas como um fenômeno ligado aos novos paradigmas do progresso técnico, mas também como um processo social e econômico. Isto, por entender que a tecnologia não é neutra (WINNER, 1986) e que, além de promover a transformação produtiva, ela comporta um elemento de intencionalidade (FURTADO, 2003).

Logo, sobre a perspectiva de uma nova realidade econômica, o debate acerca do potencial inovador do empreendedorismo de base tecnológica, em termos de efetividade, capacidade de multiplicação e produção em escala para a solução de problemas sociais na agenda das políticas de ciência e tecnologia no Brasil, é reflexo de uma sociedade que se depara com um irreversível dilema, que é o de “desapegar-se” do paradigma fordista de desenvolvimento hegemônico desde as primeiras décadas do século XX (POCHMANN, 2004, 2015; HARTLEY, 2005; FELDMANN, 2009; RODRIK, 2011; DRUCK, 2013).

Simultaneamente, configura-se o processo de reestruturação do capitalismo (RIFKIN, 2016; CHASE, 2015; RODRIK, 2011; FLORIDA, 2011) e o distanciamento da visão schumpeteriana de mercado darwinista, na qual vencem a competição econômica somente aqueles agentes (indivíduos, organizações) com elevada capacidade destrutiva, para aproximar-se de abordagens que defendem um novo formato de articulação inteorganizacional, subsidiada pela multiplicidade de atores envolvidos em ações coletivas, em redes colaborativas dispostos a transformar a realidade em que vivem.

No que diz respeito às conexões neste novo cenário industrial, caracterizam-se as interações que evidenciam um movimento de transbordamento do conhecimento.

É neste contexto que se dá a emergente proliferação no Brasil (GOMES, 2016) das redes de laboratórios de inovação aberta denominadas Fab Labs, como um recurso empreendedor indispensável para a sustentação da

economia baseada em criatividade.

As redes Fab Labs revelam novas formas de organização da produção e de consumo – por exemplo, a produção de qualquer artefato sob demanda por meio de uma impressora 3D, o coração de um Fab Lab. Assim, essas redes fazem uso intensivo do talento criativo que, distantes da lógica da escassez, formatam um território fértil para o avanço da cultura maker (ANDERSON, 2012) impulsionada pelo movimento “do it yourself”, sigla DIY (NUNES, 2010), ou “faça você mesmo” em português, em um ambiente transdisciplinar de colaboração. Para Sônego e Fraga (2018), a discussão sobre a indústria do século XXI passa necessariamente pela cultura maker, difundida nos Fab Labs.

Notadamente, a rede pública Fab Labs Livres da cidade de São Paulo propicia o engajamento aos processos colaborativos para a produção social de inteligência tecnológica coletiva. Destaca-se, neste aspecto, o papel empreendedor do estado defendido por Mazzucato (2014).

A Rede Pública Fab Labs Livres de São Paulo



A cidade de São Paulo tem, desde 2014, uma política de estímulo à inovação e ao desenvolvimento de startups, cuja finalidade é incentivar o empreendedorismo tecnológico (SANTOS, 2016). Essa política articula um conjunto de programas e iniciativas.

O Fab Lab Livre SP é uma rede de laboratórios de criatividade, aprendizado e inovação acessível a todos os interessados em criar, desenvolver e construir projetos. Fruto de parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil, 2016), os Fab Labs são abertos e acessíveis a todas as pessoas que tenham interesse em construir projetos coletivos ou pessoais, envolvendo tecnologia de fabricação digital, eletrônica, técnicas tradicionais e práticas artísticas (FAB LAB LIVRESP, 2016).

A rede pública Fab Labs Livres resulta do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, instituído pela Lei no 16.050, de 2014:

Capítulo 1, Art. 176. São objetivos específicos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, 5º. parágrafo “potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016).

Conforme apresentam os autores Eychenne e Neves (2013), são três os tipos de Fab Labs:

A rede Fab Lab Livre SP conta com 12 unidades do tipo Fab Lab Social:

FAB LAB ACADÊMICO

O objetivo dos Fab Labs acadêmicos é de desenvolver uma cultura de aprendizagem através da prática, de permitir aos estudantes realizar projetos “colocando a mão na massa”, mas também organizando um espaço transdisciplinar e aberto ao exterior. Estes Fab Labs são criados por universidades, instituições de ensino superior e às vezes por agências nacionais de inovação.

FAB LAB PROFISSIONAL

Mesmo respeitando a carta de abertura, o Fab Lab profissional se dirige principalmente seus serviços a um público de empresas, inovadores, startups, colocando à frente as possibilidades de prototipagem rápida, de conselho, locação de máquinas, de formação e de serviços personalizados acompanhados de uma abordagem de inovação.

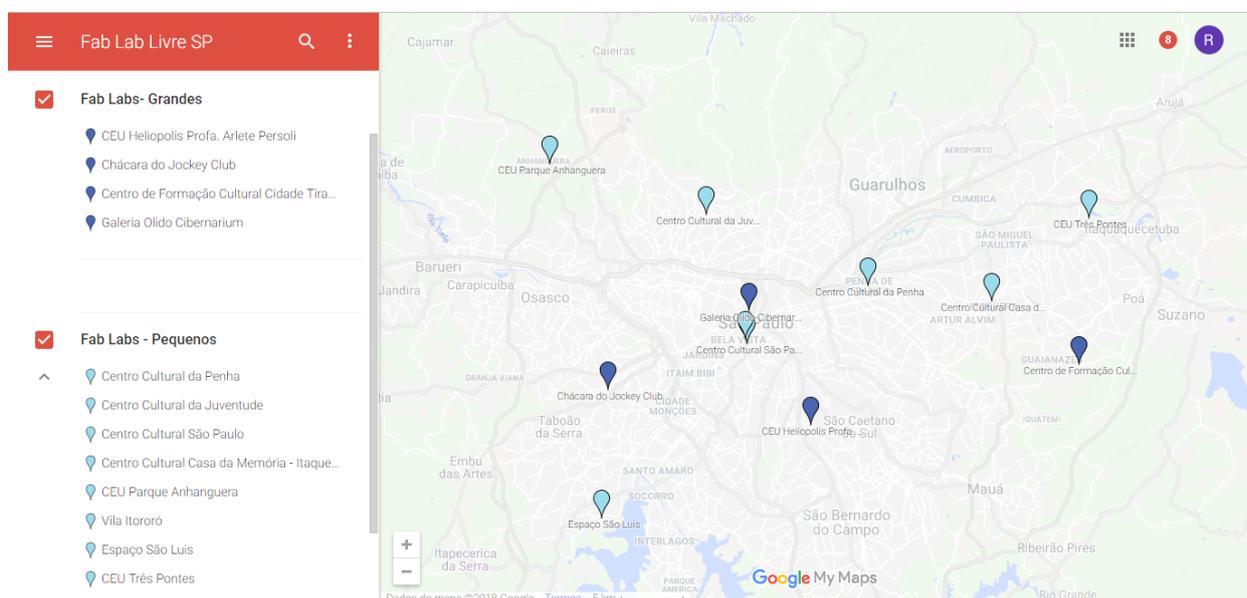
FAB LAB SOCIAL

Sob o rótulo de Fab Lab Social estão os Fab Labs abertos realmente a todos, em lugares bastante acessíveis e cuja finalidade é dar acesso às máquinas digitais, às práticas e à cultura da fabricação digital. Estes lugares estão voltados para vetores de emancipação. Este é o caso da maioria dos Fab Labs dos países do sul como Afeganistão (fablab.af), Kenya (fablab.uonbi.ke), Ghana, etc. Alguns fab labs de países do norte oferecem um modelo híbrido, é o caso do Fab Lab de Amsterdam (fablab.waag.org), da Noruega, do projeto DHub em Barcelona.

1. Chácara do Jockey Club;
2. Rua Santa Crescencia, 323;
3. Butantã;
4. Centro Cultural Cidade Tiradentes;
5. Av. Inácio Monteiro, 6900;
6. Cidade Tiradentes;
7. Galeria Olido;
8. Avenida São João, 473;
9. Centro São Paulo;
10. Centro de Convivência Heliópolis;
11. Estrada das Lágrimas, 2385;
12. Heliópolis.

Trata-se da maior rede de laboratórios públicos de fabricação digital no mundo (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2016).

Fab Labs são oficinas digitais, de baixo custo e de pequena escala, equipadas com ferramentas controladas por computador, como cortadores a laser, máquinas de roteamento, scanners 3D, fresadoras 3D e ferramentas de programação. Na figura abaixo, a representação do “kit básico Fab Lab” definido como padrão pela Fab Foundation (2016).



Fonte: FAB LAB Livre SP (2016)

Equipamentos de um Fab Lab = Kit básico Fab Lab



Equipamentos de um Fab Lab = Kit básico Fab Lab

Em geral, tecnologias inovadoras não estão à disposição de todos os interessados. Isso cria ou amplia a desigualdade entre as pessoas com maior facilidade de acesso e aquelas com menores oportunidades. A rede pública Fab Labs Livres de São Paulo é um dos melhores exemplos de inclusão produtiva com o uso das tecnologias sociais, com enorme capacidade de estimular a criatividade empreendedora.

Fab Labs Livres da cidade de São Paulo como habitat de inovação empreendedora

Considerando as múltiplas definições de inovação, sob uma visão mais prática pode-se definir inovação como a efetiva implementação, com sucesso (valor agregado), de novas ideias em um determinado contexto. Esse valor agregado pode promover valências na esfera econômica, mas também social, científico e cultural.

Devido às suas características e repercussões positivas, a rede Fab Labs Livres da cidade de São Paulo, por meio da política pública implementada, atrai cada vez mais a atenção dos demais decisores políticos, empresas, pesquisadores e organizações sociais interessados em entender melhor a sua dinâmica de inovação. Isto possibilita a promoção, ainda em estágio preliminar, de múltiplos atores e parcerias organizacionais para discutir o empreendedorismo tecnológico. Contextualmente, depara-se com expectativas de um ambiente “hands-on” capaz de proporcionar a inovação radicalmente disruptiva.

A proposta de inovação na rede Fab Labs Livres da cidade de São Paulo ainda prioriza a empregabilidade do indivíduo por se enquadrar na lógica de competição de mercado, ao se limitar na prática por benefícios distributivos aos seus usuários. O próprio edital de seleção para a operacionalização da rede traz como justificativa para a celebração de convênio a Lei Orgânica do Município de São Paulo, segundo o qual, em seus artigos 203, inciso IV e 221, inciso V:

É dever do Município garantir a educação inclusiva que garanta as pré-condições de aprendizagem e acesso aos serviços educacionais, a reinserção no processo de ensino de crianças e jovens em risco social, a erradicação do analfabetismo digital, a educação profissionalizante e a provisão de condições para que o processo educativo utilize meios de difusão, educação e comunicação e à manutenção de programas e projetos integrados e complementares a outras áreas de ação municipal, para qualificar e incentivar processo de inclusão social (PREFEITURA DE SP, 2012).

Observa-se que a rede Fab Labs Livres da cidade de São Paulo, considerando seu processo de contratação, prioriza no atual momento a inclusão social e digital como política pública – o que aponta uma desconexão entre a concepção de redes Fab Labs e o modelo praticado na cidade de São Paulo.

Fato é que a rede Fab Labs Livres da cidade de São Paulo tem buscado esforços para descaracterizar a abordagem *top-down*, dominada pela inovação tecnológica para a empregabilidade, rumo a uma abordagem *bottom-up*, caracterizada pela inovação orientada para o desenvolvimento socioeconômico. Esta visão está no centro da agenda local, apesar de reconhecê-la como um grande desafio.

Contudo, as experiências desenvolvidas na rede Fab Labs Livres da cidade de São Paulo merecem destaque por sua proposta pioneira e moderna, que representam os riscos que contornam os processos do empreendedorismo tecnológico na Economia da Inovação, em um discurso extremamente recente na gestão pública local brasileira.

Na prática, a replicação de modelos dos países desenvolvidos para a realidade dos países em desenvolvimento é sempre um esforço de adaptação, sobretudo, pelos diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico (FELDMANN, 2009).

Por fim, se o empreendedorismo tecnológico com potencial inovador é, com efeito, pauta importante na agenda dos responsáveis pelas políticas públicas e requer nos países em desenvolvimento um poder de liderança e indução muito forte de organismos governamentais, há também a necessidade de uma mudança de perspectiva, que promova um novo modelo de inovação – modelo este que tire proveito das possibilidades oferecidas pela colaboração entre os vários atores envolvidos – bem como de novas tecnologias sociais emergentes, na Região do Grande ABC Paulista para definitivamente “desapegar-se” do paradigma fordista de desenvolvimento hegemônico.

Tem-se, portanto, uma nova geografia da inovação, onde diferentes ambientes de inovação determinam o progresso das nações e apontam para um novo futuro para as sociedades onde estão localizados. Esse novo modelo, seja qual for sua variante de implantação, tem o talento das pessoas como a base para a nova economia. Talento em função do seu conhecimento e talento empreendedor, com capacidade para criar, inovar e transformar o mundo.

Neste sentido, a discussão inicial que se apresenta tem como proposta, aos agentes e atores protagonistas da região do Grande ABC Paulista, a análise desta dinâmica como condição *sine qua non* para o desenvolvimento socioeconômico almejado pela região.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Chris. *Makers: the new industrial revolution*. Nova Iorque: Random House, 2012.

CHASE, Robin. *Peers inc: how people and platforms are inventing the collaborative economy and reinventing capitalism*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2015.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. Alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo. (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 4, p. 55-73.

EYCHENNE, Fabien; NEVES, Heloisa. *Fab Labs: a vanguarda da nova revolução industrial*. São Paulo: editorial Fab Lab Brasil, 2013.

FAB LAB Livre SP. Conheça o Fab Lab Livre SP. Disponível em <http://fablablivresp.art.br/o-que-e>. Acesso em 15 mai. 2016.

FAB Foundation. What is fab lab? Disponível em: <http://fabfoundation.org/index.php/what-is-a-fab-lab/index.html>. Acesso em 15 mai. 2016.

FELDMANN, Paulo. R. “The technological backwardness of Latin America as a result of geographical aspects and interconnected microeconomic factors”. O atraso tecnológico da América Latina como decorrência de aspectos geográficos e de fatores microeconômicos interligados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.18, n.1(35), p.119-139, abr. 2009.

FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Marina. Fab labs crescem no Brasil: e prometem ser valiosa ferramenta de inovação. *Inovação*, Campinas, 12 jan. 2016. Available at: <http://www.inovacao.unicamp.br/destaque/fab-labs-crescem-no-brasil-e-prometem-ser-valiosa-ferramenta-de-inovacao/>. Acesso em 01 mai. 2016.

HARTLEY, John. *Creative industries*. In: HARTLEY, John. *Creative industries*. London: Blackwell, 2005. Cap. 1, p. 1-40.

ITS–Instituto de Tecnologia Social. *Fab Lab Livre SP*. Available at: <http://itsbrasil.org.br/experiencias/projetos/Fab-Lab-livre-sp/>. Acesso em 01 mai. 2016. Acesso em 01 mai. 2016.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

NUNES, Rui F. V. C. *DIY uma nova estratégia de design de produto virada para o “faça você mesmo”*: fundamentos, aplicabilidade e consequências num futuro social sustentável. 2010. Dissertação (Mestrado em Design de Produto). Universidade Técnica de Lisboa.

POCHMANN, Márcio. *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Editora Vozes, 2004.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Boitempo Editorial, 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo*. Jul. 2014. Available at: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-lei_lei_16050_-_plano_diretor_estratgico_1428507821.pdf. Acesso em 11 ago. 2016.

RIFKIN, Jeremy. *A sociedade com custo marginal zero*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2016.

RODRIK, Dani. *The globalization paradox: democracy and the future of the world economy*. New York: Norton & Co., 2011.

SANTOS, Artur. H. S. *São Paulo: inovação tecnológica e cidade global na gestão Haddad*. Mai. 2016. Available at: <http://novo.fpabramo.org.br/content/s%C3%A3o-paulo-inova%C3%A7%C3%A3o-tecnol%C3%B3gica-e-cidade-global-na-gest%C3%A3o-haddad>. Acesso em 24 ago. 2016.

SÔNEGO, Dubes; FRAGA, Nayara. *Renda-se aos makers, os protagonistas da nova revolução industrial*. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2018/01/renda-se-aos-makers-os-protagonistas-da-nova-revolucao-industrial.html>. Acesso em 24 jan. 2018.

WINNER, Langdon. *Do artifacts have politics?* In: Winner, L. (Org.). *The wale and the reactor: a search for limits in an age of high technology*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA

Antonio Aparecido de Carvalho
Álvaro Francisco Fernandes Neto

Resumo Executivo

Os espaços de coworking vêm crescendo no Brasil, devido à busca por redução de custos, trabalho colaborativo e geração de ocupação e renda. Os espaços permitem a utilização compartilhada de recursos, ideias e serviços. A pesquisa teve por objetivo demonstrar que os escritórios compartilhados estimulam a geração de negócios, sobretudo para os microempreendedores individuais e para as micro e pequenas empresas, e, conseqüentemente, geram ocupação e renda. A partir dos dados extraídos do Censo Coworking Brasil de 2017 foram identificados os espaços de escritórios compartilhados das sete cidades do Grande ABC Paulista, sendo que nas cidades de Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não foram identificados espaços de escritórios compartilhados.

O conceito de *coworking*

A escalada das transformações que ocorreu, sobretudo a partir da década de 1990, trouxe inovações que contribuíram para que as organizações buscassem novas formas de fazer as coisas. As empresas buscam alianças estratégicas com outras empresas, fornecedores e clientes. Contudo, as empresas esbarram em dificuldades financeiras, sobretudo em momentos de crise econômica, como a que ocorreu a partir de 2008, cujos efeitos ainda podem ser sentidos, tais como baixa no volume de ofertas de postos de trabalho, custos elevados para manutenção das atividades empresariais, principalmente para as micro e pequenas empresas, o microempreendedor individual e os profissionais autônomos ou liberais. Muitas vezes estas empresas dispõem valores altos com aluguel, impostos, internet, telefone, serviços de limpeza, dentre outros, para a manutenção dos seus escritórios.

Na busca por redução de custos e continuidade no segmento em que estão inseridas, as empresas e profissionais buscam alternativas, tais como o home office ou os espaços compartilhados, chamados de *coworking*. Os espaços *coworking* são vistos como espaços de trabalho que incentivam e estimulam a colaboração e encontros com pessoas das mais diversas áreas, propiciando a troca de informações.

Nos espaços *coworking* existe o compartilhamento de ideias, recursos e serviços entre os participantes. Isto além da diminuição de custos traz o caráter colaborativo, permitindo que haja estímulo para a formação de parcerias.

No espaço *coworking*, o conhecimento dos integrantes pode ser transmitido de diversas maneiras para outros integrantes do espaço. Uma delas é a realização de trabalhos conjuntos, através de conversas informais e realização de eventos.

Cenário atual do *coworking* no Brasil

O *coworking* no Brasil é relativamente recente. Surgiu há cerca de seis anos. Segundo o Censo *Coworking*

Brasil de 2017, em 2015 havia no país 238 espaços ativos; em 2016, os espaços oferecidos eram 378 (acréscimo de 52%); em 2017, o número saltou para 810 (elevação de 114%).

Os dados mostram ainda que os espaços oferecem cerca de 56 mil estações de trabalho; que foram movimentados R\$ 82 milhões em 2016; e que foram gerados 2.326 ocupações diretas e 1.174 ocupações indiretas. O Estado de São Paulo e a Cidade de São Paulo lideram o ranking de número de estações: 336 no Estado de São Paulo e 217 na Cidade de São Paulo.

Segundo Koevering (2017), os cinco valores centrais que refletem a filosofia existente em um *coworking* são:

- 1) Colaboração: a vontade de cooperar com os outros para criar valor compartilhado;
- 2) Abertura: livre compartilhamento de ideias, informações e pessoas;
- 3) Comunidade: um grupo com um propósito comum e pensamentos compartilhados;
- 4) Acessibilidade: espaços de *coworking* são acessíveis, social e economicamente, para cada tipo de trabalhador; e
- 5) Sustentabilidade: recursos são utilizados em conjunto, o que traz benefícios econômicos e ecológicos.

O censo indica ainda que 62% dos espaços estão localizados nas capitais, são 210 mil pessoas que circulam diariamente nos espaços. A tabela 1 traz o cenário atual dos espaços *coworking* segundo dados do Censo do *Coworking* Brasil (2017).

Tabela 1: Cenário atual dos espaços *coworking*, 2017

Número total <i>coworkings</i> no mundo	13.800
Número total de <i>coworkings</i> Brasil	810
Crescimento <i>coworkings</i> Mundo 2016-2017	30%
Crescimento <i>Coworkings</i> Brasil 2016-2017	114%
Preço médio aluguel - Brasil	R\$ 800,00
Postos de trabalho - Brasil	3.500
Estações de Trabalho – Brasil	56.000
Salas de reunião - Brasil	130
Salas privativas - Brasil	195
Nº médio de usuários por escritório - Brasil	57
Pet friendly - Brasil	26%
<i>Coworkings</i> que realizam eventos no local – Brasil	93%
<i>Coworkings</i> com funcionamento 24 h - Brasil	53

Elaboração dos próprios autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Censo *Coworking* Brasil (2017).

As principais áreas de atuação instaladas nos espaços *coworking* brasileiros são: consultoria (65%), publicidade e design (50%), marketing (45%), advocacia (38%), negócios sociais (24%) e educação e comunicação (20%).

***Coworking*: geração de trabalho e renda**

Somada à crise econômica que assola o país e que se acentuou a partir do ano de 2015, as recentes alterações nas leis trabalhistas, tais como a terceirização e a descentralização resultaram em redução do número de postos de trabalho, conforme demonstrado na tabela 2, que traz a série histórica de número de desocupados de 2012 a maio de 2018, segundo Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - PNAD (2017).

Tabela 2: Número de desempregados, Brasil, 2012-2018

Ano	Número de desempregados Brasil
2012	6.642.663
2013	6.052.252
2014	6.451.880
2015	9.200.000
2016	12.342.000
2017	14.000.000
maio/2018	13.400.000

Elaboração dos próprios autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base na Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (2018).

Considerando os números apresentados no quadro, verifica-se que, de 2012 a setembro de 2017, o número de desempregados apresentou elevação de 95%.

O Censo *Coworking* Brasil (2017) revela que os espaços de escritórios compartilhados geraram, no ano de 2016, cerca de 2 mil ocupações diretas e 1.200 indiretas. A concentração reside nas pequenas empresas com até 3 ocupados, seguida por empresas que contam entre 3 a 6 ocupados. A média de residentes nos escritórios compartilhados é de 23 profissionais. As salas privativas são as mais frequentes, seguida das mesas privadas.

Espaços *Coworking* nas cidades do Grande ABC Paulista

Dados do Censo *Coworking* Brasil de 2017 trazem os números de escritórios cadastrados por cidade, conforme

**Quadro 1:
Coworkings nas cidades do Grande ABC Paulista, 2017**

Cidade	<i>Coworking</i>	Endereço
Diadema	Não possui <i>coworkings</i> cadastrados	
Mauá	1 – Winner <i>Coworking</i> e Associados	Rua Frei Galvão 56 – Jd. Pilar. www.winnercoworking.com.br/
Ribeirão Pires	Não possui <i>coworkings</i> cadastrados	
Rio Grande da Serra	Não possui <i>coworkings</i> cadastrados	
Santo André	1 – P2B Twoo Business 2 – Deck Lab <i>Coworking</i> 3 – Locus Santo André 4 – Shelf Store.Co	Rua Antonio Cardoso Franco 212. www.p2bcoworking.com.br Rua Dona Elisa Fláquer, 51. www.deck-lab.com Av Industrial, 780. www.locussantoandre.com.br Av. Dr. Antonio Alvaro, 450. www.shelfbrasil.com
São Bernardo do Campo	1 – Box Extra <i>Coworking</i> 2 – Locus <i>Coworking</i> São Bernardo 3 – Open Lab <i>Coworking</i> 4 – Plug Office Escritórios Compartilhados	Av. Dr. Rudge Ramos, 1201. http://boxextracoworking.com.br/ Av. Sen. Vergueiro, 2123. www.locussbcmarcozero.com.br/ Av. Armando Italo Setti, 520. www.openlabcoworking.com.br Rua Jacquey, 41. www.plugoffice.com.br
São Caetano do Sul	1 - BP Office <i>Coworking</i> 2 – <i>Coworking</i> Locus São Caetano 3 – Beehouse <i>Coworking</i>	Av. Presidente Kennedy. 3.500. www.bpofficecoworking.com.br Alameda Terracota, 215. www.locussaocaetanodosul.com.br Rua Alegre, 470. www.beehousecoworking.com.br

Elaboração dos próprios autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Censo *Coworking* Brasil (2017).

demonstrado no quadro 1.

O censo de 2017 demonstra que as cidades do Grande ABC Paulista contam com 12 espaços de escritórios compartilhados. Vale ressaltar que o Beehouse *Coworking*, da cidade de São Caetano do Sul, foi o primeiro espaço de escritório compartilhado criado no Grande ABC Paulista.

Conclusão

Os espaços *coworking* vêm apresentando crescimento no Brasil a partir de 2015. As pessoas buscam os espaços com o intuito de redução de custos, pois o aluguel de um espaço compartilhado é mais acessível quando comparado com os diversos custos que envolvem a manutenção de um espaço próprio.

Além da redução de custos, a possibilidade de estar com pessoas de áreas diferentes traz o benefício de troca de informações, o que pode gerar parcerias e criação de novos produtos e serviços, gerando ocupação e renda.

Muito mais do que economia de custos administrativos, os espaços de *coworking* trazem a possibilidade de parcerias nos espaços compartilhados. Nos coworkers, as pessoas podem trocar conhecimento e informações, bem como manter uma rede de relacionamentos. Um coworker pode trazer ideias para os projetos de outros coworkers.

Os escritórios compartilhados se apresentam como plataformas de negócios, com abertura para aprimorar e difundir conhecimentos e ainda estimular a criatividade. Novos espaços compartilhados estão sendo inseridos no mercado, oferecendo espaços reservados para que as empresas recebam seus clientes de forma privativa.

Diante dos números de desemprego apresentados, os escritórios compartilhados são essenciais para a geração de ocupação e renda. Dentre as cidades do Grande ABC Paulista, as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, segundo o Censo *Coworking* de 2017, são as que se destacam. O Censo de 2018, que ainda não foi divulgado, poderá apresentar uma evolução no número de escritórios compartilhados nas sete cidades pesquisadas.

Referências Bibliográficas

CENSO *COWORKING* BRASIL 2017. Disponível em: <<https://coworkingbrasil.org/censo/2017>>. Acessado em 17 jul. 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAS DE DOMICÍLIO – PNAD. Série histórica do número de desocupados de no Brasil. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149 Acesso em 17 jul. 2018.

KOEVERING, Jasper G.C. The preferred characteristics of *coworking* spaces the relation between user characteristics and preferred *coworking* space characteristics: an attribute based stated choice experimente. Master, Eindhoven University of Technology, june, 2017.

16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA

Alessandra Santos Rosa

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é por em relevo dois pólos industriais e tecnológicos que têm no setor industrial o centro da geração de valor agregado de suas economias: a Região do Grande ABC Paulista, berço da industrialização brasileira, e a cidade de Hortolândia, localizada na Região Metropolitana de Campinas, que em seus 27 anos de emancipação realizou um projeto de incentivo fiscal estratégico e inteligente, atraindo importantes indústrias de tecnologia para a cidade.

É sabido que o setor industrial vem perdendo ao longo dos anos participação no PIB das cidades e dos países. No Brasil, na década de 1980, a indústria representava 80% do PIB; hoje esta participação corresponde a 21%.

A tabela 1 mostra o valor adicionado pela indústria no PIB em algumas regiões e municípios.

Tabela 1: Participação Percentual do valor Agregado pela Indústria no PIB – Regiões e Municípios, 2010 a 2015

REGIÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Hortolândia	47,69	47,22	49,19	44,81	44,63	37,81
Diadema	43,07	43,02	39,74	37,74	35,13	33,75
Mauá	46,25	39,96	33,19	32,29	32,80	38,38
Ribeirão Pires	27,40	26,46	25,55	26,46	25,55	25,57
Rio Grande da Serra	39,19	37,05	36,47	32,91	32,94	31,28
Santo André	27,76	27,57	24,50	24,54	22,48	22,09
São Bernardo do Campo	43,6	41,15	37,25	34,5	33,5	27,75
São Caetano do Sul	37,97	35,11	37,07	33,50	30,49	27,06
Região Metropolitana de São Paulo	21,56	20,74	19,18	18,36	17,15	15,61
Região Metropolitana de Campinas	38,78	33,63	29,72	28,4	28,41	32,54
Estado de São Paulo	27,07	25,77	23,83	22,76	22,01	21,93

Elaboração própria da autora, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações da Fundação SEADE, 2018.

Nota-se que, embora a participação da indústria no PIB do município de Hortolândia tenha reduzido em 9,9 pontos percentuais entre 2010 e 2015, esta participação apresenta-se acima das participações da Indústria no PIB da Região Metropolitana de Campinas e do Estado de São Paulo.

Da mesma forma, a participação da indústria no PIB dos municípios que compõem a Região do Grande ABC Paulista também sofreu queda na série de dados. Mas os percentuais de participação da indústria destes municípios também são superiores aos da Região Metropolitana de São Paulo e do Estado de São Paulo.

Ambas as regiões - a cidade de Hortolândia e a Região do Grande ABC Paulista - possuem desafios grandes relacionados à manutenção do peso e da vitalidade de suas indústrias.

Neste sentido, um ponto de partida importante são os programas atualmente debatidos em países avançados – com destaque para a Alemanha e EUA – visando a retomada do fortalecimento de suas estruturas industriais, como os programas “Indústria 4.0” (Alemanha) e “Manufatura Avançada” (EUA). As regiões brasileiras com forte presença da indústria em suas economias, como são os casos de Hortolândia e Grande ABC Paulista, necessitam aprofundar a discussão de como inserir suas estruturas em um processo de modernização visando a aplicação de conceitos associados à chamada Indústria 4.0 e Manufatura Avançada.

A necessidade do estabelecimento e execução de políticas visando a expansão da Indústria 4.0 nas estruturas industriais dessas regiões brasileiras fica evidente a partir do momento em que se levantam os indicadores de competitividade da indústria brasileira no cenário internacional. A empresa DELOITTE realiza pesquisa anual que gera um índice global de competitividade da Indústria. No último levantamento realizado, o Brasil passou do 5º lugar em 2010, para 29º lugar em 2016. A projeção para 2020 aponta que o Brasil deverá ocupar o 23º lugar.

Assim, gradativamente as indústrias, em especial as que trabalham com maior complexidade tecnológica, começam a introduzir em suas plantas conceitos como robótica, internet das coisas, big data, computação em nuvem e ferramentas como impressão 3D. Isto, visando a redução de custos, aumento de competitividade e explicitação de responsabilidades ambientais e sociais.

A Revista EXAME CEO, em reportagem recente, afirma que “a indústria 4.0 não altera apenas as estruturas industriais, mas gera novos modelos de negócios, inclusive no que diz respeito as formas de distribuição e atuação com clientes finais”.

A realização de Programas de implantação da Indústria 4.0 não é, porém, tarefa das mais simples. Estes programas envolvem forte aproximação entre empresas, universidades e governos. Apesar de difícil, esta aproximação é essencial. Sabe-se que os setores de comércio e serviços, apesar de gerarem grande volume de empregos diretos, não são capazes de absorver a mão de obra excedente provocada pelo aumento da população e incremento tecnológico. Desta forma, os países e regiões necessitam de uma indústria fortalecida e com alto poder de competitividade.

Desta forma, empresas, universidades e governos exercem papel estratégico em cada etapa do desenvolvimento. Um dos modelos possíveis de divisão de tarefas é a seguinte: as empresas devem aplicar o conhecimento das novas tecnologias, por meio da implementação gradual da indústria 4.0 em suas plantas e no seu capital humano; cabe à Academia como um todo desenvolver pesquisas que contribuam para com o poder público no desenvolvimento de políticas de fomento ao setor privado na busca das melhores formas de alcance e aplicação das novas tecnologias; ao setor público, por fim, é reservada a tarefa de mapear as necessidades locais, reconhecer as novas formas de atuação, criar estímulos para as empresas e atuar fortemente na capacitação dos “novos profissionais” deste desenvolvimento.

Além de incentivos para implantação de indústrias nas cidades e regiões, o poder público deve incentivar a inovação e novas formas de aprendizado nas escolas, assim como criar um ambiente favorável para a implementação dos novos conceitos. As parcerias público-privadas favorecem um ambiente cooperativo e de estímulo para as novas tecnologias.

A interação destes três partes – empresas, universidades e governos - promovem a inovação de uma Região, um Estado e um País.

A Cidade de Hortolândia e a Região do Grande ABC Paulista possuem centros de Pesquisas capazes de estimular este ambiente.

Hortolândia possui no seu entorno a AGEMCAMP que desenvolve estudos e pesquisas na área, além de contar na cidade com a ETEC e o Instituto Federal (IFSP) com alto poder de desenvolvimento técnico e profissional da população.

A Região do Grande ABC Paulista possui, entre outras instituições acadêmicas, a USCS, a FEI e a Universidade Federal do ABC (UFABC). A USCS reúne um importante Centro de Pesquisa, que é o INPES. A UFABC estruturou sua Agência de Inovação.

Registre-se que um caso de Indústria 4.0 importante, que pode servir de modelo para ambas as cidades é o da indústria farmacêutica EMS, fundada em 1964, e teve sua primeira fábrica em São Bernardo do Campo. Hoje, a empresa é líder no mercado, possui capital 100% nacional e detém um complexo industrial na cidade de Hortolândia, onde também se localiza o seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Em 2017, esta indústria produziu 650 milhões de caixas de medicamentos, gerou 5 mil empregos e exportou para mais de 40 países.

Recentemente a EMS divulgou que aumentará sua capacidade de produção em 50% com uma “solução” 4.0 oferecida pela empresa BOSCH.

Por conseguinte, é possível vislumbrar um cenário de retomada de crescimento da indústria, ainda que de forma lenta e dolorosa. Mas este novo momento se dará pela formação de rápidas discussões e tomada de decisões que incluam as empresas, as Universidades e também o setor público.

Referências Bibliográficas

DELOITTE. Índice Global de Competitividade do Setor Industrial 2016. Disponível: <https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/manufacturing/articles/global-manufacturing-competitiveness-index1.html>. Acesso: agosto/2018.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos municípios paulistas. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>. Acesso: setembro/2018.

STELLA FONTES. EMS sobre capacidade de produção e aposta na indústria 4.0. Valor Econômico. 05/06/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5569861/ems-sobe-capacidade-de-producao-e-aposta-na-industria-40>. Acesso: setembro/2018.

17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D

Maria do Socorro Souza

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta o mercado de trabalho da Região do Grande ABC Paulista com foco nas ocupações que exigem o conhecimento relacionado à tecnologia de Impressão 3D, uma das tecnologias que compõem a chamada Indústria 4.0. De acordo com os dados encontrados para as sete cidades do ABC paulista, é possível afirmar que as cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André absorvem o maior número de trabalhadores em atividades relacionadas à Impressão 3D. Dentre as áreas do conhecimento que demandam trabalhadores capacitados na tecnologia de Impressão 3D, destaca-se a engenharia da produção que será contemplada nesta nota para explicitar o número de pessoas empregadas nas sete cidades.

O mercado de trabalho do futuro tem sido assunto em pauta no âmbito internacional e nacional, também em virtude das novas tecnologias relacionadas à quarta Revolução Industrial, conhecida como Indústria 4.0. Discutem-se temas como o conhecimento e a formação educacional que serão necessários para o uso dessas tecnologias na produção, administração e gestão dos negócios em seus diversos segmentos.

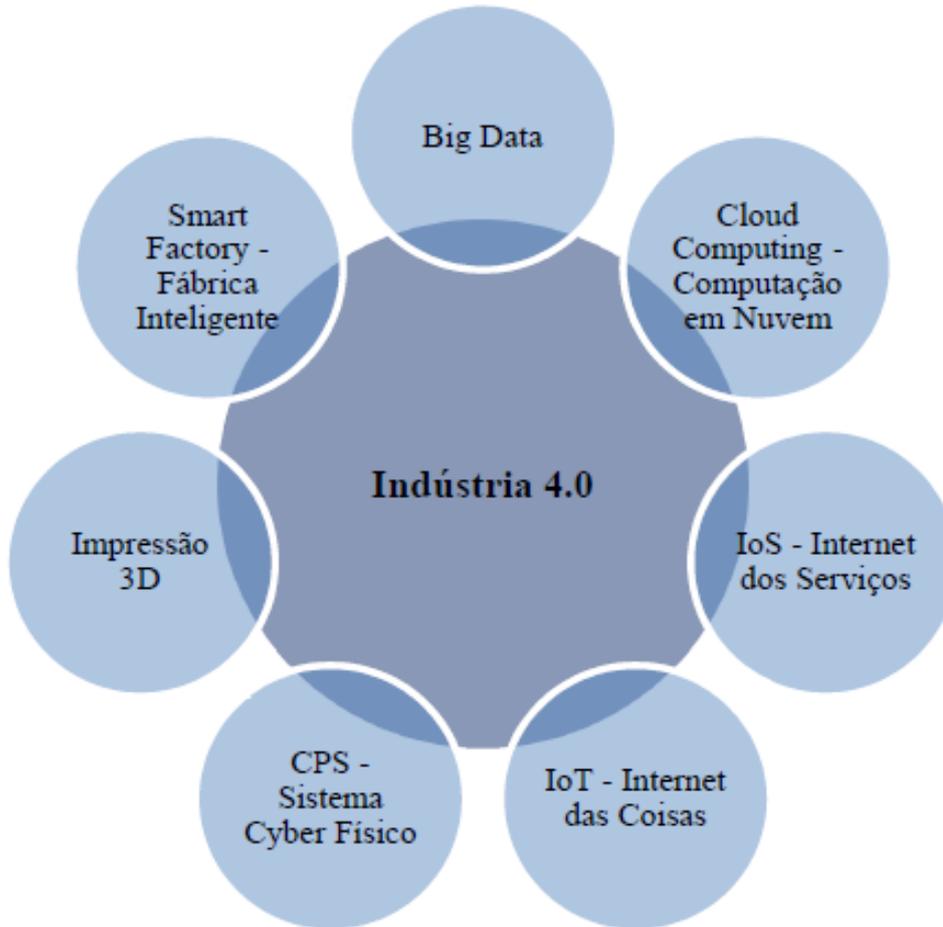
Portanto o conhecimento adquirido e as exigências estabelecidas pelo mercado de trabalho formal devem estar em sintonia com a oferta de mão de obra disponível da região neste futuro que se avizinha.

No contexto da indústria 4.0, os sistemas físicos e virtuais de fabricação se conectam e cooperam de forma global e flexível. O grande diferencial é a fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos envolvendo a organização e a cadeia global de valor (SCHWAB, 2016).

Nos Programas que deram origem a chamada “Indústria 4.0”, como é o caso do Governo e setor industrial alemão, é possível identificar as tecnologias que serão utilizadas na Indústria 4.0: Big Data Analytics, Computação em Nuvem, IoS-Internet dos Serviços, Internet das Coisas (IoT), Sistemas Cyber-Físico (CPS), Impressão 3D e Fábrica Inteligente (FURTADO,2016; SCHWAB, 2016; HEIDRICK, 2017).

A figura 1, ilustra essas tecnologias:

Figura 1. Tecnologias da Indústria 4.0



Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de Heidrick, 2017.

É importante ressaltar que, para a utilização de cada uma dessas tecnologias, é necessário um conhecimento adquirido. Nesta nota técnica, apresentam-se o conceito de Impressão 3D e as áreas do conhecimento necessárias para que um indivíduo seja capacitado e possa operacionalizar a tecnologia relacionada a esse conceito. A partir daí, realizamos pesquisa no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), para buscar as famílias ocupacionais relacionadas a essas áreas do conhecimento. Levantadas todas as famílias ocupacionais, pesquisamos a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, para verificar o número de trabalhadores que exercem atividades profissionais relacionadas a tecnologia de impressão 3D na Região do Grande ABC Paulista.

Impressão 3D

Manufatura Aditiva é o termo utilizado nos processos produtivos que adicionam camadas de material como forma de traduzir uma geometria virtual em objeto físico. A manufatura aditiva é, como se disse, uma das tecnologias da indústria 4.0 (FURTADO, 2016).

Por apresentar vantagens relacionadas ao menor desperdício de material e redução do tempo de produção, a impressão 3D tem sido aplicada à fabricação de protótipos e em algumas indústrias como a aeronáutica, que utiliza essa tecnologia na manufatura de componentes complexos. Outras vantagens encontradas no uso dessa tecnologia são a flexibilidade da produção e a personalização de produtos e serviços condicionados as exigências do cliente em um determinado momento (FURTADO, op. cit).

De acordo com Furtado (op. cit), a tecnologia de Impressão 3D exige conhecimento nas áreas de Ciências dos Materiais, Engenharia Química, Engenharia de Produção, Engenharia Mecatrônica e Engenharia de Controle e Automação.

No site do Ministério do Trabalho, mais especificamente na página da Classificação Brasileira de Ocupações, foi possível encontrar a família ocupacional correspondente a cada área do conhecimento relacionada a tecnologia de Impressão 3D. O quadro 1 apresenta os códigos das famílias ocupacionais e o nome de cada área do conhecimento.

Quadro 1. Ocupações Que Exercem Atividades Relacionadas a Impressão 3D

Código	Nome
2021-05	Engenheiro Mecatrônico
2021-10	Engenheiro de Controle e Automação
2149-05	Engenheiro de Produção
2146-05	Engenheiro de Materiais
2145-05	Engenheiro Químico

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nas informações da Classificação Brasileira de Ocupações-Ministério do Trabalho.

Como exposto, estas informações viabilizaram o levantamento do número de ocupados em cada família ocupacional nas sete cidades que formam a Região do Grande ABC Paulista, por meio do acesso a base de micro dados da RAIS, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho. Com isto, pode-se chegar a um “retrato” do mercado de trabalho atual para a tecnologia de Impressão 3D no Grande ABC Paulista. Os dados disponíveis mais atualizados referem-se ao ano de 2016.

Tabela 1: Número de Trabalhadores Ocupados em Atividades Relacionadas a Tecnologia de Impressão 3D no Grande ABC Paulista, 2016

Município	Mecatrônica	Controle e Automação	Química	Materiais	Produção	Total
Diadema	11	7	7	9	81	115
Mauá	0	9	27	2	45	83
Ribeirão Pires	0	1	1	0	8	10
RGSerra	0	0	0	0	3	3
Santo André	5	22	9	2	102	140
SBCampo	7	14	36	16	518	591
SCSul	1	3	9	3	300	316

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com os dados apresentados, é possível verificar que as ocupações relacionadas às atividades da tecnologia de impressão 3D são encontradas nas sete cidades da Região do Grande ABC Paulista.

Na área do conhecimento da mecatrônica, Diadema possui o maior número de ocupados (11), seguida de São Bernardo do Campo (7) e Santo André (5). Em São Caetano do Sul é possível verificar uma única ocupação nessa área do conhecimento.

Para a área do conhecimento de controle e automação, a cidade que mais detém mão de obra é a de Santo André (22), seguida de São Bernardo do Campo (14), Mauá (9), Diadema (7), São Caetano do Sul (3) e Ribeirão Pires (1).

A área do conhecimento da química absorve um maior número de trabalhadores na cidade de São Bernardo do Campo (36), seguida de Mauá (27), Santo André e São Caetano do Sul, ambas com 9 ocupações nessa área do conhecimento, Diadema (7) e por fim Ribeirão Pires (1).

A área de materiais possui o maior número de trabalhadores ocupados na cidade São Bernardo do Campo (16), seguida de Diadema (9), São Caetano do Sul (3) Santo André e Mauá (ambas com 2).

A área do conhecimento da produção é a que mais absorve mão de obra nas sete cidades do Grande ABC paulista: São Bernardo do Campo (518), São Caetano do Sul (300), Santo André (102), Diadema (81), Mauá (45), Ribeirão Pires (8) e Rio Grande da Serra (3).

Conclusão:

De acordo com o levantamento realizado, é possível afirmar que, no contexto da Indústria 4.0, a Região do Grande ABC Paulista já possui um início de oferta de mão de obra capacitada para as atividades relacionadas a tecnologia de Impressão 3D. No entanto, é importante ressaltar que a demanda para a tecnologia de impressão 3D deverá crescer significativamente no futuro. Sendo assim, é necessário um maior esforço da região para capacitar pessoas nesta área do conhecimento, que está inserida na 4ª Revolução Industrial.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged>. Acesso em 20 julho 2018.

_____. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged/rais>. Acesso em 20 julho 2018.

FURTADO, João; et al. Indústria 4.0-A Quarta Revolução Industrial e os Desafios para a Indústria e para o Desenvolvimento Brasileiro. EDI-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. São Paulo, 2017.

HEIDRICH, Felipe et al. O Impacto Competitivo na Indústria Brasileira com a Aplicação dos Conceitos da Indústria 4.0. Anais SIMPOI. Universidade Federal do ABC, 2017.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA

André Ximenes de Melo

Resumo Executivo

A presente nota técnica trata do consumo de carnes preparadas de acordo com as leis muçumanas (*Halal*) e Judaicas (*Kosher* ou *Kasher*), pelas quais os alimentos são considerados “bons” e “próprios”. Atualmente, aproximadamente 2 bilhões de pessoas consomem produtos *halal* no mundo. Esta população está crescendo e espera-se que em 20 anos deva estar ao redor de 3 bilhões de pessoas. O manuseio competente dos animais, o uso adequado dos dispositivos de contenção e o processo de sangramento eficiente após o abate *halal* mantêm a qualidade do consumo de carne e os procedimentos de bem-estar animal recomendados. Não só mantêm a qualidade e a integridade da carne, mas podem também reduzir o sofrimento e a dor dos animais. Hoje, o Brasil exporta algo próximo a US\$ 14 bilhões, mas poderia exportar muito mais, se tivesse políticas de direcionamento e credibilidade desse produto no mercado muçumano. O Grande ABC Paulista contribui com a certificação dessas exportações já que abriga a maior certificadora em carnes (bovina e aves) do mundo. A Certificadora, a CDIAL *Halal* (American *Halal* Certification Authority), está instalada no município de São Bernardo do Campo, no Grande ABC Paulista.

Introdução

A presente nota tem o intuito de destacar o mercado de consumo *Halal*, bem como a capacidade potencial de o País aumentar suas exportações para este mercado, utilizando-se das técnicas adequadas de abate e os procedimentos com a alimentação. Este mercado pode ser mais bem explorado pelas empresas brasileiras. A certificação depende de empresas sediadas na região. A maior certificadora do planeta está instalada em São Bernardo do Campo, no Grande ABC Paulista. Vale registrar que qualquer serviço de exportação deve ter a chancela da certificadora.

Técnica *Halal*

É crescente a preocupação com relação ao bem-estar dos animais. Assim, há hoje importantes discussões relacionadas ao manejo do pré-abate, transporte, atordoamento e abate de animais para consumo. Os métodos e as estratégias de produção e abate de animais no Brasil têm sido influenciados pela opinião dos consumidores externos. Neste contexto, os métodos de produção têm buscado se adequar para atender a esse mercado.

No Brasil os animais classificados como de açougue são abatidos de forma humanitária segundo a Instrução Normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2000). Isto garante o bem-estar do animal desde a recepção até a operação de sangria por meio de um conjunto de diretrizes técnicas e científicas. A lei também permite o abate seguindo métodos religiosos para atender à mercado de exportação específico (ROÇA, 2001).

A técnica de abate, conhecida como *Halal*, determina que os animais sejam mortos de acordo com o ritual muçumano (chamado de *Zabibah* ou *Zabiha*, que indica que a carne é *Halal*). Tal denominação é um indicativo de que os alimentos estão “adequados” para o consumo de acordo com a lei muçumana.

No judaísmo, os alimentos preparados de acordo com as leis judaicas são denominados *Kosher* ou *Kasher*. Este termo é utilizado para designar alimentos preparados de acordo com as leis judaicas de alimentação e significa “bom” e “próprio”. A exigência é de carnes que possuam pouco sangue residual retido nos músculos. Os bovinos e frangos, para serem abatidos, devem considerar as leis da Torá, na qual é realizada uma oração especial chamada Beracha. Aí segue por um ritual chamado Shechita. Apenas uma pessoa treinada, denominada Shochet, é apta a realizar tal ritual.

Tais termos não determinam modismos, mas sistemas legais de uma vida melhor e saudável. Nesse caso, a intenção é que o abate seja feito rapidamente, para que o animal não seja estressado e que o fluxo de sangue que iria para o cérebro seja interrompido imediatamente, causando a morte instantânea. Importante notar que a busca da eliminação de qualquer possibilidade de liberação de toxinas que contaminem a carne. Se o animal estiver com alguma moléstia, as chances de o ser humano ser contaminado se reduzirão quanto mais rápido for o abate.

A preparação da morte do animal demanda técnicas e procedimentos peculiares que envolvem o responsável pela morte do animal. O abate é permitido apenas por muçulmano que tenha atingido a puberdade, e que, durante o ato do abate, pronuncie o nome de Alá (Deus) com a face voltada para Meca ou recite uma oração que contenha o nome de Alá (tal como a *Bismillah Allah-u-Akbar*) e no caso do abate *Halal* e *Kosher*. Há exceções. É o caso de carne de animais abatidos por pessoas da fé Judaica ou Cristã (Pessoas do Livro).

A carne *Halal*, autorizada pela lei muçumana e a carne *kosher*, produzida de acordo com as leis judaicas, exigem que o abate ocorra sem insensibilização anterior à sangria, que constitui um dos princípios básicos do abate humanitário. Busca minimizar a dor e o sofrimento animal, visando morte rápida e higiênica, com processo de cuidados desde a chegada ao abatedouro até a duração e as condições de permanência em seus limites, insensibilização e sangria (ALCORÃO 6:121). Objetiva-se reduzir a excitação que provoca lesões e a percepção por parte dos animais de que em breve eles serão mortos (FROEHLICH, 2017).

O bem-estar do animal, pelas leis muçumanas, deve ser levado em consideração. Inicialmente, na preparação da cutelaria. A faca não deve ser afiada perante o animal para não causar tensão imprópria. A incisão deve ser executada sem interrupção na garganta do animal, sem movimentos bruscos, perfuração ou dilacerações. Não pode ser sobre a laringe. Busca-se minimizar o tempo e assim reduzir a dor do animal. É efetuado apenas um corte. A ideia é causar a morte mais rápida, com menor intensidade de dor. Na utilização correta desses procedimentos, 95% dos animais atingem a inconsciência num intervalo máximo de dois segundos, evitando dores.

Conforme Nakyinsige et al, (2013) e Farouk (2013), todos os métodos de morte são estressantes. É importante que os operadores envolvidos com o atordoamento e o abate sejam competentes, devidamente treinados e tenham uma atitude positiva em relação ao bem-estar dos animais.

Os abates *Halal* tradicionais e as outras formas religiosas de abate ainda são objeto de debate. Argumentos opostos relacionados ao manejo pré-abate, estresse e dor associados à contenção; se a incisão é dolorosa ou não, entre outros temas, são temas de discussão. Há necessidade de se encontrar um equilíbrio entre o sangramento *halal* à luz da ciência e do bem-estar animal. Há escassez de dados científicos com relação ao bem-estar animal, particularmente o uso de dispositivos de contenção, manuseio e sangramento *halal* eficiente (CANELLA;TURCHETTI; SALA, 2012).

O manuseio competente dos animais, o uso adequado dos dispositivos de contenção e o processo de sangramento eficiente após o abate *halal* mantêm a qualidade do consumo de carne. A hemorragia, quando realizada de acordo com os procedimentos de bem-estar animal recomendados, não só manterá a qualidade e a integridade da carne, mas poderá também reduzir potencialmente o sofrimento e a dor (MORELATTO; TERNOSKI, 2010).

Atualmente, existem cerca de 2 bilhões de consumidores halal no mundo. Este número que deve aumentar em torno de 35% nos próximos 20 anos, passando para 2,7 bilhões até 2030. Ao todo são 60 países muçulmanos, sendo que 62% deles estão na região Ásia-Pacífico. A Indonésia é o maior país muçulmano.

O Brasil é considerado o maior produtor e exportador mundial de carne bovina, maior exportador de frangos e líder nas vendas de carne *halal*. Entretanto, o país exporta para apenas 22 países muçulmanos.

Tabela 1: Consumo de carnes tipo *Halal* (expectativa)

Região	Muçulmano	Proteína recomendada por pessoa/ano	Consumo ideal ao ano (milhões de toneladas)
África Austral	7.876.394	36,525	288
África Central	12.531.892	36,525	458
África Norte	185.760.388	36,525	6.785
África Oriental	211.984.390	36,525	7.743
América Central	83.401	36,525	3
América do Norte	3.962.736	36,525	145
América do Sul	866.907	36,525	32
Ásia Central	46.881.052	36,525	1.712
Ásia Oriental	20.029.557	36,525	732
Ásia Sudeste	232.925.287	36,525	8.508
Ásia Sul	480.724.320	36,525	17.558
Balcãs	4.092.355	36,525	149
Cáucaso	8.255.391	36,525	302
Europa Central	419.701	36,525	15
Europa Ocidental	15.914.114	36,525	581
Europa Oriental	14.945.957	36,525	546
Europa Sul	66.889.128	36,525	2.443
Oceania	446.890	36,525	16
Oriente Médio	187.892.499	36,525	6.863
MUNDO ÁRABE			54.878

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS.

Exportação Brasileira

A produção brasileira é muito pequena, levando-se em conta o tamanho do mercado halal. Há expectativa de que até 2020 as exportações cresçam, iniciando-se vendas ao mercado Indonésio (a partir do ano de 2019), que representa um potencial em torno de US\$ 80 milhões ao ano.

O gasto muçulmano com a economia *halal* atingiu US\$ 2,1 trilhões em 2016, representando 11,9% das despesas globais. No setor de alimentos e bebidas, os muçulmanos gastaram US\$ 1,24 trilhão, seguido por roupas e acessórios com US\$ 254 bilhões.

Ainda segundo dados da CDIAL *halal* (*American Halal Certification Authority halal*), existem atualmente no Brasil 15 frigoríficos habilitados a produzirem a carne que o Brasil exporta para 22 países.

A Tabela 2 apresenta as exportações totais do Brasil aos países árabes nos anos entre 2013 a 2017.

Tabela 2: Exportações totais do Brasil aos países árabes, 2018

País	2017 Vr. FOB(US\$)	2016 Vr. FOB (US\$)	2015 Vr. FOB (US\$)	2014 Vr. FOB (US\$)	2013 Vr. FOB (US\$)
Arábia Saudita	2.656.719.990	2.487.253.111	2.750.066.382	2.540.897.183	2.836.101.971
Argélia	1.186.019.580	1.063.292.078	992.882.604	1.152.271.900	1.199.751.306
Barein	339.418.254	260.020.877	309.106.623	343.894.154	258.366.211
Catar	420.284.697	378.007.009	356.953.936	369.336.725	334.070.184
Egito	2.417.986.425	1.772.017.724	2.055.849.447	2.314.812.292	2.201.269.699
Emirados Árabes	2.508.052.810	2.235.068.415	2.503.154.435	2.845.992.406	2.587.163.014
Filipinas	443.475.461	436.271.310	728.529.762	697.993.785	880.381.491
Iêmen	403.724.936	384.358.666	214.301.925	452.010.032	464.093.877
Irã	2.559.657.029	2.232.512.050	1.666.185.295	1.438.716.675	1.607.078.286
Iraque	810.748.752	455.498.922	306.583.030	226.462.243	280.664.597
Jordânia	223.603.360	184.161.132	241.856.606	249.430.798	290.714.118
Total Geral	13.969.691.294	11.888.461.294	12.125.470.045	12.631.818.193	12.939.654.754

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS.

O ABC e o mercado de carnes HALAL

A CDIAL *Halal* é a maior certificadora em carnes (bovina e aves) do mundo e uma das mais importantes certificadoras *halal* do Brasil. Ela utiliza sistema de etiqueta personalizada e autoadesiva, desenvolvida de acordo com os mais modernos modelos internacionais de certificação.

A carne de frango brasileira exportada, sendo que 35% segue para o mercado árabe-muçulmano. Esta demanda se intensificou a partir da crise internacional, iniciada em 2008, quando houve escassez de alimentos e valorização do petróleo.

A partir das Tabelas 1 e 2 é possível redimensionar o potencial exportador do Brasil, que tem possibilidade de colocar parte dos 54.878 milhões de toneladas de alimentos cárneos que esse mercado vai consumir. Hoje o Brasil exporta algo próximo a US\$ 14 bilhões, o que demonstra que ainda há para o Brasil possibilidade de crescimento. Nesse mercado, que é mais exigente e carece de detalhamento técnico, no entanto, é fundamental credibilidade entre as empresas e entre os governos. Sem isto não se pode gerar negócios confiáveis. Deve-se notar ainda que os produtos comercializados são diferenciados, o que propicia um preço agregado melhor.

Referências Bibliográficas

ALCORÃO. Tradução: Challita, Mansour. Rio de Janeiro: Associação cultural internacional Gibran.

BRASIL, Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue. Instrução Normativa nº 03/00. 2000.

CANELLA, V. M., TURCHETTI, E; SALA, L.C.C. Avaliação na qualidade da carne bovina de abate Halal, comparando-se duas distâncias de transporte ao abatedouro. PUBVET, Londrina, v. 6, n. 30, ed. 217, p.1443, 2012.

FAROUK, Mustafa M. Advances in the industrial production of halal and kosher red meat. Meat Science, v. 95, n. 4, p. 805-820, 2013.

FROEHLICH; Graciela. As regulações jurídicas de bem-estar animal: senciência, produtividade e os direitos dos animais. Vivência:Revista de Antropologia, v. 1, n. 49, p. 34-47, 2017.

MORELATTO, Anamaria; TERNOSKI, Michelli. Abate humanitário de bovinos: emprego de técnicas adequadas como garantia de bem-estar animal. UniversidadeTuiuti do Paraná. GUARAPUAVA. 2010.

NAKYINSIGE, Khadijah et al. Stunning and animal welfare from Islamic and scientific perspectives. *Meatscience*, v. 95, n. 2, p. 352-361, 2013.

ROÇA, R. O. Abate humanitário: insensibilização e sangria. *Revista Nacional da Carne*, n.290, p.45-52, 2001.

19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Gleibe Pretti

Resumo Executivo

Qual é a fórmula ideal para o crescimento da cidade e o respeito para com o meio ambiente? O que ocorre quando existe o aumento da população de determinada área e, os reflexos nefastos, nas áreas de proteção ambiental? Nesta nota técnica, abordamos a definição de Área de Proteção Ambiental (APA), tendo em vista que se aplica em todo o Brasil. Realiza-se estudo da APA conhecida como haras São Bernardo do Campo, com 35 km² quadrados de extensão. Evidenciam-se as condições degradantes do referido espaço e a omissão por parte do Poder Público Municipal. Destaca-se a importância histórica e cultural da área citada.

1. O que é Área de Proteção Ambiental (APA)

De acordo com LEITE (2015), define-se como Área de Proteção Ambiental (APA):

“um tipo de área protegida prevista na legislação brasileira como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que correspondem a áreas em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Consiste em um modelo importado da lei portuguesa e francesa, e que é muito criticado no Brasil, algumas vezes injustamente”.

Saliente-se que essas áreas de proteção podem ser determinadas pela União, Estados ou ainda municípios, não havendo a necessidade de desapropriação dessas terras.

Nessas áreas de proteção ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o responsável pela fiscalização, conforme lei nº 9985/2000. Porém, caso as áreas sejam federais, são administradas pelo Instituto Chico Mendes.

2. Área de Proteção Ambiental em São Bernardo do Campo

A lei nº 5.745, de 10/07/87, criou o haras São Bernardo do Campo, com 35 km² quadrados de extensão, como uma área de proteção ambiental (APA).

O surgimento desse grande espaço de proteção ocorreu na década de 1940, quando, na divisa de São Bernardo do Campo com Santo André, foi instalada a Chácara dos Crespi, conhecida como Haras do Milano.

Esse espaço foi comprado, após o falecimento dos primeiros donos, pelo barão belga Von Leitner e sua esposa. Desta forma, o espaço ficou conhecido como a Chácara da Baronesa. Ali foi criado um haras, inclusive com corridas de cavalos.

É fato que o processo de industrialização da Região do Grande ABC Paulista, na década de 1970, ocorreu

sem planejamento e de forma desenfreada, o que provocou forte crescimento populacional como decorrência da oferta de empregos, cujos efeitos negativos sobre as condições de vida na região foram sentidos inclusive pelos animais.

Nessa perspectiva, em 1976, o haras foi vendido para o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INOCOOP), para a construção três mil unidades habitacionais. Ocorre que, em 1978, quando o projeto estava sendo finalizado, a área foi declarada de utilidade pública de Santo André. As casas construídas foram derrubadas.

Nessa linha de pensamento, em meados de 1983, após o decurso de prazo de cinco anos de intervenção da administração municipal, que não realizou ações no local, o terreno foi devolvido ao INOCOOP com novo projeto de moradias apresentado ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Entretanto, por falta de recursos financeiros, não houve a construção das casas prometidas.

De forma gradativa, o espaço do haras foi praticamente abandonado pelo poder público e foi ocupado por pessoas carentes.

Verifica-se, na figura 1, um dos casarões e seu estado atual (março de 2017).

Finalmente, a área foi devidamente tombada pelo Patrimônio Histórico e de Proteção Ambiental pelo CONDEPHAAT, em 1986, e criada a Área de Proteção Ambiental (APA) haras São Bernardo, através da Lei Estadual 5.745 de 1987.

Figura 1
Estado de conservação do haras São Bernardo do Campo (em 2017)



Fonte: Aleph Bönecker da Palma. Disponível em <http://fflorestal.sp.gov.br/haras-sao-bernardo/galeria-de-fotos/>. Acesso em: 28 set. 2018.

A Figura 2 apresenta uma imagem aérea do local.

Para efeito de conhecimento, seguem apenas dois artigos da referida lei, que determina a criação da APA e a responsabilidade do Estado pela sua conservação:

Figura 2
Imagem aérea do haras São Bernardo do Campo



Fonte: <<http://fflorestal.sp.gov.br/haras-sao-bernardo/home>. Acesso em: 28 set. 2018.

Artigo 3º - A implantação da área de proteção ambiental será coordenada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, em colaboração com os órgãos e entidades da administração estadual centralizada e descentralizada ligados à preservação ambiental, com o Executivo e o Legislativo do Município e com a comunidade local.

Artigo 4º - Na implantação da área de proteção ambiental serão aplicadas as medidas previstas na legislação e poderão ser celebrados convênios visando evitar ou impedir o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental (Grifos nossos).

Verifica-se, no caso concreto, que existe um descaso com o haras atualmente. Diante desses argumentos, a próxima seção trata de forma objetiva quais são as consequências do não respeito às leis.

3. Desrespeito à legislação vigente

Conforme MIRRA (2017), o Poder Público tem o compromisso de adotar medidas necessárias para a implementação à proteção de bens e recursos ambientais. Ocorre que, nesse mesmo pensamento, a obrigação não é apenas do Estado em preservar o espaço, mas sim, de toda a coletividade, isto é, de todo cidadão em respeitar o meio ambiente. A base do dever de cuidar do meio ambiente está no artigo 225 da Constituição

Federal.

Essas regras se aplicam na área citada, haras de São Bernardo, pois se trata de uma área de proteção ambiental.

Saliente-se que a aplicação da lei nº 9985/2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que estabelece ao Poder Público a obrigação de conservar o referido espaço.

Como exemplo dessa situação, MIRRA (2017) cita um julgado recente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou ao governo do Estado de São Paulo o cumprimento de obrigações de fazer destinados (i) à demarcação dos limites do Parque Estadual Xixová-Japui (criado pelo Executivo sem implantar efetivamente), (ii) à realização de plano de manejo da unidade de conservação e (iii) à administração rigorosa do parque (para evitar invasões) no prazo de um ano e seis meses (sob pena de multa pelo eventual descumprimento dessas determinações).

Considerações Finais

Diante dos conceitos apresentados de área de proteção ambiental, da legislação que assegura o espaço do haras de São Bernardo como APA e do papel do Poder Público, seria de bom alvitre que os órgãos governamentais adotassem as medidas cabíveis para a reparação do espaço do haras São Bernardo do Campo.

Referências Bibliográficas

FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e proteção do meio ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 185-189

KRELL, Andreas Joachim. Discricionariedade administrativa e proteção ambiental: o controle dos conceitos jurídicos indeterminados e a competência dos órgãos ambientais: um estudo comparativo. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004, p. 57 e ss.;

LEITE, Olavo (1 de dezembro de 2015). «A Recepção Do Modelo De Áreas De Proteção Ambiental (APA) No Direito Brasileiro (The Reception of the Concept of Environmental Protection Areas (APA) in Brazilian Law)». Rochester, NY: Social Science Research Network .

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 401-410.

_____. Participação, processo civil e defesa do meio ambiente. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011, p. 461 e ss.; TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo – 8ª Câmara de Direito Público – Ap. Cív. 35.935.5/00 – j. 11/8/1999 – rel. des. José Santana.

<<http://fflorestal.sp.gov.br/haras-sao-bernardo/galeria-de-fotos/>>. Acesso em 28. set. 2018.

20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS

Rubens Topal de Carvalho Bastos

Resumo Executivo

A nota apresenta um comparativo a respeito do conhecimento das micro e pequenas empresas (MPEs) localizadas na Região do Grande ABC Paulista e das MPES da Região de Guarulhos sobre os itens da lei federal nº 12.305/10.

O consumo de produtos e bens duráveis cresce de forma pouco controlada e muitas vezes com processos de produção que não estão alinhados com a preservação ambiental. Devido a este descontrole, a geração de resíduos sólidos em grandes quantidades é quase que imponderável.

Neste contexto, existem regiões no estado de São Paulo que possuem grande quantidade de MPES. Estas empresas geram resíduos e, por não conhecerem a legislação que trata deste assunto, podem ficar expostas às penalizações.

Esta nota técnica apresenta um comparativo entre as regiões do ABC Paulista, constituída pelas cidades de São Caetano, São Bernardo, Santo André e Mauá (Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não foram pesquisados), e a região de Guarulhos, constituída pelas cidades Guarulhos, Arujá, Atibaia, Mairiporã e Santa Izabel.

Estas regiões foram escolhidas por possuírem grande variedade de MPES, proporcionando assim que o estudo apresentasse a realidade de diferentes ramos de atividades empresariais.

Tabela 1: Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto e PIB per capita a Preços Correntes dos municípios do Grande ABC Paulista

Municípios	Valor Adicionado						Impostos	PIB (1)	PIB per Capita (2)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total geral				
			Administração Pública	Total (exclusive Administração Pública)					
Mauá	775	4.066.258	1.316.961	5.211.246	10.595.240	1.834.433	12.429.673	28.253	
São Bernard	7.507	9.483.045	2.870.612	21.813.393	34.174.557	8.570.976	42.745.533	54.009	
São Caetano	23	2.804.134	1.083.023	6.477.128	10.364.309	2.937.811	13.302.120	88.325	
Santo André	965	4.995.845	2.473.632	15.140.726	22.611.168	3.629.717	26.240.885	38.274	
Total	9.271	21.349.281	7.744.228	48.642.493	77.745.274	16.972.938	94.718.212	208.860	

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações diretamente extraídas SEADE, (2015).

Tabela 2: Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto e PIB per capita a Preços Correntes dos municípios de Arujá, Atibaia, Guarulhos, Mairiporã e Santa Isabel

Municípios	Valor Adicionado					Impostos	PIB (1)	PIB per Capita (2)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total geral			
			Administração Pública	Total (exclusive Administração Pública)				
Arujá	26.218	817.854	314.809	2.974.815	4.133.695	740.841	4.874.536	59.130
Atibaia	155.118	1.256.989	510.284	2.543.943	4.466.334	823.966	5.290.300	39.645
Guarulhos	37.822	10.580.338	4.896.346	27.831.800	43.346.306	8.852.824	52.199.130	40.516
Mairiporã	1.268	265.994	307.883	772.841	1.347.986	166.480	1.514.466	16.808
Santa Isabel	52.778	288.058	193.529	803.106	1.337.471	177.295	1.514.766	28.648

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações diretamente extraídas SEADE, (2015).

Diante da relevância que as MPEs possuem para o desenvolvimento das regiões e a necessidade da preservação ambiental, a busca por dados específicos deste universo empresarial motivou pesquisadores a desenvolverem pesquisa tendo como foco principal a prática utilizada por estas empresas para se adequarem a legislação que regulamenta a destinação dos resíduos por elas gerados.

As MPEs têm buscado novas formas de gestão dos resíduos, tentando se adequar a lei federal nº 12.305/10 que implantou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, classificando e normatizando os resíduos, desde a geração até a destinação dos mesmos.

Quadro 1: Comparativo dos resultados obtidos nas pesquisas, Região do Grande ABC Paulista e Região de Guarulhos

Região do Grande ABC Paulista	Região de Guarulhos
A pesquisa apresentou que 66,32% dos respondentes afirmam já ter participado de pelo menos um curso ou treinamento sobre o plano nacional de gerenciamento de resíduos sólidos.	A pesquisa apresentou que 12,58 % dos respondentes, afirmam participaram de curso ou palestra à respeito da lei de resíduos sólidos.

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas de Farina et al (2017); Bastos (2018).

Observando-se o quadro, é possível identificar que, na Região de Guarulhos, em torno de 87% das empresas não participaram de curso ou palestra a respeito da lei de resíduos sólidos, enquanto na Região do Grande ABC Paulista este percentual é de 33%.

Observando o quadro é possível identificar que, na Região de Guarulhos, existem aproximadamente 67% mais empresas que desconhecem a qualificação técnica exigida pela legislação para a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos.

A respeito da responsabilidade do gerador de resíduos pelos danos causados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos não há diferença significativa entre as regiões. Ambas apresentaram aproximadamente 65% de concordância dos respondentes.

Sobre a possibilidade de inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte, no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de outras empresas, existe uma diferença significativa entre as regiões. Menos da metade das empresas localizadas na Região de Guarulhos concorda com esta possibilidade quando comparada a Região do Grande ABC Paulista.

Quanto ao item da lei que fala da possibilidade dos órgãos governamentais concederem incentivos fiscais para a elaboração do plano de gerenciamento, a região do Grande ABC Paulista possui aproximadamente 71% de empresas a mais que concordam com esta possibilidade quando comparada a região de Guarulhos.

Quadro 2: Comparativo dos itens da lei federal nº 12.305/10 com os resultados obtidos nas pesquisas, Região do Grande ABC Paulista e Região de Guarulhos

Artigo da lei	Resultados obtidos na pesquisa (Região do Grande ABC Paulista)	Resultados obtidos na pesquisa (Região de Guarulhos)
A lei federal nº 12.305/10 no seu artigo nº22 coloca que, para a elaboração de gerenciamento de resíduos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.	A maior parte dos respondentes afirmou desconhecer a qualificação técnica determinada pela lei á respeito da elaboração do plano de gerenciamento (59 %).	Apresentou que 87,50% dos respondentes não conhecem a qualificação técnica determinada pela lei de resíduos sólidos, para a elaboração do plano de gerenciamento.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº27, ressalta a responsabilidade do gerador dos resíduos sólidos por danos que vierem ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.	Aproximadamente 65% dos respondentes concordam totalmente que a empresa é obrigada controlar os resíduos produzidos e retirados por outras empresas.	Apresentou que 66,67% dos respondentes concordam que a empresa é obrigada controlar os resíduos produzidos e retirados por outras empresas.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº21, cita a possibilidade de inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de outras empresas.	Em torno de 67% dos respondentes concordam totalmente que as MPEs possam ser inseridas no plano de gerenciamento de outras empresas.	31,25% dos respondentes concordam que a empresa pode ser inserida no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de outra empresa.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº44, coloca que, a união, os estados, o distrito federal e os municípios poderão instituir normas, com o objetivo de conceder incentivos fiscais para a elaboração do plano de gerenciamento.	Por volta de 60% dos respondentes concordam totalmente que a empresa pode pleitear incentivos fiscais ou financeiros para a implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.	43,75% dos respondentes concordam que a empresa pode pleitear incentivos fiscais ou financeiros, concedidos pelos órgãos governamentais, para a implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Fonte: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas de Farina et al (2017); Bastos (2018).

Diante destes dados, foi possível efetuar algumas reflexões: no que concerne ao conhecimento da qualificação técnica para elaboração do plano de gerenciamento, a Região de Guarulhos possui um número muito superior de empresas que desconhecem este item da lei.

Quanto à possibilidade de inclusão das MPEs no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de outras empresas, a Região de Guarulhos possui também um número maior de empresas que desconhecem a legislação quando comparadas a Região do Grande ABC Paulista.

Esta situação pode ser explicada pelo número de respondentes que afirmaram ter participado de curso ou palestra referente à legislação de resíduos sólidos, pois apenas 12% das empresas localizadas na Região de Guarulhos afirmaram ter participado deste tipo de evento contra 66% das empresas localizadas na região do Grande ABC Paulista.

Referências Bibliográficas:

FARINA, Milton, C.; BASTOS, Rubens T. C.; MELO, Rodrigo, S.; BERNE, Davi, F. O conhecimento sobre a lei de resíduos sólidos: uma visão de discordâncias e concordâncias das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da Região do ABCD paulista. Anais do XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2017.

BASTOS, Rubens, T.C. A legislação de resíduos sólidos e as MPEs: uma visão sustentável: a visão da gestão de resíduos sólidos das micro e pequenas localizadas na região de Guarulhos. Novas edições Acadêmicas, 2018.

21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA

Volney Aparecido de Gouveia

Resumo Executivo

Os aeroportos são importantes estruturas operacionais que se beneficiam da dinâmica econômica das cidades nas quais estão instalados. Eles contribuem sobremaneira para o desenvolvimento socioeconômico das regiões e de seu entorno, razão pela qual o papel desempenhado ultrapassa a questão da sua localização. Os principais aeroportos existentes são do tipo aeroporto-cidade, aeroporto-indústria, aerótrópolis e aeroporto-corredor. Pelas características da região do Grande ABC Paulista e do seu entorno, pelo menos três destes modelos podem ser adotados (cidade, indústria e corredor). Todos eles têm em comum a necessidade de interlocução de seus atores (governos locais, concessionários, investidores, usuários, empresas prestadoras, órgãos ambientais, universidades e centro de pesquisas) na implementação e monitoramento do novo aeroporto. O Grande ABC Paulista apresenta vantagens econômicas e sociais relevantes que viabilizam sua implantação vis à vis as experiências de alguns importantes aeroportos internacionais.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com seu dinamismo econômico e social, apresenta estrangulamentos de infraestrutura (Asquino, 2009). Nos anos recentes, a inauguração do Rodoanel, corredor circular que soma 177 quilômetros, diminuiu a pressão sobre a infraestrutura urbana e melhorou a circulação de veículos nas áreas centrais. Mas o processo de estrangulamento está em ascensão em razão da expansão natural da circulação de pessoas e mercadorias. Este mesmo fenômeno pode ser observado na infraestrutura aeroportuária da região, que conta com dois aeroportos com operações aéreas regulares (Congonhas e Guarulhos) e não regulares (Campo de Marte).

Enquanto o PIB e a população da região aumentaram 47,0% e 8,6%, respectivamente, no período 2010-2017, a infraestrutura aeroportuária avançou muito pouco (IPEA, 2013 e Marcos & Ferreira, 2015), mesmo depois do processo de concessões aeroportuárias no qual novas concessionárias passaram a administrar o aeroporto de Guarulhos e a Infraero ampliou as instalações do aeroporto de Congonhas.

Adicionalmente, em comparação com as regiões metropolitanas de outras cidades do mundo, como Londres, por exemplo, a densidade PIB-População por aeroporto é muito alta (2.258 para RMSP contra 882 para Grande Londres), indicando a necessidade da construção de novos aeroportos na região metropolitana de São Paulo. A Região do Grande ABC Paulista apresenta oportunidades para minimizar as restrições de infraestrutura com a construção de um novo aeroporto. Mas quais são os tipos de aeroportos possíveis de serem implantados? Fazemos uma breve digressão.

Um aeroporto é um espaço logístico responsável pela movimentação de passageiros e cargas, mas seu conceito se ampliou significativamente em função dos processos de maior integração econômica entre as regiões. As necessidades de mobilidade de mercadorias e pessoas têm tornado os aeroportos infraestruturas essenciais não apenas para atender a estas demandas, mas, sobretudo, para promover o desenvolvimento da própria região

onde eles estão instalados.

Assim, a operação de um aeroporto funciona como um mecanismo recíproco de desenvolvimento na medida em que facilita as movimentações econômicas de mercadorias, serviços e pessoas e, ao mesmo tempo, gera oportunidades potenciais de novos negócios em seu entorno, promovendo emprego, renda, tributos e ganhos de produtividade à economia local.

A Região do Grande ABC Paulista, por seu protagonismo econômico, caracteriza-se numa região propícia para receber a atenção do poder público e dos investidores privados para a instalação de um aeroporto. Mas um projeto desta magnitude, ainda que sejam explícitos seus efeitos positivos, gera apreensões de ordem ambiental, social e legal. Quais os impactos ambientais causados pela construção do sítio aeroportuário? Quais os mecanismos regulatórios que regeriam seu funcionamento de tal forma a garantir estabilidade jurídica e viabilidade financeira? A resposta a estas perguntas depende do tipo de conceito de aeroporto que se deseja implantar. Vale então compreender os quatro principais modelos de aeroportos mais comuns em operação para, em seguida, delinear algumas propostas sobre o tipo mais adequado para o perfil do Grande ABC Paulista e seu entorno.

Segundo Peneda (2009), o conceito de desenvolvimento urbano centrado em aeroportos (*Airport-Centered Urban Development*) tem se difundido pelo mundo. Este modelo sugere uma maior interação entre o aeroporto, a cidade e seus usuários, podendo o aeroporto assumir diferentes formas. Para o autor, existem alguns fatores críticos para a operação do aeroporto como fator de desenvolvimento urbano: a conectividade, o potencial econômico da região, o estilo de gestão comercial do aeroporto e o contexto de desenvolvimento sustentável.

Na proposta de um novo aeroporto no ABC, vale discutir, à luz do que propõe Peneda, as configurações possíveis deste aeroporto. A conectividade refere-se à infraestrutura física (modais interconectados como rodovias, ferrovias e redes de transporte urbano), às operações aéreas (número de frequências de voos e quantidade de destinos servidos) e à geografia local (localização do aeroporto). O potencial econômico depende da oferta e da quantidade de trabalhadores, do aparato de qualificação profissional existente e da infraestrutura produtiva (empresas, comércio, serviços etc). A existência do próprio aeroporto cria as condições para o desenvolvimento destes recursos, notadamente os de aspectos socioeconômicos.

As economias locais e regionais que são mais voltadas para o setor de serviços e de alta tecnologia têm melhores condições de alavancar tráfego de passageiro e carga, como é o caso do Grande ABC Paulista. O estilo de gestão comercial define o modelo de organização das atividades de negócios e depende da organização dos atores para o seu desenho. A forma de ocupação do solo, os empreendimentos imobiliários do entorno e o tipo de gestão aeroportuária devem ser objeto de políticas públicas coordenadas com os atores locais para garantir participação ativa e equitativa de todos aqueles que serão atingidos direta ou indiretamente pelo aeroporto centrado no desenvolvimento. Peneda aponta a dimensão do desenvolvimento sustentável como parte da política pública que deve orientar a dinâmica de construção e expansão do sítio aeroportuário, tanto de seu lado ar (*airside*) quanto do seu lado terra (*airland*). Trata-se de integrar o sítio aeroportuário com a infraestrutura de transportes existentes àquela a ser construída. Diante do desafio de futura expansão do aeroporto, os planos estratégicos devem contemplar as demandas sociais, urbanas e políticas.

Segundo Guler e Kassada (apud Branco, 2013), um sítio aeroportuário pode ser de quatro tipos: aeroporto-indústria, aeroporto-cidade, aerotrópolis ou corredor-aeroporto. Compreender estes quatro tipos de aeroportos pode nos dar um indicativo, a partir das características da região do Grande ABC Paulista, de qual modelo se adapta mais adequadamente às características da região.

O aeroporto-indústria é organizado de tal forma que possa ter à sua volta empresas e indústrias, atraídas pela proximidade a multimodais de transporte e acessibilidade, que geram custos logísticos menores e as tornam mais competitivas, podendo se beneficiar de incentivos fiscais e/ou regimes tributários especiais. Esse modelo

de aeroporto pode se enquadrar no regime especial aduaneiro, que permite isenções fiscais para operações de importação e exportação (operação de entreposto aduaneiro)¹.

Para Vasconcelos (apud Branco, 2013), o perfil das empresas e/ou indústrias que operam no aeroporto-indústria são aquelas que possuem produção flexível e sob demanda, alto valor agregado do produto em relação ao seu peso, fabricação de produtos perecíveis, ciclos de produção do tipo *just-in-time*, capacidade de envio rápido de peças a clientes. Para estes autores, regiões que contam com plantas industriais (acondicionamento, montagem, transformação, agregação de valor a mercadorias e serviços), complexos de produção, centro de tecnologia e pesquisa e desenvolvimento são potenciais receptoras do aeroporto-indústria. Estes aeroportos contam com uma zona alfandegária no seu interior e estão conectados a uma diversidade de modais que permitem obter ganhos de escala, custos competitivos, mobilidade eficiente dos recursos produtivos, promovendo seu próprio desenvolvimento. Como decorrência desta dinâmica, estimula-se o desenvolvimento do entorno e da comunidade local, gerando novas oportunidades de negócios que se retroalimentam.

O aeroporto-cidade opera na lógica de explorar os serviços aeroportuários de transporte de passageiros e cargas, gerando receitas aeroportuárias e também explorando atividades comerciais dentro do próprio sítio aeroportuário. Este aeroporto é “um conjunto denso de atividades relacionadas ao aeroporto e seu funcionamento, assim como atividades comerciais e empresariais situadas na plataforma aeroportuária e de seu entorno” (Guller apud Branco, 2013). Para estes autores, o surgimento deste conceito de aeroporto se deve à ampliação dos lucros a partir da exploração de atividades “não aeronáuticas” (lojas, espaços de lazer, estacionamento, comércio, restaurantes, locação de automóveis, redes hoteleiras etc); da atratividade exercida pela “marca” do aeroporto, promovida pelo visual e design do sítio e o rápido desenvolvimento comercial dentro e no entorno, haja vista seu potencial natural de empregar mão de obra e fomentar diversos novos negócios.

Ainda para os autores, “*os aeroportos-cidades mais satisfatórios serão aqueles que conseguirem ser desenvolvidos de modo conjunto entre os gestores de aeroportos e as autoridades locais / regionais*”. O aeroporto-cidade ampliou as funções da administração tradicional do aeroporto e levou-o a um novo modelo de administração comercial, que procura então explorar o uso da infraestrutura aeroportuária não apenas pelos passageiros, mas também por visitantes e acompanhantes; exploram espaços dentro e fora do aeroporto, com a geração de receitas não associadas exclusivamente aos passageiros; os custos de novas construções podem ser compensados com a locação destes espaços no futuro; os estacionamentos são utilizados para atrair consumidores ao interior dos aeroportos e ampliar as possibilidades de acessibilidade, como trem-metro-corredores.

No entanto, há diferentes perspectivas do conceito a partir de alguns atores. Para os urbanistas, ele oferece possibilidades de requalificação da ocupação do solo, planos de zoneamento, acessibilidade e desenho urbano. Para os gestores, o aeroporto-cidade proporciona novas oportunidades de negócios e está associado ao desenvolvimento empresarial. Para as autoridades locais, um aeroporto-cidade suscita preocupações de ordem urbana, como a ocupação do solo e os impactos na mobilidade com o aumento da circulação de veículos. Para as autoridades regionais / nacionais cabe o papel de garantir intermodalidade e acessibilidade. Os investidores e incorporadores buscam clareza e segurança aos investimentos realizados; os futuros inquilinos exigirão facilidades de mobilidade. E os provedores de transporte (empresas aéreas, operadores, prestadores) desejam aproveitar as sinergias e promover seus negócios a partir da exploração de oportunidades geradas por seus investimentos dentro do aeroporto.

O aerotrópolis é uma extensão do conceito de aeroporto-cidade, só que de forma mais abrangente e planejada. Ela inclui um conjunto de anéis concêntricos de atividades específicas ao redor do aeroporto, contendo zona de centro de distribuição, complexos logísticos, anel de parques de escritórios, hotéis, restaurantes, centros de convenções e uma periferia predominantemente residencial destinada àqueles que desenvolvem atividades no aerotrópolis. Cruzando os anéis estão os “aerolanes” (estradas expressas e ferrovias), garantindo acesso à

metrópole e à própria aerótrópolis.

No entanto, como aponta Branco (2013):

“a otimização da Aerótrópolis exigirá que planejamento aeroportuário, planejamento urbano e planejamento da área de negócios ocorram de forma integrada e sinérgica para que o desenvolvimento seja economicamente eficiente, esteticamente agradável e ambiental e socialmente sustentável”.

A implantação deste aeroporto é possível se algumas condições forem atendidas: vontade dos gestores públicos e privados, disponibilidade de áreas nas proximidades do aeroporto e planejamento com perspectiva de 20 a 50 anos.

O Corredor-Aeroporto consiste no desenvolvimento de áreas entre cidades e aeroportos. Ele é uma espinha dorsal planejada pelo poder público, ligando o aeroporto à cidade, atendida por infraestrutura de trens, rodovias empreendimentos imobiliários. Importantes cidades do mundo já utilizam este modelo, como Amsterdã, Kuala Lumpur, Berlin, Osaka, Hong Kong. Para Guller (apud Branco, 2013), as condições para sua implantação são: acessibilidade com adequada estrutura de transportes; deve haver áreas disponíveis para desenvolvimento imobiliário misto (escritórios, centros de pesquisa, hotelaria, áreas para instalações públicas) e gestão integrada de todos os espaços urbanos e econômicos. As pré-condições para o seu bom funcionamento são buscar sinergias entre operadores (companhias aéreas e empresas de serviços), região da cidade e do próprio aeroporto com o propósito de melhorar a posição econômica da cidade no longo prazo; viabilizar a integração das áreas do aeroporto e corredor e torná-lo sustentável; garantir a governança a partir do comprometimento das partes envolvidas (governos locais, investidores, populações e gestores).

O quadro 1 apresenta um resumo das principais características de cada aeroporto e o Anexo I um desenho conceitual:

O que estes aeroportos possuem em comum é que eles desempenham uma multiplicidade de funções,

Quadro 1 – Tipo de Aeroportos e seus Conceitos

Aeroporto-Cidade	Empreendimento de sítio aeroportuário com empreendimentos imobiliários com planejamento e administração exercidos pela autoridade aeroportuária
Aeroporto-Indústria	Presença de indústrias no seu entorno que podem operar zonas aduaneiras em regimes tributários especiais, voltados para as operações de exportação e importação.
Aerótrópolis	Empreendimento imobiliário privado no entorno do aeroporto, não integrado e próximo a ele incorporadores privados.
Corredor-Aeroporto	Desenvolvimento imobiliário e de infraestrutura entre a cidade e o aeroporto com planejamento público e privado e com a participação de diversos atores políticos e autoridades territoriais.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS-CONJUSCS, a partir de Branco (2013).

dinâmicas internas, elevada densidade e formas de ocupação (Branco, 2013). Se no passado os aeroportos eram construídos em pontos distantes das cidades, atualmente eles desenvolvem atividades complexas no seu entorno que lhes dão vida própria. Todos eles estão inseridos na lógica de promover o desenvolvimento das forças produtivas de uma região. São canalizadores de recursos humanos e materiais e operam dentro de uma lógica de integração produtiva que parte do local para o global e vice-versa. A segunda característica comum a todos eles é a necessidade de permanente diálogo entre seus atores, pois a dinâmica de desenvolvimento das atividades econômicas e aeroportuárias gera externalidades negativas que podem impedir a construção de um relacionamento permanente focado no desenvolvimento mais sustentável.

Pelo padrão de desenvolvimento do Grande ABC Paulista, os caminhos que podem ser seguidos pelos seus respectivos atores são:

1. Criar um Fórum Governamental por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico e do Consórcio

Intermunicipal, com participação das agências de fomento do estado e do BNDES.

2. Constituir uma empresa de desenvolvimento da área do novo Aeroporto (modelo de parceria público-privada). A composição acionária pode ser configurada com a participação da União, governo municipal e investidores privados.

3. Mapear as indústrias, as redes de pesquisa e desenvolvimento e seu nível de internacionalização.

4. Realizar Estudo de Impacto Ambiental de acordo com o que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e elaborar o Plano Diretor Aeroviário de acordo com o Manual de Implantação de Aeroporto.

Um programa coordenado entre os municípios, que poderíamos chamar de Projeto ABCD-Aviação, para a implantação de um novo aeroporto na região não apenas ampliaria a presença da região no PIB nacional como também contribuiria para diversificar e ampliar as oportunidades de emprego, renda, investimentos e arrecadação aos seus municípios. Movimentos mais recentes, como a instalação da nova fábrica da Saab para equipamentos aeronáuticos em São Bernardo do Campo e o novo curso de Ciências Aeronáuticas na USCS em São Caetano do Sul, abrem novas possibilidades de desenvolvimento e diálogo entre seus atores.

Notas:

1. A instrução Normativa 463, publicada pela Receita Federal em 2004, garante que o aeroporto pode operar como um entreposto alfandegário e, portanto, pode se beneficiar de regime especial.

Referências Bibliográficas:

ASQUINO, M. S. Infraestrutura e planejamento na Metrópole de São Paulo: Entre as Escalas Regionais e o Impacto Local. São Paulo, 2009.

BRANCO, L.F. Aeroportos e Desenvolvimento Urbano e Regional: Modelos Internacionais e Exemplos Locais na Macrometrópole Paulista. São Paulo, 2013.

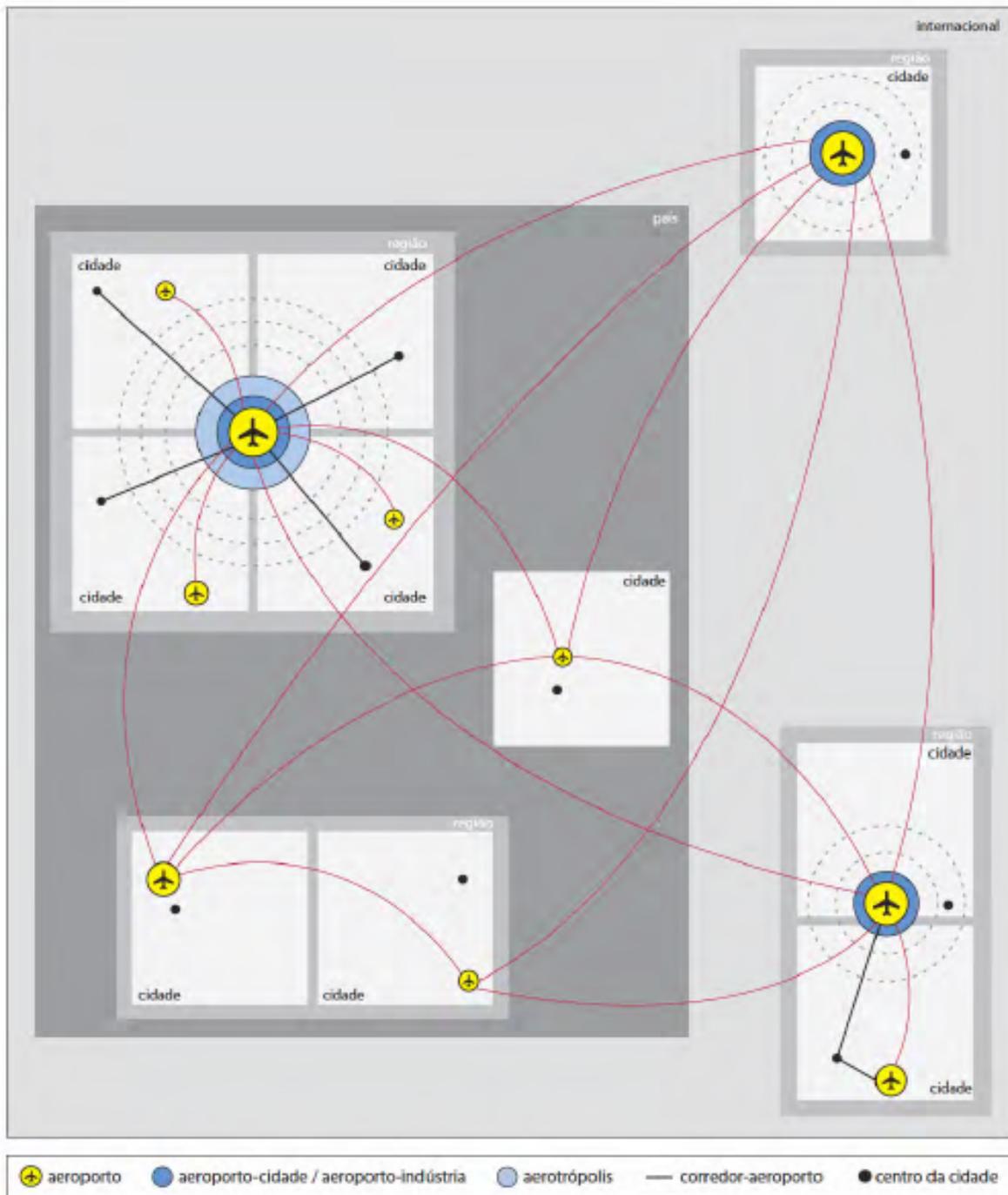
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Urbano. RMSP. São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.emplasa.sp.gov.br/>.

IPEA. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana. São Paulo, 2013. Disponível em http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel_1_1_caracterizacao_rmsp.pdf.

MARCOS, A. R. A., FERREIRA, L.. Um modelo de Simulação para Gestão da Capacidade dos Aeroportos Brasileiros. READ | Porto Alegre – Edição 80 - N° 1 – janeiro/abril 2015 – p. 1-26. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/read/v21n1/1413-2311-read-21-01-00001.pdf>>

PENEDA, M. J. A. et al. Airport- Centered Urban Development: Concepts, Agents and Critical Factors. UTL, Lisboa, Portugal, 2009.

Anexo I – Mapa Conceitual dos Principais Tipos de Aeroportos



22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO

Jefferson José da Conceição
Sandra Collado

Resumo Executivo

A nota técnica trata do nível de endividamento crescente que ocorrem nas empresas em dificuldades financeiras e em estágio pré-falimentar. O endividamento exponencial dessas empresas demonstra, muitas vezes, não apenas o resultado de uma gestão ineficiente, mas também a inadequação das linhas de crédito disponíveis e os elevados spreads praticados pelo sistema bancário no Brasil.

Para o pensador e consultor austríaco Peter Drucker, considerado um dos autores clássicos da administração moderna, faz parte do ciclo natural das organizações que as empresas enfrentem dificuldades ao longo da sua história de crescimento. Algumas das empresas não apenas passam por fases de declínio, como chegam ao estágio da pré-falência ou até mesmo à falência, encerrando suas atividades.

De acordo com trabalho de DRUCKER (2006), o ciclo organizacional é compreendido por quatro estágios:

- 1) Inicial: consiste na criação do negócio que é administrado pelo proprietário;
- 2) Crescimento: a empresa começa a crescer, contrata administradores, busca a profissionalização, mas seu comando é centralizado pelo proprietário;
- 3) Maturidade: a empresa já está consolidada; é a fase mais crítica; os administradores tendem a se acomodar com a situação financeira estável;
- 4) Declínio: consiste na recorrente deterioração dos recursos e do desempenho financeiro da organização.

Em linha semelhante, WEITZEL & JONSON (1989) também elaboraram um quadro que sintetiza o ciclo de declínio organizacional:

ESTÁGIOS	AÇÕES ORGANIZACIONAIS
Cegueira	Falha em detectar pressões por meio da entropia: começa o declínio
Paralisia	Falha na decisão sobre ações corretivas: o declínio é noticiável e perceptível
Ação falha	Decisões errôneas
Crise	Ações falhas e ambiente turbulento; é a última chance de reversão, pode ser de erosão lenta
Dissolução	Desaparecimento rápido ou em ambiente menos turbulento. Pode ter desaparecimento lento

Elaboração de KAWAI, R. para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS, a partir de WEITZEL & JONSON (1989).

Nesta nota técnica, abordaremos o estágio do declínio, a etapa do ciclo na qual os sinais de deterioração são visíveis para os membros da empresa (sócios, acionistas e funcionários) e pelos demais stakeholders (clientes, fornecedores e bancos). O agravamento da situação financeira pode levar a empresa para a recuperação judicial

ou até mesmo a falência.

São vários os indicadores que apontam que uma empresa tende a piorar crescentemente os seus problemas financeiros ao longo do tempo. Para REISS & PHELLPS apud PEREZ (2007), alguns dos indicadores que revelam que uma empresa transita para um cenário de dificuldades financeiras exponenciais são:

- Prejuízos constantes ou crescentes;
- Queda de margens de lucratividade;
- Saída do principal executivo ou de executivos qualificados;
- Excesso de ações judiciais em andamento;
- Elevadas despesas financeiras;
- Dificuldade, redução e perda de renovação dos limites de crédito;
- Credores solicitam mais informações ou reforço de garantia para operações de crédito;
- Crescimento descontrolado do endividamento, atingido até mesmo a rolagem das dívidas de curto prazo.

Para superarem estas dificuldades, os administradores tentam, frequentemente, estratégias consideradas arriscadas, tais como o lançamento de novos produtos e investimentos em outros setores. Tentam também uma estratégia agressiva de alavancagem financeira, perdendo o foco central do seu negócio.

No entanto, em muitos dos casos o endividamento não para de crescer. A empresa, neste caso, não gera mais recursos suficientes, sequer com os custos da rolagem da dívida, implicando tomadas sucessivas e crescentes de créditos. A administração da empresa espera um fato novo que inverta a tendência ao declínio (novos clientes, grandes encomendas de produtos ou serviços, aportes de capitais de novos sócios, entre outros).

As operações de crédito disponíveis no mercado são de curto ou curtíssimo prazo, nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis e cheque especial. Em comum entre essas modalidades estão os elevados custos financeiros. Registre-se que essas modalidades geralmente estão associadas à aquisição de produtos de seguridade (título de capitalização, seguros e previdência privada), cotas de consórcios que oneram ainda mais a tomada de crédito.

Nessa situação, a rentabilidade da empresa é decrescente e seus indicadores financeiros se deterioram. A classificação de risco de crédito nas instituições financeiras é conseqüentemente agravada, tendo por contrapartida a majoração dos spreads bancários, colocando a empresa numa espiral financeira de difícil solução.

A Lei de Falências e Recuperação de Empresas (nº 11.101/05) foi criada para, entre outros objetivos, facilitar o acesso ao crédito por parte das empresas em processo falimentar e recuperação judicial, visando, ao mesmo tempo, estimular o crédito no país, dar maior proteção aos credores e contribuir para a redução dos riscos de crédito. Com isto, um dos objetivos almejados era a queda do spread bancário, beneficiando assim as próprias empresas em dificuldades financeiras e em situação pré-falimentar. O outro objetivo era a conseqüente ampliação do crédito ofertado no Brasil e, com isto, o impulso ao desenvolvimento econômico.

Contudo, no que se refere aos spreads bancários, não foi isto o que ocorreu, conforme demonstra o quadro a seguir.

Tabela 1: Spreads bancários em alguns países, 2000 a 2017

	Brasil	China	Austrália	Canadá	Indonésia	Argentina	Japão	Chile	Venezuela
2000	39,3	3,6	3,52	3,78	5,95	2,75	1,99	5,64	8,90
2001	39,8	3,6	3,64	3,56	3,06	11,5	1,91	5,70	6,94
2002	43,7	3,33	2,70	3,38	3,44	12,4	1,83	3,96	7,57
2003	45,1	3,33	3,10	3,59	6,34	8,98	1,78	3,44	7,99
2004	39,5	3,33	3,20	3,22	7,68	4,16	1,69	3,19	5,90
2005	37,75	3,33	3,36	3,62	5,97	2,40	1,41	2,75	5,18
2006	36,9	3,60	3,55	3,99	4,57	2,20	0,98	2,89	5,21
2007	33,1	3,33	3,66	4,02	5,88	3,08	1,07	3,06	6,40
2008	35,6	3,06	4,18	3,23	5,10	8,42	1,32	5,77	5,22
2009	35,4	3,06	2,94	2,30	5,22	4,05	1,29	5,20	3,48
2010	31,1	3,06	3,06	2,40	6,23	1,39	1,10	3,00	3,55
2011	32,9	3,06	3,40	2,52	5,47	3,41	1,04	3,74	2,56
2012	28,7	3,00	3,06	2,52	5,84	2,04	0,93	4,27	1,87
2013	19,6	3,00	2,93	2,45	5,39	4,85	0,76	4,09	1,39
2014	21,98	2,85	3,05	2,45	3,85	4,25	0,80	4,18	2,53
2015	31,3	2,85	3,27	2,70	4,32	3,75	0,74	1,91	4,51
2016	39,7	2,85	3,28	2,60	4,72	6,97	0,74	1,77	5,69
2017	38,4	2,85	3,23	-	4,55	9,69	-	1,61	6,33

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS, a partir de Banco Mundial (2017). Observação: o referido estudo do Banco Mundial contém o levantamento dos spreads de vários países, mas não traz a série completa para países avançados, como EUA, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Espanha.

Pela tabela, nota-se que o spread brasileiro é muito elevado, oscilando na série entre 19,6% em 2013 (patamar mais baixo) e 45,1% em 2003 (patamar mais alto). Estes percentuais são bem superiores aos dos outros países que constam da tabela, mesmo quando comparados com economias emergentes como Indonésia, Argentina, Chile e Venezuela. Os spreads brasileiros se descolam de todos os outros países.

Embora sempre tenham sido altos no Brasil, cabe registrar que, quando se observa a evolução do spread, percebe-se que, no período de 2003 a 2013, ocorreu uma expressiva queda, de 25,5 pontos (dos 45,1% para 19,6%). Após este período, os altos índices são gradativamente retomados, atingindo 38,40% em 2017.

Cabe dizer que, a nosso ver, não há eficácia desse ordenamento jurídico também por conta da demora na prolação das decisões judiciais cuja celeridade contribuiria para a preservação da atividade econômica. A taxa de sucesso das empresas que requerem a recuperação judicial é bastante reduzida, como explicitado na nota técnica que publicamos na 2ª Carta de Conjuntura da USCS.

Por fim, a questão da ineficácia das regras e funcionamento do sistema de crédito no Brasil é reconhecida até mesmo em análises de economistas ligados ao setor financeiro. Veja-se, por exemplo, o que diz TROSTER (2018), que foi economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), ao analisar, de forma geral, o crédito no Brasil:

“A crise do crédito (...) que o Brasil está experimentando nesta década é crônica. A inadimplência nos quatro anos que antecederam a crise de 2014 aumentou mais de 60% e foi um dos determinantes da contração do PIB naquele período. Agravou-se depois e atualmente está num recorde histórico. São mais de 60 milhões de cidadãos e cinco milhões de empresas com anotações de atraso de pagamentos. O efeito é o fechamento de empresas, desemprego e queda no valor de ativos reais. É uma destruição de riqueza e uma redução no potencial de crescimento do Brasil que podia ser evitada.

A política de crédito e os modelos de negócios adotados são os responsáveis pela situação. Por um lado, a agenda BC+ tem um viés pró-credor e é insuficiente ilustrando: o registro eletrônico de duplicatas dá mais garantia ao credor; o cadastro positivo só fornece mais informações ao credor; a TLP (Taxa de Longo Prazo) protege o credor de uma alta de juros. São todas medidas para baixar o custo do crédito, não seu preço.

Um aprimoramento da agenda deveria incluir medidas pró-tomador, como mais transparência, padronizar as informações de crédito, precificar de acordo com o risco, manter a marcação original de cada operação, reestruturar a tributação sobre a intermediação financeira, exigir a certificação no mesmo padrão com que é feito para aplicações e acabar com a presunção da hipersuficiência do tomador, entre outras. Ao que deve agregar-se a remoção do entulho inflacionário.

O modelo de negócio de algumas instituições é um curtoprazismo inconsequente de taxas altas e inadimplência elevada. No primeiro semestre deste ano [2018], há bancos que operaram com taxas acima de 500% ao ano com perdas de inadimplência superiores a três vezes o que efetivamente lucraram. Há instituições que para problemas temporários de liquidez só oferecem cheque especial a mais de 300% ao ano. É a ante-sala da insolvência. Enfim, as distorções do sistema podem ser corrigidas rapidamente. Lembrando que há segmentos e instituições que funcionam adequadamente.

O momento é oportuno para uma mudança. A economia está frágil e necessita de um impulso forte que pode vir do sistema financeiro. A relação crédito/PIB está abaixo da metade de seu potencial, apontando um espaço a ocupar. Requisito é aprender lições e colocá-las em prática”.

Esta nota procurou deixar evidente que é essencial, no que tange às empresas em situação pré-falimentar e em recuperação judicial, criar um conjunto de regras que efetivamente apoiem, por meio do crédito, as empresas idôneas a buscar sua recuperação, e não “dar mais corda para o seu enforcamento”.

Referências bibliográficas:

Almeida, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bezerra Filho, Manoel Justino. Lei de Recuperação de Empresas e Falências Comentada. 6. Ed rev. e atual. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Consulta ao WWorld Bank: <https://data.worldbank.org/indicator/fr.inr.lndp?end=2017&start=2017&view=bar>.
Drucker, Peter. As árvores não descem até o céu. São Paulo: Revista HSM Management. Vol1, nº 54, Jan – fev., 2006.

Perez, Marcelo Monteiro. Uma contribuição ao estudo do processo de recuperação de empresas em dificuldades financeiras no Brasil, Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) Universidade São Paulo, 2007.

TROSTER, Roberto Luis. Dez anos depois, as lições não aprendidas. Jornal Valor Econômico, 18 de setembro de 2018.

WEITZEL, William; JONSSON, Ellen. Decline in organizations: A literature integration and extension. Administrative Science Quarterly, p. 91-109, 1989.

Aos interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS, acesse o link:

1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

http://www.uscs.edu.br/boletim/%3Fidf%3D5265&sa=U&ved=0ahUKEwjtpzTq6bcAhXExVkkHTIRASkQFggKMAI&client=internal-uds-cse&cx=012209731720721713931:_jgorvohipm&usg=AOvVaw0PeloV_ZTWcQJeF0pM9pUo

3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

Conheça os títulos das notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura:

1. O PIB do Grande ABC Paulista
2. Evolução dos Empregos e dos Estabelecimentos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos
3. Empreendedorismo: a Expansão dos Microempreendedores Individuais no Grande ABC Paulista, 2009- 2017
4. Índices de Endividamento das Prefeituras do Grande ABC Paulista e do Estado de São Paulo
5. O Comércio Exterior do Grande ABC Paulista nas últimas duas décadas, 1998 - 2017
6. A Produção das Empresas que compõem a Indústria Automobilística no Grande ABC Paulista
7. Guidance como Ferramenta de Gestão e o Momento de Retomada de Atividades
8. A Importância do Empreendedorismo para o Desenvolvimento do Grande ABC Paulista
9. Indicadores INPES

Títulos das notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura:

1. Perspectivas do financiamento das despesas municipais com saúde na Região do Grande ABC Paulista à luz das regras da emenda constitucional 95/2016.
2. Inflação: os impactos nas políticas macroeconômicas e seus reflexos na atividade do País e do Grande ABC Paulista
3. O valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista e a atual retração cíclica da economia
4. A complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista
5. Falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017
6. A Região do Grande ABC Paulista e o mercado de capitais
7. Formação de nível técnico no Grande ABC Paulista
8. Formação de nível superior na Região do grande ABC paulista
9. Gestão de riscos (Risk Management) e suas aplicações na gestão contemporânea: subsídio para o debate entre as empresas do Grande ABC Paulista
10. “Smart Cities” e investimento privado na “Indústria 4.0” do Grande ABC Paulista
11. A Força Aérea Brasileira e o Projeto Gripen: Potencial e Desafios do Grande ABC Paulista para Promover Emprego e Renda
12. Perfil dos microempreendedores individuais no Grande ABC Paulista
13. Características dos microempreendedores individuais do Grande ABC Paulista
14. O ecossistema de startups na Região do GRANDE ABC Paulista
15. Consumo de carne no Brasil e na Região do Grande ABC Paulista
16. Perfil dos pescadores da colônia de pesca Z1 do reservatório Billings da Região Metropolitana de São Paulo em relação à dor crônica ocupacional

Títulos das notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura:

1. Via crucis dos pedidos de recuperações judiciais de empresas: o caso do Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018.
2. A indústria diante da financeirização da economia: margem de lucro do setor produtivo versus rentabilidade nas aplicações financeiras – o caso do Grande ABC Paulista.
3. O consumo do Grande ABC Paulista no ranking nacional 2018.
4. A indústria aeroespacial e o seu potencial de geração de emprego e renda no Grande ABC Paulista.
5. Um aeroporto no Grande ABC Paulista: oportunidades de desenvolvimento.
6. Programa automotivo rota 2030: uma oportunidade para a área de pesquisa e desenvolvimento
7. Comércio exterior do Grande ABC Paulista no século XXI: composição setorial.
8. Complexidade tecnológica das importações do Grande ABC Paulista.
9. A distribuição de ações na participação nos lucros e resultados (PLR): uma proposta para discussão.
10. Desafios para construção de leis de incentivo a startups em nível municipal.
11. Conselhos de Administração: oportunidade para empresas da Região do Grande ABC Paulista.
12. Análise setorial do salto de postos de trabalho no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2018.
13. Competências para o trabalho em uma nova era.
14. O perfil do mercado de trabalho formal do Grande ABC Paulista: nível de formação educacional, gênero e renda.
15. A “desregionalização” do Grande ABC Paulista?
16. As micro e pequenas empresas do Grande ABC Paulista e seu conhecimento na legislação Brasileira de resíduos sólidos.
17. Transferências financeiras do fundo nacional de saúde para os municípios em 2017: efeitos da limitação de pagamentos imposta pelo “teto” de despesas primárias (emenda constitucional 95/2016).
18. Expansão do número de idosos: Brasil e o Grande ABC Paulista.
19. Espaços públicos e privados de qualidade: cenário possível para o Grande ABC Paulista?

Composto em Arial e Times New Roman
São Caetano do Sul - SP

